

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CAMPUS UFRJ-MACAÉ ALOÍSIO TEIXEIRA**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E CONSERVAÇÃO**

**DENISE APARECIDA PEREIRA SILOTO DE ARAÚJO**

**Feira & Sustentabilidade: O Caso da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária em Macaé**

**MACAÉ**

**2019**

DENISE APARECIDA PEREIRA SILOTO DE ARAÚJO

Feira & Sustentabilidade: O Caso da I Feira da Agricultura Familiar e Economia  
Solidária em Macaé

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais e Conservação. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giuliana Franco Leal  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Schottz

MACAÉ

2019

FEIRA & SUSTENTABILIDADE: O CASO DA I FEIRA DA  
AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MACAÉ

Denise Aparecida Pereira Siloto Araujo

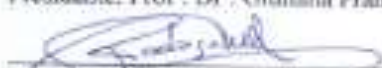
Orientadora: Giuliana Franco Leal

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação, Campus UFRJ-Macaé Professor Aloísio Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais e Conservação.

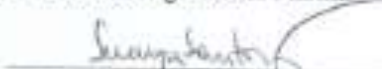
Aprovado por:



Presidente: Prof. Dr. Giuliana Franco Leal



Prof. Dr. Rodrigo Lemes Martins



Prof. Dra. Suenya Santos da Cruz

Macaé - RJ

Maio de 2019

## CIP - Catalogação na Publicação

SF299f Siloto de Araújo, Denise Aparecida Pereira  
Feira & Sustentabilidade: O Caso da I Feira da  
Agricultura Familiar e Economia Solidária em Macaé  
/ Denise Aparecida Pereira Siloto de Araújo. -- Rio  
de Janeiro, 2019.  
131 f.

Orientadora: Giuliana Franco Leal.

Coorientadora: Vanessa Schottz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Campus Macaé, Programa de Pós  
Graduação em Ciências Ambientais e Conservação, 2019.

1. Sustentabilidade. 2. Sistema Alimentar. 3.  
Feira. 4. Agricultura Familiar. I. Leal, Giuliana  
Franco, orient. II. Schottz, Vanessa, coorient.  
III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

## AGRADECIMENTOS

Essa dissertação se deu sob a luz da maternidade e foi gestada junto com as minhas filhas: Isabela esteve comigo, ainda recém-nascida, desde o processo de seleção, e agora Beatriz encerra conosco esse ciclo, prestes a estrear nesse mundo. Que privilégio! Para mim, não existe, nem existiu, nada mais inspirador e serei eternamente grata por essas doces e valentes companhias.

Agradeço ao Rafa, parceiro de vida e esposo amoroso, que cuidou de mim e das nossas meninas com dedicação e carinho para que eu pudesse me dedicar a essa empreitada.

Aos meus pais, por sempre investirem na minha educação e acreditarem em mim. Sempre foram e sempre serão meus maiores incentivadores, e seguem fortes apoiando generosamente todos os meus passos.

Agradeço a Giuliana, orientadora excepcional, que equilibrou a liberdade para que eu fizesse minhas próprias escolhas, ao mesmo tempo que iluminou meu caminho com gentileza, paciência e muita competência.

À Vanessa, que tanto contribuiu para ampliar a minha visão em relação a essa pesquisa e me influenciou com sua força, alegria e ativismo.

Quero destacar o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa, ela foi fundamental para o sucesso dessa jornada.

Agradeço também ao NUPEM – UFRJ, e seu corpo docente e discente, pela humana acolhida. Aprendi muito com o profissionalismo e devoção de todos, ao longo dos últimos dois anos.

Por fim, esse trabalho não seria possível sem a atenção e colaboração dos feirantes-agricultores da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Macaé – RJ. Muito obrigada por disponibilizarem o seu tempo e dividirem comigo (uma desconhecida) o muito que sabem. Vocês me emocionaram, educaram e inspiraram todos os dias!

## RESUMO

As feiras são uma forma tradicional de comércio de alimentos e podem ser consideradas como um equipamento público de Segurança Alimentar e Nutricional. Elas também desempenham um importante papel no fortalecimento da agricultura familiar e na sua reprodução a curto e longo prazo. Em um cenário onde a atividade empresarial no campo vem assumindo cada vez mais importância e contribui para uma grande deterioração ambiental, exclusão de grupos sociais, monotonia alimentar e aumento da pobreza rural e urbana é fundamental relacionar os temas alimentação e sustentabilidade, levando em conta todas as dimensões que envolvem a produção, o processamento, a distribuição, o comércio, a preparação e o consumo de alimentos. Essa dissertação examina a seguinte questão: de que maneira a venda de alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos em uma feira livre da agricultura familiar contribui para relações de produção e comércio mais sustentáveis? Para isso foi conduzido um estudo de caso, através de uma pesquisa etnográfica e a realização de entrevistas com feirantes e consumidores. As informações coletadas durante o trabalho de campo foram objeto de análise para articulação com os pressupostos teóricos que orientaram a pesquisa. Os resultados exibem o cotidiano da feira, a relevância da sua localização e forma de organização, suas trocas sociais e comerciais, a importância dessa via de acesso ao comércio para a renda familiar, as preocupações ambientais de feirantes e consumidores e as motivações que levam esses consumidores à feira. A pesquisa conclui que a feira é um elo importante no encontro entre alimentação e sustentabilidade e que a sua existência é essencial para proteger e melhorar os meios de subsistência rural, promover o bem-estar social e incrementar a resiliência das pessoas, comunidades e ecossistemas. Como uma das expressões do circuito curto de comércio, ela aproxima agricultores e consumidores finais, combate a insegurança alimentar e nutricional e promove a conservação de recursos naturais, interagindo com os três elementos constituintes de um sistema alimentar: sua cadeia de suprimentos, o ambiente alimentar e o comportamento do consumidor.

**Palavras-chave:** sistema alimentar, sustentabilidade, feira, agricultura familiar

## ABSTRACT

Fairs are a traditional form of food trade and they can be considered as a public equipment for Food and Nutrition Security. They also play an important role in strengthening peasant farming and in their reproduction in the short and long term. In a scenario where business activity in the countryside has become increasingly important and contributes to environmental deterioration, exclusion of social groups, food monotony and increase of rural and urban poverty, it is fundamental to relate the themes of food and sustainability, considering all dimensions that involve the production, processing, distribution, trade, preparation and consumption of food. This dissertation examines the following question: how does the sale of food produced without the use of pesticides in a fair contribute to more sustainable production and trade relations? For that, a case study was conducted, through an ethnographic research and interviews with marketers and consumers. The information collected during the field work was object of analysis to articulate with the theoretical assumptions that guided the research. The results show the daily life of the fair, the relevance of its location and form of organization, its social and commercial exchanges, the importance of this access to trade for family income, the environmental concerns of marketers and consumers and the motivations that lead these consumers to the fair. Research concludes that the fair is an important link in the meeting between food and sustainability and that its existence is essential to protect and improve rural livelihoods, promote social welfare and increase the resilience of people, communities and ecosystems. As one of the expressions of the short trade circuit, it brings together farmers and end consumers, combats food and nutritional insecurity and promotes the conservation of natural resources, interacting with the three constituents of a food system: its supply chain, the food environment and consumer behaviour.

**Keywords:** food systems, sustainability, fair, peasant farming

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Mapa da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Macaé .....p.63

**Figura 2:** Imagem da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Macaé .....p.64

**Figura 3:** Imagem da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Macaé .....p.65



## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 1:** Datos Demográficos dos Entrevistados .....p.103

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Formas de agricultura sustentável .....	p.41
<b>Quadro 2:</b> Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos .....	p.45
<b>Quadro 3:</b> Etapas do trabalho de campo.....	p.56
<b>Quadro 4:</b> Feirantes-agricultores .....	p.70
<b>Quadro 5:</b> Rotina de trabalho em dia de feira.....	p.90
<b>Quadro 6:</b> Rotina de trabalho no dia que antecede a feira.....	p.91
<b>Quadro 7:</b> Rotina de trabalho na roça.....	p.91

## LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia

AAFNs - *Alternative Agrofood Networks*

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DAP - Declaração de Aptidão

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EBAAs - Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa

FLV - Frutas, legumes e verduras

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCS - Organização e Controle Social

OCSC - *Oxford Commission on Sustainable Consumption*

ODC - Organizações de Defesa dos Consumidores

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU – Organizações das Nações Unidas

OPAC - Organismo Participativo de Conformidade

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBF - Programa Bolsa Família

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PANC (plantas alimentícias não convencionais)

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SisOrg - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO - CONTEXTO NO QUAL SURGE ESTA DISSERTAÇÃO .....</b>	<b>p.14</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p.16</b>
1.1 ALIMENTAÇÃO: UM ENCONTRO ENTRE NATUREZA E CULTURA .....	p.16
1.2 OBJETIVOS .....	p.21
1.2.1 Objetivo geral.....	p.21
1.2.2 Objetivos específicos .....	p.21
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>p.22</b>
2.1 SUSTENTABILIDADE: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO E SEUS DISCURSOS ....	p.24
2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	p.33
2.3 MODELOS DE PRODUÇÃO AGRÁRIA .....	p.35
2.4 FEIRA LIVRE: ESPAÇO DE TROCAS E ENCONTROS .....	p.43
2.5 VALORES PARA O SISTEMA ALIMENTAR: QUALIDADE E CONFIANÇA .....	p.48
<b>3 MATERIAL E MÉTODOS .....</b>	<b>p.53</b>
3.1 OBJETO DE ESTUDO .....	p.53
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	p.53
3.3 TÉCNICA E COLETA DE DADOS .....	p.53
3.4 AMOSTRAGEM .....	p.54
3.5 MÉTODO DE PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS.....	p.55
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>p.61</b>
4.1 LOCALIZAÇÃO & ORGANIZAÇÃO .....	p.61
4.2 FEIRANTES – AGRICULTORES.....	p.70
4.2.1 Agricultura familiar campesina sem agrotóxicos: oportunidades e desafios.....	p.71
4.2.2 Legado familiar & conflito de gerações.....	p.79
4.2.3 É dia de feira!.....	p.84
4.2.4 Valores da feira: influências da proximidade .....	p.93
4.3 OS FREGUESES .....	p.101
4.3.1 Os porquês: o que realmente importa na feira?.....	p.104
4.3.2 Produção, distribuição e consumo: qual a relação com sustentabilidade?.....	p.108
4.3.3 Consumo sustentável: fortalecimento ou enfraquecimento da ação política? .....	p.111
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>p.117</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>p.120</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>p.125</b>

## **PREÂMBULO - CONTEXTO NO QUAL SURGE ESTA DISSERTAÇÃO**

Nasci e passei boa parte da minha infância na cidade de São Paulo, talvez por esse motivo me considere essencialmente urbana. Meu primeiro contato com uma feira livre se deu nessa primeira infância: como parte de um ritual, acompanhava meu pai todo domingo à feira para realizar as compras semanais – era divertido caminhar entre as bancas, observar o movimento, provar as frutas oferecidas pelos feirantes e voltar para casa com sacolas carregadas de alimentos e histórias.

Nos mudamos para o Paraná em 1996, para uma cidade pequena, que não contava com nenhuma feira, e rompi com a tradição semanal. Me mudei mais algumas vezes e concluí, em 2005, minha graduação em Administração Internacional de Negócios pela UFPR já empregada em uma grande multinacional.

Trabalhei durante onze anos no frenético mundo corporativo e acreditava que teria uma carreira executiva de sucesso até o momento da minha aposentadoria. A descoberta da minha primeira gestação, em 2015, revolucionou o meu mundo e os meus objetivos profissionais.

Quando decidi participar do processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação, sabia que a alimentação deveria estar no cerne da minha pesquisa. Me envolvi com o assunto ao estudar sobre introdução alimentar, orgânicos e repensar a minha própria relação com a comida e com o meio ambiente. Ao mesmo tempo, voltei a frequentar feiras e redescobri aquele ambiente familiar colorido e envolvente.

A relação que tenho com o campo escolhido para esse estudo é afetiva, porém distante. O meu olhar era o de consumidora e o meu envolvimento com temas como agricultura familiar, reforma agrária e sustentabilidade era baixo, logo todos os meus conceitos estavam presos ao lugar comum.

Em diversas situações do trabalho de campo me questionei, e ainda me questiono, a respeito da minha arbitrariedade pois, em um primeiro momento, escolhi o caminho fácil de apontar mocinhos e vilões. As nuances dos relacionamentos e do ambiente foram sendo reveladas aos poucos, conforme fui me despindo dos meus preconceitos e me abrindo para um novo mundo que se apresentava.

A minha experiência de campo foi de intensos aprendizados, descobertas e reformulações, felizmente essas reformulações estavam alinhadas com meu método de pesquisa. Eu decidi trabalhar com técnicas lentas e manuais, completamente diferentes dos métodos de produção industrial, com os quais eu tinha muito mais familiaridade.

Essas técnicas exigiram de mim extrema paciência, e ao construir essa dissertação me vi trabalhando em um rico e intrincado tecido, com ideias e sentimentos atravessando cada entrelaçamento de fios. Na arte de tecer, se anda para frente, mas também para trás – entender esse processo foi essencial para confiar no método escolhido.

Por se tratar de uma etnografia, me pareceu importante revelar os sentimentos que influenciaram as minhas escolhas, o meu conhecimento prévio sobre o tema e as vivências do campo – essa é uma forma de garantir a transparência e apresentar o contexto em que essa dissertação foi escrita.

A entrada no campo se deu inicialmente na minha zona de conforto, como consumidora. Procurei conversar com alguns dos feirantes de maneira despretensiosa, para mapear o território que eu estava adentrando. A Feira do Bairro da Glória foi a terceira feira que visitei com o objetivo de realizar a minha pesquisa, havia visitado anteriormente uma feira em Rio das Ostras e também a ‘Feirinha da Roça’ no centro de Macaé, mas as duas apresentavam algumas barreiras intransponíveis para o tipo de pesquisa que eu gostaria de desenvolver.

Ceguei ao bairro da Glória através da sugestão de amigos, que sabiam do meu interesse por orgânicos e que me indicaram um feirante que era conhecido por trabalhar com verduras orgânicas: essa foi a minha porta de entrada para o fantástico universo da feira.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 ALIMENTAÇÃO: UM ENCONTRO ENTRE NATUREZA E CULTURA

A alimentação humana é uma das principais dimensões onde natureza e cultura se encontram, e é um caminho relevante para uma compreensão mais profunda sobre o mundo natural e o papel que nossa espécie desempenha nele.

Indo além da dimensão biológica, do comer para viver, a alimentação é também um ato, social e cultural, que implica em atribuir significado à comida, e logo, em realizar escolhas e classificações relacionadas não apenas a um regime alimentar, mas também a um conjunto de valores e práticas subjetivos. Assim, uma vez que alimentação e cultura estão intrinsecamente relacionadas, é possível pensar o alimento como parte de um sistema simbólico, em que códigos sociais estão presentes, e que atua no estabelecimento de relações dos homens entre si e também com a natureza (CANESQUI, 2005).

Durante mais de dois milhões de anos, os humanos se alimentaram através da coleta de plantas e sementes, da pesca e da caça de animais que existiam e procriavam sem a sua intervenção; entretanto, tudo isso mudou há cerca de dez mil anos, quando os homens passaram a dedicar quase todo seu tempo e energia à manipulação de algumas espécies de plantas e à domesticação de alguns animais. Este marco, o surgimento da agricultura, transformou definitivamente a maneira como os humanos viviam, e a sua relação com a comida e com o meio ambiente (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Desde o seu advento, a agricultura vem passando por numerosas transformações: dos sistemas pastorais e de cultivo de derrubada-queimada no período neolítico, aos sistemas agrários pós-florestais, de revolução agrícola em revolução agrícola, chegamos às formas de cultivo atuais, que privilegiam sistemas mecanizados e especializados, com intenso uso de agrotóxicos (MAZOYER; ROUDART, 2010).

No século XX, os ganhos provenientes dessa agricultura moderna (motorizada, mecanizada, selecionada, especializada) foram tão exorbitantes que levaram a uma redução abrupta dos preços reais da maior parte dos gêneros agrícolas, levando a relação de produtividade entre a agricultura manual e a mecanizada a quintuplicar (MAZOYER; ROUDART, 2010).



As revoluções agrícolas contemporâneas, no decorrer da segunda metade do século XX, tiveram impactos que vão além das práticas de manejo, já que a atividade agrícola se relaciona com diversos processos como: o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas. A imensa desigualdade, oriunda dessas revoluções, levou milhares de camponeses à crise, contribuindo para o êxodo rural.

No Brasil, foi sobretudo a partir dos anos 70, com a política de modernização da agricultura promovida pelo regime militar e dirigida a grandes proprietários fundiários e grupos econômicos estabelecidos, que se começou a falar de uma agricultura capitalista e de empresários rurais. Com a importância assumida pela atividade de exportação de produtos agropecuários e agroindustriais, mesmo a resistência dos grandes proprietários de terra deslocou-se da defesa contra as tentativas de mudança no sistema fundiário para a defesa da atividade empresarial no campo, uma das responsáveis pelo desenvolvimento do país (HEREDIA et al, 2010). Delgado (1985) afirma que foram essas políticas agrícolas que contribuíram para a transformação do campo em uma espécie de mercado financeiro, o que aprofundou a diferenciação de grupos sociais e, conseqüentemente, o desenvolvimento da pobreza rural e urbana.

De uma perspectiva ambiental, o avanço das fronteiras agrícolas, a monocultura, e o uso em grande escala de agrotóxicos, fertilizantes e outros produtos químicos provocou a contaminação das águas e do solo, o desmatamento e a conseqüente perda de biodiversidade do planeta (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Em um contexto de grandes transformações globais, incluindo o incremento do uso de agrotóxicos, a partir dos anos setenta, irromperam mundialmente diversos movimentos sociais em defesa do ambiente. Corresponde a esse período o início das grandes conferências internacionais promovidas pelas Nações Unidas para debater os temas do meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade (LIMA, 2003).

A noção de sustentabilidade é um conceito que atualmente encontra-se em disputa; ela é vista como um princípio inacabado, em evolução, dado que ainda existem muitas divergências quanto a definição do que é e do que deve ser a sustentabilidade, pois distintas representações e valores vem sendo associados a ela (ACSELRAD, 1999). Ainda segundo Lima (2003, p.107), “[...] à medida que o debate da sustentabilidade vai se tornando mais complexo e é difundido socialmente, ele vai sendo apropriado por

diferentes forças sociais que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares.”

A tendência quando relacionamos a questão da alimentação com a sustentabilidade é destacar as questões ambientais, oriundas dos modelos de produção, em detrimento dos seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. São exemplos dessas questões: a natureza dos modelos de desenvolvimento econômico, conflitos e interesses de classes, a indiferenciação das responsabilidades sociais dos agentes causadores dos problemas ambientais, os problemas nutricionais envolvidos, entre outros (LIMA, 2003). Ao contrário do que indica o senso comum, o ambiente é mais do que puros objetos materiais ameaçados de esgotamento, ele é atravessado por diversos interesses e também por outros elementos socioculturais (ZHOURI et al, 2005). As questões ambientais são por natureza multidimensionais e interdisciplinares, e extrapolam qualquer tentativa de resolução técnica e gerencial proposta por uma concepção limitada.

Em uma tentativa de superar as diversas crises, ambientais, sociais e econômicas, desencadeadas pelo sistema agrícola convencional baseado nos princípios da chamada Revolução Verde, novos modelos produtivos, pautados em valores e em outros paradigmas científicos, vêm sendo desenvolvidos. O desenvolvimento agrícola sustentável foi definido pela FAO como sendo “A gestão e a conservação da base de recursos naturais e a orientação das mudanças tecnológicas de forma a garantir a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras” (FAO, 2014). A agricultura familiar camponesa faz parte desse rol de modelos produtivos considerados sustentáveis, por visar a reprodução, a melhoria e a ampliação do capital ecológico, buscar a justiça social e estar fortemente vinculada à noção de soberania alimentar (PETERSEN, 2009).

Segundo Petersen (2009), contrariando a previsão de que os camponeses eram uma figura social fadada a desaparecer à medida que o capitalismo no campo avançava, são exatamente eles e suas organizações que se apresentam como uma das mais significativas forças de resistência à ordem hegemônica da globalização. O autor afirma que o progresso do camponês influencia diretamente o progresso da sociedade onde ele está inserido, por trabalhar com um modo de produção multifuncional: além da produção de alimentos com diversidade e qualidade, mantêm relações positivas com os ecossistemas, dinamiza a economia regional e se adapta com flexibilidade a mudanças de contextos climáticos e econômicos; entretanto, ele ressalta que para que essas virtudes da

agricultura familiar camponesa sejam percebidas e potencializadas, é preciso que ela conquiste espaço na sociedade em termos físicos, econômicos e políticos.

Neste sentido, as feiras livres têm se mostrado como uma alternativa eficiente para a reapropriação do espaço urbano e para garantir a sustentabilidade socioeconômica dessas famílias. Cabe destacar que, ao mesmo tempo em que se alcança uma redução da dependência do mercado de insumos pelos métodos de manejo empregados, é necessário um esforço na construção de mercados que potencializam a incorporação de princípios ecológicos ao modo de produção e também à estrutura e funcionamento dos circuitos de comercialização dessa produção – desenvolver mercados locais que ampliam a capacidade de gestão e controle social por parte de agricultores e consumidores é um elemento importante dessa empreitada (PETERSEN, 2009).

As feiras cumprem um importante papel como um instrumento capaz de fortalecer a agricultura familiar camponesa e viabilizar sua reprodução a curto e a longo prazo, oferecendo uma via de acesso ao mercado e uma relação de proximidade com os interesses e questionamentos do consumidor final. Como parte integrante desse contexto, a localização dos circuitos de distribuição, comercialização e consumo também é crucial do ponto de vista de custos energéticos e ambientais associados, do acesso (financeiro e de proximidade) a uma alimentação saudável, de políticas públicas e do direito de participação e reciprocidade dos produtores locais (PETERSEN, 2009).

Para além das análises nutricional, sanitária, simbólica, social e histórica, uma dimensão ética, política e ideológica relaciona as escolhas alimentares, os locais e as formas de aquisição e preparo dos alimentos à preservação ambiental, ao desenvolvimento rural sustentável e à solidariedade com os pequenos produtores locais. Assim, ao serem associadas a responsabilidades ambientais e sociais, as escolhas alimentares saem da esfera privada (preferências individuais, hábitos culturais, recomendações nutricionais e médicas) para ingressar na esfera coletiva. (Portilho, Castañeda, 2008, p.2)

Com isso, o problema central dessa pesquisa pode ser expresso com a seguinte questão: qual seria a contribuição de uma feira da agricultura familiar, onde são vendidos alimentos livres de agrotóxicos, na construção de um sistema alimentar mais sustentável?

Para responder a essa questão, foi realizado um estudo de caso da I Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária na cidade de Macaé, município de porte médio localizado no estado do Rio de Janeiro. A feira, que teve início em 2016, é resultado de uma parceria entre a prefeitura e uma cooperativa de agricultores da cidade.

Neste ponto, cabe esclarecer que foram selecionados apenas os feirantes que se auto identificavam com algum modo de agricultura sustentável. É importante destacar que neste trabalho escolheu-se o termo feirantes-agricultores para referir-se aos feirantes identificados, com o objetivo de dar ênfase ao fato de que eles não são apenas atravessadores, mas que comercializam (ainda que nem sempre de maneira exclusiva) aquilo que produzem como agricultores. Também participaram do estudo de caso consumidores que realizam suas compras com os feirantes-agricultores mencionados.

Essa dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma revisão bibliográfica, que oferece os pressupostos teóricos que orientam a pesquisa. A definição de ‘Sistema Alimentar Sustentável’ é o fio condutor que integra os temas subsequentes: entender de que maneira o conceito de sustentabilidade vem sendo construído e as matrizes interpretativas associadas a ele, discutir o que é uma alimentação sustentável e o significado de Segurança Alimentar e Nutricional, apresentar as diferentes trajetórias de desenvolvimento da agricultura e sua interação com as suas diferentes abordagens, debater a localização da feira nos circuitos de abastecimento e comercialização de alimentos e, por fim, tratar de alguns dos valores fundamentais a todas essas matérias.

O segundo capítulo descreve o objeto de estudo, os procedimentos metodológicos e de análise, de amostragem e as principais fontes de dados para essa dissertação. O estudo de caso foi desenvolvido por meio de um trabalho de campo etnográfico, compreendendo observação participante (BECKER, 1993) na feira e a realização de entrevistas qualitativas (POUPART, 2012). São igualmente apresentadas as formas pela qual foram sistematizadas as observações derivadas do trabalho de campo e das entrevistas realizadas com os feirantes-agricultores identificados e seus consumidores.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa e suas interpretações conforme a revisão bibliográfica. Ele se divide em três subcapítulos, o primeiro exhibe a localização e as formas de organização da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Macaé; o segundo é dedicado aos feirantes-agricultores e discute as oportunidades e desafios de se produzir sem o uso de agrotóxicos, a importância da família para todas as atividades desempenhadas por eles, o valor da feira para a sua existência e a dimensão da proximidade e dos relacionamentos nas trocas comerciais; e o último faz uma análise dos consumidores e busca elucidar os motivos que os levam a

feira, as associações ao conceito de sustentabilidade e se a prática de comprar alimentos livres de agrotóxicos na feira é uma forma de ação política.

Por fim, são apresentadas as considerações finais relacionadas ao objetivo central da pesquisa, discutindo se e como a feira contribui, de fato, para a tão almejada sustentabilidade.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

A partir do estudo de caso da compra e venda de alimentos livres de agrotóxicos na I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária, em Macaé - RJ, analisar a contribuição desse evento para a construção de relações de produção e comércio de alimentos que sejam sustentáveis.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Conhecer a dinâmica organizativa da feira, seu papel como equipamento público de Segurança Alimentar e Nutricional e as relações de poder e sociabilidade vigentes;
- Identificar a relação com o meio ambiente estabelecida pelos feirantes-agricultores na produção e comércio, sob parâmetros de análise centrados na sustentabilidade;
- Conhecer as relações de sociabilidade estabelecidas entre feirantes-agricultores e consumidores, incluindo a investigação dos sistemas de confiança estabelecidos entre eles, suas concepções de qualidade, sustentabilidade e a importância da feira no seu cotidiano.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Um relatório recente publicado pelo *High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition* (2017) define sistema alimentar como todas as atividades e elementos (o que inclui ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas e instituições) que estão relacionados com a produção, o processamento, a distribuição, a comercialização, a preparação e o consumo de alimentos, e os resultados dessas atividades, incluindo quaisquer impactos socioeconômicos e ambientais. O relatório também identifica três elementos constituintes de um sistema alimentar: as cadeias de suprimentos alimentares, o ambiente alimentar e o comportamento do consumidor. Todas as atividades compreendidas por um sistema alimentar são imprescindíveis para atender às atuais e futuras necessidades humanas relacionadas à nutrição, além da sua grande relevância econômica, oferecendo emprego e renda para mais de um terço da força de trabalho mundial. As atividades descritas acima são também responsáveis por provocar importantes impactos aos ecossistemas da Terra e, portanto, para todas as formas de vida (FAO, 2014).

O mesmo relatório da *High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition* (2017) introduz o conceito de cadeia de suprimentos alimentar, que engloba todas as atividades que movimentam a comida do seu lugar de origem até o momento do consumo. A expressão ‘desde o campo até a sua mesa’ pode ser utilizada para descrever essa cadeia.

As cadeias de suprimentos influenciam tanto a oferta quanto a demanda de alimentos. Entender quem são os participantes dessa cadeia, de que formas ela pode ser estruturada e as crenças, padrões e valores que ela abrange são importantes para percorrer a complexidade de um sistema alimentar (HLPE, 2017).

O conceito de ambiente alimentar refere-se ao contexto no qual os consumidores se envolvem com o sistema alimentar para adquirir, preparar e consumir o seu alimento. Ele inclui, mas não está limitado, aos espaços físicos onde a comida é comprada e as influências pessoais para escolhas alimentares, como renda, escolaridade, valores, habilidades etc. O ambiente alimentar tem uma influência direta no comportamento do consumidor, no tipo de alimentos adquiridos, nas formas de armazenamento, preparo e consumo. Mudanças nos três elementos constituintes – cadeias de suprimentos, ambiente

alimentar e comportamento do consumidor – podem abrir caminho para a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis (HLPE, 2017).

Os atuais sistemas alimentares do mundo enfrentam uma expressiva confluência de pressões, que podem comprometer a capacidade global de produzir e ter acesso a alimentos saudáveis, diversificados e na quantidade adequada. As pressões incluem a questão da pobreza e da fome, os padrões de consumo e as dietas inadequadas, a escassez de terra e a depredação do solo, a escassez de recursos hídricos e sua poluição, a perda de biodiversidade, as mudanças climáticas e a estagnação das pesquisas agrícolas, especialmente nos países menores, mais pobres e com mais desafios tecnológicos (FAO, 2014).

Ao se contemplar a questão da in/sustentabilidade dos sistemas alimentares, a visão mais comum é abordar os impactos ambientais que derivam da produção agrícola, ou seja, da forma pela qual aquele alimento foi produzido, enquanto aspectos sociais, culturais e econômicos são menos explorados (RIBEIRO, JAIME & VENTURA, 2017). O relatório da *High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition* (2017), entretanto, ressalta que as decisões feitas pelos diversos atores, em qualquer estágio de uma cadeia de suprimentos alimentar, tem implicações nos outros estágios e influenciam significativamente as políticas de abastecimento e comercialização, e logo, as maneiras de produzir e consumir alimentos.

As feiras, ainda que periféricas aos modelos hegemônicos de comercialização de alimentos, são parte do sistema alimentar e se relacionam com todos os seus elementos constituintes. Para apreender as suas contribuições em prol de um sistema alimentar que seja mais sustentável é imperativo definir previamente o que é sustentabilidade e onde a feira se localiza na cadeia de suprimentos e no ambiente alimentar. Além disso, é indispensável entender os modelos de produção vigentes, a relevância desse espaço para uma dieta adequada e para a saúde da população e, por fim, os principais valores que permeiam todas essas intersecções, como a confiança e a qualidade e de que forma a existência de uma feira interfere no comportamento dos consumidores que a frequentam. Cada um desses aspectos será discutido em mais detalhes nos subcapítulos a seguir.

## 2.1 SUSTENTABILIDADE: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO E SEUS DISCURSOS

O termo sustentabilidade abrange muitas dimensões e sua evolução conceitual está relacionada em grande parte à maneira pela qual esse tema foi tratado no âmbito multilateral, cujos quatro marcos principais foram as Conferências promovidas pelas Nações Unidas.

A primeira das Conferências aconteceu em Estocolmo, em 1972, e recebeu o nome de “Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente humano”. O mundo passava por um forte questionamento tanto do modelo ocidental de desenvolvimento, quanto do modelo socialista. Apesar disso, as preocupações ambientais atingiam somente alguns setores da sociedade civil dos países mais ricos do ocidente, e nestes grupos repercutiam o lançamento de obras como *Silent Spring*, de Rachel Carson (1962) e *This Endangered Planet*, de Richard Falk (1972). Uma das principais publicações que remonta a essa época, o relatório *The Limits to Growth*, também conhecido como Relatório Meadows (1972), foi produzido pelo Clube de Roma, que havia sido criado com o objetivo de discutir e analisar os limites do crescimento econômico, levando em conta uma base de recursos naturais cada vez mais percebida como finita e vulnerável (LIMA, 2003).

As soluções apresentadas para essa perspectiva pessimista que se desenvolvia pressupunham a necessidade de ações drásticas nas áreas demográficas e de preservação de recursos naturais, problemas que até então estavam associados aos países pobres do terceiro mundo<sup>1</sup>. Neste cenário, a Conferência de Estocolmo é um marco para a mudança do tratamento das questões ambientais tanto no plano internacional quanto no plano doméstico de muitos países (LAGO, 2013).

Na década de 1970, o Brasil vivia aquilo que viria a ser chamado de seu milagre econômico, com taxas de crescimento superiores a 10% ao ano, entretanto, o país que chegou a Estocolmo tinha sua imagem prejudicada por estar há oito anos sob um regime militar que, apesar da ênfase no desenvolvimento econômico, acumulava péssimos resultados nas áreas de direitos humanos e preservação da natureza, além de expressar fortes tendências nacionalistas e ambições nucleares. A grande tônica da sua atuação na Conferência foi de evitar que os interesses conservadores dos países desenvolvidos, no sentido de manutenção do *status quo* econômico global, utilizassem a via ambiental como

---

<sup>1</sup> O termo Terceiro Mundo foi utilizado por ser uma referência da época (período da Guerra Fria) e faz referência aos países subdesenvolvidos e países em desenvolvimento.



uma justificativa para procedimentos e estratégias imobilistas, favorecendo àqueles já estabelecidos e proibindo o acesso dos países em desenvolvimento. O Brasil aceitava discutir o tema ambiental, desde que inserido em um contexto de desenvolvimento econômico e social e atuou como líder das economias periféricas (LAGO, 2013).

O Relatório *Report on Development and Environment*, oriundo da Reunião de Founex, na fase preparatória da Conferência, reconheceu que ao passo que a degradação do meio ambiente nos países desenvolvidos tinha origem principalmente no seu modelo de desenvolvimento, os problemas ambientais dos países em vias de desenvolvimento eram consequência da sua pobreza. A partir da Conferência de 1972, a raiz da crise ambiental que vinha sendo atribuída ao crescimento populacional, principalmente nos países pobres, sofreu seu primeiro deslocamento discursivo e passou a ser localizada no modelo produtivo das nações industrializadas, o que deu início ao chamado embate dos países no eixo norte-sul (PORTILHO, 2005).

A Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, que se realizou na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, foi o segundo marco no âmbito multilateral para o avanço das discussões sobre sustentabilidade. O fim da Guerra Fria, em 1991, trouxe consigo renovadas esperanças para os direitos humanos e para o meio ambiente. Na época, vislumbrava-se o pluralismo, o multilateralismo e a solidariedade na ordem mundial e existia uma confiança genuína na capacidade de crescimento da economia (LAGO, 2013).

O Relatório Brundtland *Our Common Future*, publicado em 1987, foi o responsável por projetar globalmente o termo desenvolvimento sustentável, que passou a ser definido como: desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades.

O Brasil da Rio 92 também estava muito diferente daquele da Conferência de Estocolmo. O chamado milagre econômico havia sido desafiado e vencido pelas duas crises do petróleo, em 1973 e 1979, pela crise da dívida externa e pela inflação. Na dimensão política, o fim do regime militar permitiu grandes mudanças e questionamentos, além de uma maior participação civil. Na área ambiental, o país acompanhou um crescimento do interesse da opinião pública sobre o tema, onde as queimadas na Amazônia eram um símbolo que representava a frustração da população com a destruição dos recursos naturais (LAGO, 2013).

O Brasil, mais uma vez, desempenhou papel determinante para que se reconhecesse a soberania dos países em relação aos recursos naturais e a importância das populações que vivem na floresta, além de seu direito ao desenvolvimento social e econômico em bases sustentáveis.

A Conferência realizada no Rio de Janeiro foi um marco importante para a questão ambiental no Brasil e no mundo. Neste âmbito também se consagraram três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental; excluindo a dimensão cultural, fundamental para mudanças no consumo e estilo de vida, e a dimensão de poder, despolitizando o termo e eliminando da discussão as estruturas, decisões e os espaços políticos (NASCIMENTO, 2012). Duas décadas após Estocolmo, havia uma grande perspectiva que o desenvolvimento sustentável seria a base de um novo paradigma da cooperação internacional, porém o processo de globalização se sobrepôs a esse ideal e expôs uma incompatibilidade entre o crescimento das grandes empresas transnacionais e a mudança nos padrões de crescimento e consumo (LAGO, 2013).

Foi também durante a fase de preparação para a Rio 92 que vieram à tona algumas evidências da desigual contribuição dos diferentes estilos de vida e padrões de consumo para os problemas ambientais globais. Segundo Portilho (2005), a partir desse novo deslocamento discursivo, o debate sobre a relação entre modelos de consumo e meio ambiente ganhou importância progressiva, tornando-se a partir de então uma das principais tendências na busca pela sustentabilidade, influenciando políticas ambientais que se voltaram com mais intensidade para as chamadas políticas de consumo. A resolução 55/199 da Assembleia Geral das Nações Unidas foi responsável pela convocação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a terceira conferência voltada para o tema, em 2002. Na última década, desde a Rio 92, avanços ocorreram nas áreas de conhecimento científico, tecnologia e envolvimento do setor privado, porém como o próprio Secretário-Geral das Nações Unidas reconhecia, esse era um progresso lento e a crise ambiental se aprofundava. O mundo experimentara um crescimento econômico vertiginoso, impulsionado pelo fim da Guerra Fria, a integração progressiva da China ao sistema capitalista e avanços tecnológicos, principalmente nas comunicações. Esse processo revelou o fortalecimento, global, da atração pelo modo de vida e padrões de consumo ocidentais (LAGO, 2013).

Como havia sido antecipado, a globalização monopolizou o debate, em detrimento do desenvolvimento sustentável. Apesar do extraordinário crescimento econômico,

diferentes setores das economias desenvolvidas foram favorecidos de forma desigual e, nesse cenário, um movimento antiglobalização nos países desenvolvidos ganhou força política. Se o contexto econômico era favorável para a Cúpula de 2002, realizada em Joanesburgo, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 provocaram uma mudança radical nas prioridades da agenda internacional (LAGO, 2013).

Apesar das contrariedades, Joanesburgo obteve alguns ganhos. O desenvolvimento sustentável ganhou adeptos até em círculos mais conservadores, por incentivar a tecnologia e por ter se mostrado economicamente viável para esses países. Outra questão que ganhou em importância foi a mudança do clima, que evoluiu de maneira complexa entre Rio e Joanesburgo.

O Protocolo de Quioto, ratificado em 1998, um instrumento internacional que tem como objetivo reduzir as emissões de gases poluentes, tornou-se prioritário na agenda de Joanesburgo para as maiores economias em desenvolvimento como Brasil, China e Índia. O documento, reconhecia em seu conteúdo, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, um dos pilares da posição do G-77<sup>2</sup> e China no tocante a desenvolvimento sustentável. Um outro destaque de Joanesburgo diz respeito à ênfase que a Cúpula atribuiu a projetos que independiam de entendimento entre os governos e que estimulavam a relação direta entre políticas locais, comunidades e empresas ou organizações não governamentais (LAGO, 2013).

A posição internacional do Brasil no tocante ao meio ambiente mudou de maneira significativa quando o foco das principais críticas do ambientalismo passou a ser a globalização, fenômeno do qual países em desenvolvimento são vistos como vítimas, com pouco poder de ação. Internamente, o impeachment do Presidente Collor, o lançamento do Plano Real na presidência de Itamar Franco e um período de relativa estabilidade econômica durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, contribuíram para o fortalecimento da sociedade civil. Na ocasião do Plenário destinado aos discursos dos Chefes de Estado e de Governo, Fernando Henrique Cardoso declarou: [...] desenvolvimento não será sustentável se for injusto. Nem será sustentável se estiver constrangido pelas dificuldades de uma globalização assimétrica [...]. Gosto do conceito de 'cidadania planetária'. Cabe-nos ir mais além da perspectiva meramente nacional, por mais legítima que seja. (*apud* LAGO, 2013).

Segundo Lago (2013), é interessante perceber que a Conferência de 1992 teve um nome oficial que refletia o principal tema de Estocolmo: meio ambiente e desenvolvimento, e que a Cúpula de Joanesburgo teve o nome do principal tema do Rio: desenvolvimento sustentável. Se seguissem a mesma lógica, a próxima conferência deveria adotar um nome que refletisse 2002: desenvolvimento sustentável e globalização,

---

<sup>2</sup> O G-77 é a coalizão de nações em desenvolvimento nas Nações Unidas.

entretanto, a Rio+20, em 2012, se contentou com Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Os temas principais que orientaram a Rio+20 foram: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza, e estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a Conferência tratou de desafios emergentes como segurança alimentar e agricultura, cidades, oceanos, emprego, biodiversidade, produção e consumo sustentáveis, gênero e a criação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Mais uma vez, o contexto internacional era contrário à agenda ambiental. A crise financeira, iniciada em 2008 nos Estados Unidos, atingiu o sistema internacional como um todo e gerou instabilidade econômica, social e política. No discurso de abertura, a presidenta Dilma Rousseff declarou:

Somos governantes deste Planeta. Pelas nossas mãos passam decisões políticas que impactam o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental. Temos a responsabilidade, perante a História e perante os nossos povos, de fazer da Rio+20 o momento de firmar compromissos para o futuro que queremos: o compromisso com a vida, com o bem-estar das pessoas, com o bem-estar de milhões de homens e mulheres que habitam esse planeta. Compromisso que será concretizado com o desenvolvimento sustentável que se pode traduzir em três palavras: crescer, incluir e proteger. (*apud* LAGO, 2013, p. 162)

O documento final da Conferência, intitulado O Futuro que Queremos (2012), reafirmou todos os Princípios da Declaração do Rio, da Rio 92, inclusive o de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e constituiu o ponto de partida conceitual e político para o estabelecimento de uma agenda global de desenvolvimento sustentável para o século XXI. Ele reitera a erradicação da pobreza como o maior desafio global e que essa superação, em conjunto com padrões de produção e consumo mais sustentáveis e a melhoria da gestão dos recursos naturais constituem os objetivos primordiais e requisitos para um desenvolvimento sustentável.

Enquanto a posição dos países em desenvolvimento nas três conferências anteriores caracterizava-se pela atitude reativa às iniciativas dos países desenvolvidos, foi um país em desenvolvimento, o Brasil, quem propôs revisitar a questão do desenvolvimento sustentável. O país teve, nesta quarta Conferência, a chance de reiterar o legado de 1992: equilibrar os pilares econômico, social e ambiental (LAGO, 2013).

Ao analisar estes quatro encontros, percebe-se o quanto a questão ambiental foi criada e moldada de acordo com o interesse dos países industrializados e como, progressivamente, os países em desenvolvimento conseguiram fortalecer algumas das suas reivindicações. Apesar disso, o discurso multilateral oficial de desenvolvimento sustentável ainda carrega um caráter técnico-econômico, oriundo deste contexto.

Uma outra compreensão importante diz respeito às relações estabelecidas entre as crises ambientais e a questão do consumo no interior do pensamento ambientalista hegemônico. A preocupação com o consumo é relativamente recente e foi difundida, principalmente, a partir da Rio 92. As Organizações de Defesa dos Consumidores (ODC), que até então estavam ocupadas apenas com as relações do consumidor com o mercado, começaram a pensar e propor ações combinadas de defesa do consumidor e do meio ambiente (PORTILHO, 2005).

Apesar de, nas suas origens, esse movimento ter se inspirado em críticas ao estilo de vida industrial, o conceito hoje foi ressignificado, ficando restrito à gestão do consumo e priorizando uma abordagem tecnicista, economicista e *psicologizante* (PORTILHO, 2005). Inicialmente, a questão foi definida no termo consumo verde e, na sequência, no chamado consumo sustentável.

O consumidor foi alçado a um novo patamar, suas ações e escolhas individuais passaram a ser vistas como essenciais para as mudanças nas matrizes energéticas e no sistema de produção. Eles teriam o poder de exercer pressão para estimular a competitividade empresarial, o desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos e o uso de tecnologias limpas (PORTILHO, 2005).

O princípio de uma ideia de consumo verde surgiu quando especialistas e autoridades começaram a levar em conta o papel dos indivíduos comuns, em suas ações rotineiras, para a crise ambiental, e, portanto, a acreditar que através de estímulos e punições, poderiam cobrar sua corresponsabilidade. Ações individuais conscientes revelaram-se como uma nova via para mudanças em direção à sociedade sustentável. No Brasil, o alcance desse movimento foi menor do que nos países centrais, principalmente por conta do preço dos produtos finais, comparativamente mais altos (PORTILHO, 2005).

As críticas ao escopo do consumo verde fizeram com que o conceito evoluísse para uma abordagem de ‘consumo sustentável’, relacionando o meio ambiente não só a padrões de consumo (o quê), mas também aos níveis de consumo (quanto). O conceito

extrapolou as questões ambientais para abordar também as dimensões de acesso, distribuição e justiça (PORTILHO, 2005).

Estabelecendo uma relação entre os princípios do consumo sustentável e o Relatório de Founex, que reconhecia que os problemas ambientais eram uma consequência da desigualdade entre os países, tanto o superconsumo quanto o subconsumo podem ser vistos como causas da degradação social e ambiental. Esse novo elemento, a preocupação com a distribuição social, é uma das principais diferenças entre as perspectivas do consumo verde e do ‘consumo sustentável’. Aqui cabe destacar a afirmação de Portilho (2005), que aponta o consumo não apenas como uma atividade econômica ou social, mas também uma transação homem/natureza.

Para dar conta desse debate, alguns indicativos, como a mochila ecológica, foram criados. Mochila ecológica abrange os fluxos materiais e energéticos relacionados à extração, processamento e descarte de rejeitos da produção, esse indicador permite conceber a diferença entre o conteúdo material de um produto e os danos associados à sua produção e distribuição (PORTILHO, 2005). Um exemplo de uso desse indicador é o comércio de orgânicos excessivamente embalados, que percorreram longas distâncias e que custam valores exorbitantes – a quantidade de energia despendida na produção e transporte desse alimento é muito superior a qualquer ganho ecológico obtido com o produto resultante desse processo.

Atualmente, o tema sustentabilidade vem ganhando relevância à medida em que é difundida a percepção de que, como espécie, os seres humanos estão ameaçados pelo conflito entre os sistemas naturais do planeta e a economia. A visão de que não haverá recursos naturais suficientes para fornecer aos novos ingressantes do mercado um modo de vida similar ao da classe média mundial provoca preocupação e temor. Diante deste cenário, é possível diferenciar algumas possíveis respostas à crise ambiental: uma delas seria a solução tecnológica, que aposta na inventividade do ser humano para resolver o desafio da escassez de recursos; outra seria uma mudança radical nos padrões de produção e consumo, apontando para o que os economistas convencionaram chamar de ‘decrecimento econômico’; também o desenvolvimento sustentável se coloca como uma possível resposta à crise e, por fim, a não-resposta, que seria manter o que vem sendo feito até uma completa extinção humana (NASCIMENTO, 2012).

Cabe destacar que a sustentabilidade é uma ideia, uma representação, em torno da qual gravitam inúmeras e diversas forças, interesses e leituras que disputam entre si o

reconhecimento como o conceito definitivo sobre o tema e, portanto, deve ser tratada como um discurso, que nunca será neutro ou desinteressado. A sustentabilidade é uma noção, a qual se pode recorrer para legitimar uma prática e que irá se construir autoridade para que se diferenciem, em seu nome, as práticas boas e as ruins (ACSELRAD, 1999).

Segundo Lima (2003), o discurso da sustentabilidade não é uma construção ingênua. Sua tônica conciliadora e despolitizada, que oferecia a possibilidade de enfrentar a crise ambiental dentro dos marcos do capitalismo, conquistou aceitabilidade no âmbito internacional ao responder aos questionamentos sobre os limites do crescimento, pacificar os conflitos dos países do eixo norte-sul e gerenciar a reprodução econômica.

Uma das grandes matrizes interpretativas que polarizam o debate sobre sustentabilidade corresponde ao discurso oficial, que detém a hegemonia do campo, e que compreende o desdobramento daquela proposta original do Relatório Brundtland. Trata-se de um discurso que entende que a economia de mercado é capaz de liderar a transição para o “desenvolvimento sustentável” através da introdução de novas tecnologias no processo produtivo, contenção do crescimento populacional e consumo ecologicamente orientado. Segundo essa visão, a dinâmica do sistema capitalista é capaz não só de adaptar-se às demandas ambientais, como também de transformá-las em novos incentivos à competitividade (LIMA, 2003).

A segunda matriz interpretativa, que será utilizada para nortear essa pesquisa, compreende uma concepção complexa e multidimensional da sustentabilidade. Essa matriz busca integrar a vida social e a vida individual, e tende a se identificar com princípios da democracia participativa, considerando a sociedade civil organizada<sup>3</sup> como protagonista no processo de transição para a sustentabilidade social (LIMA, 2003).

Acselrad (1999) salienta que a noção de sustentabilidade deve contemplar diferentes esferas: a eficiência, combatendo o desperdício e estendendo a racionalidade econômica ao espaço não mercantil planetário; a escala, que defende um limite quantitativo ao crescimento econômico; a equidade, que articula princípios de justiça e ecologia; a autossuficiência, que determina a autonomia de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial para assegurar a autorregulação comunitária e, por fim, a ética, que discute a apropriação do mundo material em um debate sobre valores do bem e do mal.

---

<sup>3</sup> A sociedade civil organizada por ser definida como a parte da sociedade civil que se organiza na luta por uma maior inserção na atividade política.

Os movimentos a favor desse discurso de sustentabilidade, segundo Leff (2002), fazem parte de um movimento mais amplo e complexo em defesa da transformação do Estado e da ordem econômica dominante, eles estão inseridos nas novas lutas pela democracia direta e participativa e pela autonomia dos povos, ofertando perspectivas para uma nova ordem econômica e mundial.

Lima (2003) ainda destaca o papel do Estado nessa segunda matriz interpretativa apresentada, uma vez que uma sustentabilidade de mercado não responderia à crise social, já que é reducionista e está orientada para a concentração de riquezas. Com relação a função do Estado, ele entende que essa matriz divide-se em duas tendências principais: uma que desconfia da ação política estatal e defende a subordinação do Estado à sociedade civil; e outra que defende uma intervenção estatal, por considerar o Estado um agente indispensável no processo de transição para a sustentabilidade, já que a sociedade civil isolada não teria forças para se contrapor ao mercado, e que o ambiente, por ser patrimônio público, deve sofrer ação normativa e política do Estado.

Para evitar o economicismo e o universalismo do discurso dominante, o termo desenvolvimento sustentável é substituído pela expressão sociedade sustentável, que salienta os aspectos de autonomia política e individualidade cultural de cada país necessários à realização de uma sustentabilidade multifacetada. Nascimento (2012), defende a ideia de que a sustentabilidade tem que ir além das três dimensões oficiais (ambiental, econômica e social) e contemplar as já citadas dimensões cultural e política, todas elas atravessadas pela ética, garantindo a solidariedade com os excluídos do presente para que não haja excluídos no futuro.

De uma maneira geral, essa segunda matriz fundamenta-se em uma crítica ampla ao modelo de civilização capitalista ocidental, e considera que não há sustentabilidade possível sem a incorporação das questões sociais e políticas. Ela reprovava o fetiche consumista, a idolatria cientificista, o mito do progresso e o descentramento do homem e da vida na agenda das prioridades sociais (LIMA, 2003).

Na interface entre uma sociedade sustentável e a alimentação estão os diversos espaços, estruturas, sujeitos, normas, atividades e comportamentos que compõe o sistema alimentar. Em 2012, a própria Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável reivindicou por melhorias nas áreas da nutrição e agricultura, e deu início à formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que seriam integrados à Agenda Pós-2015 de desenvolvimento das Nações Unidas (FAO, 2014).



A alimentação está presente em praticamente todos ODS (Erradicação da Pobreza, Fome Zero, Boa Saúde e Bem-Estar, Consumo e Produção Responsáveis, entre outros), conseqüentemente, alcançar parte desses objetivos propostos depende de mudanças significativas na cadeia de suprimentos, no ambiente alimentar e no comportamento do consumidor (RIBEIRO, JAIME; VENTURA, 2017).

Em um processo produtivo alimentar, crescentemente globalizado, que conta com intrincadas ramificações e implicações sobre a sustentabilidade e a saúde e bem-estar humano, faz-se necessário estabelecer uma visão ampla do que seria uma alimentação saudável, acessível, inclusiva e sustentável.

## 2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2007), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na:

Realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e adequando quando necessário o referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer/sabor, às dimensões de gênero, raça e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados.

Existe uma estreita relação entre SAN e o modelo de produção, processamento, distribuição, comércio e consumo de alimentos – enquanto alguns modelos buscam promover a justiça e proteger o ambiente, outros geram desigualdade social e são ameaças aos recursos naturais. O uso da terra, especialmente no caso da agricultura, é fundamental para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada 4(DHAA), entretanto, cabe ressaltar que esta mesma terra também está envolvida nos principais desafios e disputas ambientais enfrentados pela nossa sociedade, dos quais se destacam a perda de

---

<sup>4</sup> A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade. (Lei n. 11.346/2006 – art. 2)

biodiversidade, as mudanças climáticas e os diversos serviços prestados ao ecossistema (MEYFROIDT, 2017). “O fato de a comida e o ato de comer serem prenes de significados não leva a esquecer que também comemos por necessidade vital e conforme o meio e a sociedade em que vivemos, a forma como ela se organiza e se estrutura, produz e distribui os alimentos” (CANESQUI, GARCIA, 2005, p.11)

Cabe ressaltar que, ainda que não haja fome, há insegurança alimentar e nutricional quando se produz alimentos sem respeito ao meio ambiente e à cultura alimentar, com uso de agrotóxicos que afetam tanto a saúde de agricultores quanto de consumidores e ainda, quando ações, incluindo as de promoção e propaganda, conduzem ao consumo de alimentos e/ou produtos alimentícios altamente lucrativos para a indústria de alimentos, porém de baixo valor nutricional.

O Guia Alimentar para a População Brasileira, um documento oficial que aborda princípios e recomendações de alimentação adequada e saudável para a população brasileira, afirma:

Alimentação diz respeito à ingestão de nutrientes, mas também aos alimentos que contêm e fornecem os nutrientes, a como alimentos são combinados entre si e preparados, a características do modo de comer e às dimensões culturais e sociais das práticas alimentares. Todos estes aspectos influenciam a saúde e o bem-estar. (BRASIL, 2014, p.15)

BRASIL (2014), também discute as mudanças na alimentação, que vem acontecendo rapidamente na grande maioria dos países, especialmente em economias emergentes, como o Brasil. As mudanças que mais se destacam são: as substituições de alimentos *in natura*<sup>5</sup> ou minimamente processados por produtos industrializados prontos para consumo. Essas alterações na rotina alimentar dos brasileiros têm como consequência o desequilíbrio na oferta de nutrientes e a ingestão excessiva de calorias. A regra de ouro, conforme o documento, é preferir sempre alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultra processados.

Um dos grandes desafios para uma alimentação saudável e balanceada encontra-se no campo da oferta e relaciona-se aos espaços de ofertas de alimentos, ou seja, ao ambiente alimentar: enquanto os alimentos ultra processados podem ser encontrados em toda parte e tem um forte apelo publicitário, os alimentos *in natura* de qualidade nem sempre podem ser encontrados facilmente próximos às casas das pessoas. A distância faz com que as compras sejam quinzenais ou mensais,

---

<sup>5</sup> Alimentos *in natura* são aqueles obtidos diretamente de plantas ou de animais e não sofrem alteração após deixar a natureza; alimentos processados são fabricados pela indústria com a adição de sal ou açúcar ou outra substância de uso culinário a alimentos *in natura* para torná-los duráveis e mais agradáveis ao paladar. Já os alimentos ultraprocessados são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos, derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes).

diminuindo a disponibilidade nas residências de alimentos perecíveis (frutas, legumes e verduras). Mesmo nas grandes redes de supermercados, esses alimentos dividem espaço, com desvantagem, com alimentos como refrigerantes, biscoitos e guloseimas (BRASIL, 2014).

Uma das recomendações feita pelo Guia para uma alimentação adequada e saudável faz menção ao ato de aquisição. O guia prega que as compras devem ser feitas em locais que ofereçam variedade de alimentos *in natura* ou minimamente processados, como uma feira:

Procure fazer compras de alimentos em mercados, feiras livres e feiras de produtores e outros locais que comercializam variedades de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Prefira legumes, verduras e frutas da estação e cultivados localmente. Sempre que possível, adquira alimentos orgânicos e de base agroecológica, de preferência diretamente dos produtores. (BRASIL, 2014, p.127)

Garantir a oferta de alimentos para a população deve figurar entre os principais objetivos de qualquer plano de desenvolvimento econômico e social. Uma cadeia de suprimentos alimentar que seja sensível a aspectos nutricionais deve ser configurada para mitigar as restrições tanto na oferta quanto na demanda de alimentos, levando em conta não só a forma como um alimento é produzido, processado, distribuído e comercializado, mas também as formas pelas quais o consumo é determinado e como esse alimento é finalmente preparado e consumido. Os investimentos em melhorias devem ser feitos nos diferentes estágios que compreendem o sistema alimentar, desde a produção até o consumo (LA PEÑA; GARRETT, 2018).

Em um sistema alimentar sustentável devem ser examinadas as condições de disponibilidade, acessibilidade (considerando aspectos financeiros e a localização das ofertas), diversidade de alimentos, qualidade, segurança e aceitabilidade (LA PEÑA; GARRETT, 2018).

Ao se discutir as condições de disponibilidade deve se levar em conta os modos de produção agrícola e as relações estabelecidas pelos agricultores com o ambiente onde estão inseridos. Assim, as diferenças e as semelhanças na forma de produzir os alimentos são de extrema importância para o sistema alimentar, não só de um ponto de vista econômico, mas também ambiental, social e nutricional.

### 2.3 MODELOS DE PRODUÇÃO AGRÁRIA

Compreender as diferentes formas de praticar a agricultura é imprescindível para captar a complexidade das interações sociais e relações de trabalho, ligações com o meio ambiente, com a quantidade e a qualidade dos alimentos produzidos, além dos diferentes impactos produzidos no mundo por cada uma delas.

Van Der Ploeg (2008) divide a agricultura atual em três grandes segmentos: agricultura camponesa, agricultura do tipo empresarial e agricultura capitalista ou corporativa de grande escala. Segundo a sua classificação, a agricultura camponesa seria

aquela que se baseia no uso sustentado do capital ecológico e é orientada para defesa e melhora das condições de vida dos camponeses. Como características desse tipo de agricultura, ele destaca a multifuncionalidade, a mão de obra fundamentalmente familiar, onde terras e outros meios de produção também pertencem à família e cuja produção, apesar de ser orientada para o mercado, também é voltada para a reprodução da unidade agrícola e da família.

A agricultura do tipo empresarial pode ser descrita como baseada em capital financeiro e industrial (sob forma de crédito, insumos industriais e novas tecnologias). Uma de suas principais características é o aumento em escala, o que contribui para sua expansão. A produção é especializada e completamente voltada para o mercado, criando uma relação de dependência entre os agricultores e as exigências desses mesmos mercados. Essa forma de agricultura frequentemente se desenvolve após programas governamentais de modernização da agricultura (VAN DER PLOEG, 2008).

O último segmento, a agricultura capitalista, engloba uma extensa rede de empresas agrícolas, cuja mão de obra é essencialmente assalariada. A maximização do lucro orienta a produção. Apesar de existirem diferenças entre países e setores distintos, esse segmento condiciona cada vez mais segmentos essenciais de mercados agrícolas e alimentares (VAN DER PLOEG, 2008).

A diferença entre essas três abordagens vai muito além da escala. Cada uma delas carrega consigo diferentes formas de estruturar sua produção, diferentes maneiras de se relacionar com esse processo de produção e também diferentes modelos de se relacionar com o mundo exterior.

A agricultura camponesa movimenta-se através de distintas esferas, desde os assentados da reforma agrária até o trabalhador urbano que cultiva uma pequena horta para autoconsumo. Uma das suas mais conhecidas expressões no Brasil é a agricultura familiar.

A agricultura familiar é conhecida por construir o seu patrimônio e o seu desenvolvimento a partir do seu próprio trabalho e conhecimento, valorizando o ambiente e a cultura locais. Petersen (2009) afirma tratar-se de um modo de produção que além de contribuir para a produção de alimentos, também contribui para relações positivas com os ecossistemas, geração de empregos e renda para a economia regional, e flexibilidade frente as mudanças climáticas, econômicas e socioculturais.

Cabe destacar que Van Der Ploeg (2006) considera que a agricultura familiar abrange duas constelações distintas: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer a agricultura. A principal diferença entre elas não está nas relações de propriedade, mas reside nas formas pelas quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas.

A formação do mundo rural brasileiro, fortemente impactada pela Revolução Verde a partir da década de 60, privilegiou as agriculturas capitalista e empresarial em detrimento da agricultura camponesa, e para legitimar essa opção política foram criados diversos mitos em relação ao campesinato, que passou a ser associado à precariedade e em contradição à ideologia do progresso (PETERSEN, 2009).

Ainda conforme Van Der Ploeg (2008), os diferentes segmentos da agricultura contemporânea interagem com diferentes trajetórias de desenvolvimento e cada uma dessas trajetórias afeta de forma diferente o processo agrícola e tem influência no nível de emprego, na ecologia, na paisagem, na biodiversidade e na alimentação humana. São elas: a industrialização, a desativação e a recampesinização.

A industrialização representa uma separação definitiva entre a produção e o consumo de alimentos. Essa via é dominada pelos chamados Impérios Alimentares, as grandes corporações dedicadas à produção, processamento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, que tem por características principais o expansionismo, o controle hierárquico e a criação de novas ordens materiais e simbólicas. Os alimentos passam a ser projetados, ao invés de simplesmente produzidos e processados (VAN DER PLOEG, 2008).

A desativação pode ser descrita como a contenção ou redução progressiva dos níveis de produção agrícola, e ocorre frequentemente nas proximidades de grandes cidades em expansão. O conceito é diferente do de descampesinização, que implica no abandono da agricultura pelos camponeses, mas estes dois fenômenos podem acontecer de maneira simultânea (VAN DER PLOEG, 2008).

Por fim, a recampesinização pode ser vista como uma expressão moderna de luta por autonomia e sobrevivência em contextos desfavoráveis. Assim como a agricultura industrial veio sendo alterada ao longo do tempo, o mesmo movimento é percebido dentro da agricultura camponesa. A chamada volta para o campo implica em aumentos quantitativos, no número de camponeses, e qualitativos, na ampliação da independência

e no distanciamento do mercado para a tomada de decisões sobre organização e produção (VAN DER PLOEG, 2008).

Mesmo sendo mutuamente opostos, esses processos estão interligados em relações complexas de causa e efeito. Quando essas novas estratégias produtivas campesinas, descritas na recampesinização, desde a reapropriação do controle coletivo da terra pelos próprios agricultores e povos das florestas, até a reorganização das práticas de produção e comércio começam a ser colocadas em prática, elas vão forjando uma nova consciência social e um conhecimento coletivo sobre o potencial que existe em um manejo ecológico dos recursos naturais e a energia social criada a partir destes processos (LEFF, 2002).

No Brasil, a ideia de uma agricultura alternativa à convencional tomou forma a partir dos anos 90, coincidindo com a realização da Conferência Rio 92. Até a década de 80, de forma simultânea ao crescimento das periferias nas cidades e à degradação ambiental, o campesinato vinha sendo marginalizado. A modernização do meio rural, proposta da Revolução Verde, englobava a presença de grandes empresas agrícolas no país, os latifúndios, o capital financeiro e a agroindústria internacional, e recebeu inúmeros incentivos por parte do Estado. Até então, o único espaço de reflexão das famílias camponesas para resistência contra o modelo prevalente de desenvolvimento rural eram os CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que buscavam a valorização das práticas culturais locais, o convívio e a cooperação para otimizar o uso de recursos e a busca de autonomia através do saber compartilhado (SAMBUICHI, 2017)

Dos anos 80 em diante, em conjunto com a abertura democrática, testemunhou-se a emergência de críticas à expropriação de comunidades camponesas (à época, pequenos agricultores) e o surgimento de movimentos de contestação à industrialização do meio rural e todos os seus impactos associados. Diversos estudos publicados no país por autores como Ana Maria Primavesi, Adilson Paschoal e José Lutzemberger contribuíram para diferentes correntes de pensamento, que deram origem às chamadas agriculturas alternativas. O termo alternativo ainda carregava consigo um teor pejorativo, sinônimo de atraso e baixa produtividade (SAMBUICHI, 2017).

Os grupos envolvidos nesses trabalhos passaram a se reunir nos EBAAAs (Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa), a partir de 1981, entretanto, muitas divergências conceituais e políticas entre os diferentes atores encerraram o ciclo de encontros em 1989. Nesse mesmo período, o Brasil viu surgir o crescimento de ONGs (Organizações Não

Governamentais) no campo agroecológico, com destaque para o trabalho do PTA-Fase, inaugurado em 1983 (SAMBUICHI, 2017).

Ao longo dos anos 90, um aprofundamento das experiências locais e o fortalecimento da agricultura familiar e dos movimentos sociais do campo, protagonizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contribuíram para a origem de redes de abrangência regional, como o ASA (Articulação Semiárido Brasileiro) e a Rede Ecovida de Certificação Participativa. O crescimento da demanda por alimentos livres de agrotóxicos influenciou no surgimento de feiras e outros pontos de comercialização para esses produtos. Esse crescimento foi acompanhado por iniciativas de normatização dos processos produtivos, objetivando a garantia da qualidade e procedência desses alimentos aos consumidores locais e ao mercado internacional (SAMBUICHI, 2017).

A chamada agricultura orgânica se refere a práticas agrícolas que pressupõe a rejeição ao uso de procedimentos que são considerados prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Essa produção orgânica (em sentido amplo, e não limitada apenas a produção certificada) compreende produtos agrícolas oriundos de sistemas de produção baseados em processos naturais, ou seja, quando não são utilizados agrotóxicos e sementes transgênicas por exemplo (ARAUJO, LIMA e MACAMBIRA, 2015).

Após uma consulta pública, em 1999 foi publicada a Instrução Normativa nº7/1999, que estabelecia normas para a produção, processamento, distribuição, identificação e certificação de produtos orgânicos no país (SAMBUICHI, 2017). O marco referencial para a agricultura orgânica no Brasil foi estabelecido pela Lei 10.831, de 2003. A Lei define o que seria um sistema orgânico de produção agropecuária em seu Art. 1 (caput), conforme reproduzido abaixo:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuário todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da energia não renovável, [...], a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, LEI N 10.831, 2003)

Apesar de a comercialização de produtos orgânicos ser precedida da exigência de uma certificação, a lei abre uma exceção para a comercialização direta ao consumidor

final por agricultores familiares inseridos em processos próprios de Organização e Controle Social (OCS)<sup>6</sup>, desde que os produtores estejam devidamente cadastrados em instâncias de regulamentação e fiscalização.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Instrução Normativa n 19 (2009) determina três ‘sistemas’ de controle de autenticidade de produtos orgânicos: Certificação; Sistema Participativo de Garantia; e Controle Social para a Venda Direta sem Certificação. Apenas os dois primeiros fazem parte do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg). Cada um desses três sistemas é delineado abaixo:

- **Certificação:** O selo SisOrg é concedido por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. Para a certificação são utilizados procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira. O custo desta certificação é pago pelo produtor interessado.
- **Sistema participativo de Garantia:** Presume responsabilidade coletiva dos membros do sistema, compreendendo fornecedores e colaboradores. É requisito possuir um Organismo Participativo de Conformidade (OPAC) e pessoa jurídica legalmente constituída que é responsável pela emissão do selo SisOrg.
- **Controle Social da Venda Direta:** Produtores oriundos da agricultura familiar são isentos da obrigatoriedade de certificação de produtos orgânicos. Para esse grupo é exigido o credenciamento em uma OCS cadastrada no MAPA ou em órgão fiscalizador oficial. Uma vez cadastrados, esses agricultores passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. No momento da venda direta de produtos orgânicos aos consumidores, os agricultores devem manter visível a Declaração de Produtor Vinculado a OCS (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA N 19, 2009).

O consumidor brasileiro vem despertando para a discussão e consumo do alimento orgânico (em seu sentido mais amplo) nas últimas décadas, mas também se depara com diversos termos, aparentemente sinônimos, que produzem dúvidas e insegurança. A

---

<sup>6</sup> Grupo, associação, cooperativa, consórcio com ou sem personalidade jurídica, devidamente cadastrada no MAPA, à qual deve estar vinculado o agricultor familiar, que promova a geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentada na participação, comprometimento, transparência e confiança. (Instrução Normativa n 64, 2008)



legislação brasileira determina que o termo agricultura orgânica engloba todas as diferentes correntes de agricultura alternativa ou sustentável.

Diante de tantas correntes de agricultura sustentável que surgiram nos últimos anos, onde a maioria transmite uma visão de manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola, prejuízo mínimo ao ambiente e satisfação das necessidades humanas de alimentação e renda (AZEVEDO, 2012), é importante entender de que maneira elas se relacionam, se sobrepõe ou se diferenciam. O quadro abaixo foi elaborado no esforço de resumir principais diferenças e semelhanças entre cada uma dessas abordagens.

**Quadro 1:** Formas de agricultura sustentável

<b>Agricultura</b>	<b>Local e data de origem</b>	<b>Principais características</b>
Biodinâmica	1920 - Áustria	Visão da agricultura baseada na antroposofia. Seu diferencial está na utilização de preparados biodinâmicos (altamente diluídos e elaborados sob perspectiva homeopática). Influências cósmicas também são utilizadas e a fazenda é vista como um organismo vivo. Possui um selo próprio de certificação (Demeter).
Biológica	1930 - Suíça	Método que tem como princípios a proteção do ambiente, a qualidade biológica dos alimentos e o desenvolvimento de fontes de energia renováveis. Considera essencial a integração das unidades de produção com as atividades socioeconômicas locais.
Orgânica	1940 - Inglaterra/Índia	O pesquisador Albert Howard é considerado o pai da agricultura orgânica - inglês que estava trabalhando na Índia e observando os camponeses indianos em uma estação experimental publicou um livro a respeito das suas práticas. As ideias chegaram aos Estados Unidos e foram reconhecidas pelo Departamento de Agricultura em 1984. O Brasil e a Inglaterra assumiram esse nome como genérico.
Natural	1935 - Japão	Associada à religião messiânica, a agricultura natural busca respeitar as leis da natureza, alicerçada nos princípios da Verdade, do Bem e do Belo. Arte e alimentos produzidos sem produtos químicos têm o poder de purificar o espírito e o corpo. Recomenda a rotação de culturas e o uso de adubos verdes e de cobertura morta (restos de vegetais) sobre o solo. Evita o uso de matéria orgânica animal.

Permacultura	1938 - Japão/Austrália	Pode ser definida como um sistema de design para a criação de ambientes humanos sustentáveis. Na base do pensamento está uma filosofia de trabalho com (e não contra) a natureza, a observação atenta e transferível para o cotidiano e de plantas e animais em todas as suas funções. Têm ainda os objetivos de maximizar benefícios sociais para o agricultor e respeitar a sua integridade cultural.
Agroecologia	1980	Assume o caráter polissêmico de movimento econômico, ético e sociopolítico cujo objetivo central é fortalecer a identidade do agricultor familiar, resgatando suas raízes culturais e autonomia. Um de seus princípios é produzir da forma mais independente possível do complexo industrial externo a sua propriedade, ter baixo impacto ambiental e promover a qualidade de vida. A implantação de um sistema produtivo sustentável nos âmbitos social, ambiental e econômico passa a ser um dos objetivos desse ideário. O alimento produzido de acordo com tais premissas é chamado de ecológico.

**Fonte:** A autora

Azevedo (2012) ainda afirma que levando em conta as diferenças que cada uma das correntes assume, a questão principal seria informar ao consumidor que no mercado brasileiro o alimento natural, biológico, biodinâmico, agroecológico ou proveniente da permacultura é também orgânico, mas o contrário não é verdadeiro.

Com início nos anos 2000, as condições dos agricultores e agricultoras familiares, precária em muitas regiões, tiveram melhorias através de políticas públicas. Foi o caso da ampliação aos benefícios da previdência social para trabalhadores e trabalhadoras rurais e do Programa Bolsa Família (PBF). Algumas das políticas que avançaram neste período e merecem destaque foram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que sofreu alterações, determinando que no mínimo 30% dos recursos federais para a compra de alimentos para o programa fossem destinados à aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar ou de suas organizações (SAMBUICHI, 2017).

Em contrapartida, desde o final dos anos 90, a economia política privilegiou o apoio do Estado à expansão das monoculturas, projetos de mineração e grandes obras que tiveram forte impacto para as comunidades camponesas. A partir de 2003, foram liberadas as sementes transgênicas e que contribuiu para um aumento exponencial do uso de agrotóxicos no Brasil (SAMBUICHI, 2017).

A despeito dos desafios e rivalidades enfrentados, o fortalecimento das formas de agricultura sustentáveis, associados a uma maior consciência de parte da população urbana sobre os riscos do uso de agrotóxicos e a importância de uma alimentação saudável, resultaram em um crescimento na oferta de alimentos livres de agrotóxicos em diversos mercados de venda direta, como as feiras.

As feiras são parte do sistema alimentar e são sustentáveis quando contribuem com espaços físicos igualitários para aquisição de alimentos adequados e saudáveis, com preços razoáveis, em um contexto que permite e incentiva o acesso de consumidores, sem distinções, a esses espaços (HLPE, 2017).

Um dos principais desafios para a agricultura familiar é a comercialização da sua produção, isso devido a diversos fatores: desde as exigências e restrições feitas pelas grandes redes varejistas, que incluem certificação da produção (no caso de orgânicos), embalagens sofisticadas, repositores de produtos, vendas consignadas, e etc., até questões relacionadas às próprias características da produção agrícola, como entressafra, sazonalidade de produção, variedades locais ou regionais, entre outros (WUERGES; SIMOM, 2007). Neste sentido, as feiras, que contrastam com a maioria das relações comerciais contemporâneas marcadas pela individualidade e pelo anonimato, têm se mostrado como uma alternativa eficiente para a reapropriação do espaço urbano e para garantir a sustentabilidade socioeconômica da agricultura familiar no Brasil.

#### 2.4 FEIRA LIVRE: ESPAÇO DE TROCAS E ENCONTROS

A cidade é um aglomerado de usos e possibilidades para a vida cotidiana e em seu território identificam-se diferentes construções e apropriações do espaço. Os espaços públicos, como ruas e praças, são disputados por diferentes interesses e necessidades, desde as instâncias hegemônicas até as marginalizadas. As disputas pelo espaço criam e recriam a paisagem, e muitas vezes os marginalizados são capazes de se apropriar, ainda que precária e brevemente, de uma territorialidade alheia ao projeto dominante (MASCARENHAS, DOLZANI, 2008).

A feira livre é uma reprodução da apropriação do território por uma força periférica, considerada por muitos como obsoleta diante dos modernos supermercados, mas que ainda representa uma importante via de sobrevivência material e reprodução social.

Ela pode ser definida como uma forma tradicional de comércio varejista que promove o elo entre o urbano e o rural e representa uma experiência de sociabilidade. A feira é primordialmente um espaço público de comercialização, mas também de educação e conexões, pois a feira funciona como ponto de convergência para diversos fluxos, ocupações, tradições, mercadorias, rituais e relações sociais.

Historicamente, a origem das feiras situa-se nos mercados locais a céu aberto existentes no início do século IX, na Europa, com o fim de atender a comunidade local com artigos necessários à sua sobrevivência (PIRENNE *apud* SATO, 2006). Ainda conforme Pirenne (1936, p.96), “[...]isso explica o fato de acontecerem semanalmente, seu círculo de atração ser limitado e a restrição de sua atividade para pequenas operações de varejo”.

No Brasil, as feiras são organizadas como serviço de utilidade pública pela municipalidade e, em geral, estão configuradas para a distribuição e comércio semanal de gêneros alimentícios locais e produtos básicos. São herança da tradição ibérica, posteriormente mesclada com práticas africanas, e estão presentes na maioria das cidades brasileiras. Ainda hoje, desempenham um papel importante para o abastecimento urbano e para a segurança da população rural (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008).

As pesquisas realizadas em feiras costumam abordá-las como um espaço de exercício de sociabilidade, mesmo aquelas destinadas a discussões de aspectos econômicos ou reprodução da agricultura familiar, como o livro de Feiras Agroecológicas de Araújo; Lima; Macambira (2015). Além dessa abordagem, é comum encontrar pesquisas dedicadas especificamente a explorar esse aspecto, como o estudo etnográfico de Sato (2012) sobre as feiras livres que acontecem no município de São Paulo, de Mascarenhas e Dolzani (2008) no município do Rio de Janeiro e de Vasques (2016) na cidade de Chapecó, em Santa Catarina.

Para localizar a feira na cadeia de suprimentos alimentar é importante assimilar os diferentes percursos que podem ser percorridos por um alimento (bem de consumo), percursos estes que são influenciados diretamente pela grande desigualdade de renda entre os diversos setores sociais no país (SANTOS, 2008).

Segundo Santos (2008), o espaço é afetado por essas disparidades – desigualdade social e acesso a bens de consumo. A ideia chave de seletividade do espaço é construída ao redor de circuitos econômicos que ele denomina como circuito superior e circuito inferior. O circuito superior tem a sua origem na tecnologia e seus elementos mais

representativos são os monopólios, enquanto as suas relações primordiais acontecem externamente à cidade ou região que os abrigam, muitas vezes no exterior do país. O circuito inferior, em contraposição, é formado de atividades de pequena dimensão, em geral bem enraizadas e que mantém relações com a região onde atua. O Quadro 2 ilustra de forma sistemática a diferença entre os dois circuitos da economia.

**Quadro 2:** Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor ( <i>haggling</i> )
Crédito	Bancários institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócio (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
<i>Overhead</i> capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula

Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula
--------------------------------	---	------------------

**Fonte:** Santos, 2008.

As feiras são uma das atividades econômicas que compõe o circuito inferior da economia. Apesar do enfoque dado ao circuito superior, é importante ressaltar que o circuito inferior é também um elemento central para se compreender a realidade urbana de uma cidade, além de ser uma importante fonte de empregos e renda. As características descritas no Quadro 2 demonstram que independentemente das suas singularidades, os circuitos mantêm relações entre si. O autor ainda afirma que há permeabilidade de acesso de segmentos da população a um ou outro circuito, tanto em termos de consumo quanto de trabalho.

Ainda que as feiras tenham enfrentado muitas adversidades nas últimas décadas, como a sociabilidade confinada e a violência crescente que inauguraram um estilo de vida onde espaços públicos perderam o seu significado tradicional de convivência, essa forma tradicional de varejo resiste e estabelece uma luta criativa contra as normas estabelecidas (MASCARENHAS, DOLZANI, 2008).

Uma outra forma de classificar o circuito do qual a feira faz parte é a denominação circuito curto de comércio. Um circuito curto pode ser definido como aquele que mobiliza até, no máximo, um intermediário entre quem produz e quem consome e se divide em duas possibilidades: vendas diretas e/ou vendas indiretas. Para evidenciar a noção de proximidade geográfica e o aspecto social da relação que se estabelece nesse tipo de circuito, ele também recebe os títulos de circuito local e circuito de proximidade. Pelas suas características, a feira é um tipo de comércio que reforça a autonomia do feirante-agricultor, confere maior peso e participação nos termos da negociação a ambos os lados (vendedores e consumidores), objetiva ser solidária e constitui fonte de empoderamento, tornando consumidores mais conscientes quanto a sua alimentação (DAROLT; LAMINE; BRADEMBURG, 2013).

Ao avaliar a significância da presença de circuitos curtos para o sistema alimentar, Van Der Ploeg (2008) é categórico ao afirmar que

[...] o campesinato representa uma resistência ao Império Alimentar, por vezes massiva e patente, mas essencialmente através de formas camufladas e tangíveis de escapar ou mesmo de ultrapassar as pressões. Relativamente a isso, a (re)avaliação de circuitos curtos e descentralizados que conectam

produtores e consumidores independentes do Império tem um papel decisivo. (VAN DER PLOEG, 2008, p.26)

Se dentro do sistema alimentar, as feiras podem representar uma alternativa aos agricultores e aos consumidores insatisfeitos com o modelo dominante, sua existência é constantemente afetada por grandes redes de supermercados, pelos comércios focados em um mercado de nicho elitizado e pela falta de políticas públicas específicas que promovam a sua criação e continuidade dentro das cidades. Uma das principais barreiras para o acesso aos mercados convencionais é a inadequação dos atuais sistemas peritos ao modo de produção artesanal e familiar, algo que será discutido mais adiante, nos valores que permeiam os sistemas alimentares.

O conceito de sustentabilidade, dentro da matriz interpretativa escolhida para nortear essa pesquisa, está em sintonia com os circuitos curtos de comércio, e com aqueles que os utilizam na compra e venda de alimentos. As pequenas áreas de cultivo, o trabalho familiar, a produção diversificada e em menor escala, a preservação da biodiversidade, as relações comerciais mais justas e os elos construídos com o consumidor são aspectos importantes a serem destacados (DAROLT; LAMINE; BRADEMBURG, 2013).

A feira livre propaga formas, cores, sabores e sons diversos; ela revela em seu corpo a presença de elementos populares, as negociações de preço, a diversidade de alimentos *in natura* e inúmeras possibilidades de consumo.

No que diz respeito à distribuição e comércio, a feira representa inúmeros ganhos, já mencionados, para feirantes e consumidores, entretanto, é possível identificar algumas falhas, encarnadas principalmente na esfera da informalidade. A organização das feiras enfrenta desafios desde a precariedade do transporte e das estradas, que resulta em baixos volumes transportados, até a montagem da própria feira. Um outro aspecto diz respeito ao alcance, ou seja, ao baixo número de pessoas atingidas. Até mesmo a capacidade associativa é muitas vezes contestada, ao se substituir o fortalecimento da coletividade em prol de uma gestão que define tabelas de preços e cobra remuneração por barraca instalada (ARAUJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015).

Quando se discute a sustentabilidade, essa discussão deve ultrapassar a materialidade, que engloba distâncias percorridas pelo alimento, uso e descarte de embalagens, disponibilidade e acessibilidade, número de pessoas atingidas, entre outros. A discussão deve repousar também em valores e heranças construídos. No caso de uma cidade, a perspectiva de fazer durar não só a existência material, mas também a simbólica,

com a presença de espaços afetivos compartilhados, por exemplo, pode ser uma estratégia de fortalecimento do sentimento de pertencimento dos habitantes e de promoção da imagem do patrimônio biofísico, estético, ou cultural da cidade, de modo a atrair capitais na competição global (ACSELRAD, 1999).

A feira, como parte integrante do sistema alimentar, é atravessada por valores, interesses, informações e sentimentos. Qualidade e confiança são elementos intrínsecos dessa forma de comércio e têm influência no sucesso (ou na falta dele) dessa cadeia de processos sociais.

## 2.5 VALORES PARA O SISTEMA ALIMENTAR: QUALIDADE E CONFIANÇA

Qualidade e confiança são termos comumente empregados na escolha, aquisição e consumo de alimentos. Muitos casos recentes de contaminação e desconformidade no Brasil, dentre os quais se destacam a operação Carne Fraca<sup>7</sup> e o caso de adulteração na cadeia de suprimento do leite (que era misturado com soda cáustica, formol e água oxigenada), têm contribuído para o aumento de incertezas nos atuais padrões do sistema agroalimentar dominante.

A gestão da qualidade é uma das maiores preocupações quando se trata da produção e comércio de alimentos, seja ela voltada para a qualidade do processo, serviço ou produto final. Ao buscar definir o conceito qualidade dos alimentos, é difícil encontrar consenso. A disputa pelo seu significado é percebida como uma estratégia relevante na garantia do DHAA, conforme trecho abaixo:

[...]. É preciso repensar a relação que temos com os alimentos, fortalecendo-os como elemento identitário, considerando as diferentes dimensões envolvidas sem se restringir a aspectos meramente nutricionais e sanitários. Sustentamos ser possível e necessário adotar uma concepção de qualidade baseada no respeito às práticas e culturas alimentares tradicionais, ao mesmo tempo em que se fornecem alimentos adequados e saudáveis à população com normativas mais inclusivas. Deste modo, amplia-se o horizonte dos olhares em torno do alimento e suas representações, possibilitando o resgate e disseminação de práticas alimentares e da culinária que preservem a cultura e a autonomia. (VII Encontro Nacional do FBSSAN, 2013, p.3)

---

<sup>7</sup> **Operação Carne Fraca** é uma operação deflagrada pela Polícia Federal do Brasil, e teve início no dia 17 de março de 2017. Investiga as maiores empresas do ramo — JBS, dona das marcas Seara, Swift, Friboi Vigor, e a BRF, dona da Sadia e Perdigão —, acusadas de adulterar a carne que vendiam nos mercados interno e externo.



Apesar de normalmente apresentar conotação positiva, a qualidade também pode ser valorada negativamente (qualidade ruim, inferior etc). Para os autores Harvey, McMeekin e Warde (2004, apud Cruz; Schneider, 2010, p. 24) é preciso considerar esse termo com senso crítico, já que ele envolve tanto o empírico, ao se referir a atributos particulares de um produto, quanto normativo, ao estabelecer em conjunto um julgamento. Para existir, a qualidade precisa de um referencial, uma relação entre o produto e o critério pelo qual é avaliado. Para Muchnik (2004, apud Cruz; Schneider, 2010, p. 24) “[...]cada componente da qualidade mobilizará valores, representações e critérios de avaliação diferentes segundo os consumidores potenciais”.

No Brasil, o entendimento sobre a qualidade dos alimentos sofreu profundas alterações a partir dos anos 80, com o crescimento acelerado da industrialização. Para atender a uma população que aumentava e se urbanizava em ritmo acelerado, o foco da indústria passou a ser a quantidade e conservação dos produtos, ainda que para isso fosse necessário substituir matérias-primas e acrescentar aditivos para tornar os alimentos mais baratos e mais duráveis. A partir de então, a qualidade passou a ser associada a grandes estruturas e aspectos sanitários, baseados no modelo de produção e escala das grandes indústrias. A produção, centralizada, carece de circuitos longos para a distribuição dos alimentos, o que só reforça a prerrogativa de produzir produtos alimentícios resistentes, duráveis e padronizados (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

Qual a pertinência e coerência das normas e padrões de qualidades dos alimentos, baseados no padrão científico-tecnológico estabelecido pelo sistema convencional, para o sistema tradicional e artesanal? Estes critérios são inclusivos e priorizam o local, o frescor, a autenticidade, a proximidade; ou ao contrário, excluem e oferecem obstáculos a sistemas locais, que trabalham em escalas incomparavelmente menores?

Cada entendimento de qualidade reflete uma posição política, que faz jus a diferentes interesses, agendas e valores. Uma das tendências que podem ser observadas é a proliferação das chamadas *Alternative Agrofood Networks* (AAFNs), que operam à margem do circuito hegemônico. Estas redes apresentam interesse no local, nas práticas alimentares alternativas e enraizadas socialmente. O reenraizamento de práticas alimentares nas relações econômicas e sociais, vinculando o desenvolvimento rural à valorização espacial e cultural, pode criar novos espaços de resistência para o sistema tradicional (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

As situações de incerteza quanto ao processamento industrial vêm endossando o deslocamento da demanda por produtos próximos, onde é possível conhecer a origem e o produtor e existe uma forte tendência na busca por produtos locais. O relacionamento face a face modifica a percepção dos consumidores em relação a qualidade do alimento adquirido e o próprio relacionamento de confiança estabelecido entre quem vende e quem compra passa a ser visto como um atributo importante na tomada de decisão de compra.

Diante desse cenário, Cruz; Schneider (2010) enfatizam a importância de que produtos e produtores que hoje estão à margem do modelo hegemônico possam conquistar incentivos e regulamentações adequados à sua escala de produção, características histórico-culturais e enraizamento social que os diferenciam do padrão do sistema. Por envolver um processo social de qualificação, neste caso, exige-se a construção e negociação entre os atores envolvidos. Não se trata da substituição de um sistema alimentar pelo outro, mas estas cadeias curtas de comércio apresentam-se como estratégias para o desenvolvimento rural baseado nas potencialidades e riquezas intrínsecas de cada região, garantindo a sustentabilidade de todas as dimensões envolvidas.

Tão importante quanto a qualidade, o relacionamento face a face também é fundamental para a construção de laços de confiança quando se trata da compra e venda de alimentos, principalmente daqueles denominados orgânicos (novamente, no sentido amplo do termo).

Alimentos orgânicos podem ser classificados como ‘bens de crença’, uma vez que seus atributos não são identificados pelos consumidores mediante uma simples observação. Os consumidores precisam de ‘sistemas de confiança’ ativos, que deem credibilidade e segurança ao alimento adquirido, visto que os atributos que conferem a qualidade orgânica a um alimento resultam do modo que os mesmos foram produzidos e processados e que não são visíveis ou prontamente identificáveis, seja na hora da compra ou do consumo (BARBOSA; LAGES, 2006).

No Brasil, a institucionalização da agricultura orgânica privilegiou os critérios de normalização e certificação, valorizando parâmetros que validam a qualidade do produto final, ao contrário da definição mais ampla, utilizada nos primórdios pelos movimentos sociais, que incluía a regulação de processos. Consequentemente, surgiram obstáculos às garantias de conformidades dadas pelo agricultor, o que levou alguns deles a buscar alternativas de comercialização. Mesmo assim, cabe destacar que a percepção dos

consumidores de orgânicos oscila entre a confiança no sistema perito, de certificação, e nos casos de venda direta, nas relações estabelecidas com agricultores (CASTANEDA, 2010).

Giddens (1991, p. 100) estabelece que a confiança é um tipo específico de crença, e dispõe dez pontos para definir o conceito e fazer algumas observações relacionadas:

- A confiança está relacionada à ausência, tanto no tempo quanto no espaço. Um dos requisitos principais para a existência da confiança é a falta de informação plena;
- A confiança está substancialmente vinculada à contingência. No caso das relações humanas, a suposição de credibilidade em face de resultados contingentes envolve a atribuição de valores como honra e amor;
- A confiança deriva da fé na credibilidade de uma pessoa ou sistema. Giddens afirma que toda confiança é num certo sentido confiança cega!
- Pode-se falar em confiança em sistemas peritos, mas isto se baseia na fé em princípios dos quais se é ignorante. Aqui se alude mais a um funcionamento apropriado do que à operação em si;
- A definição de confiança segundo o autor é “[...] crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico)” (GIDDENS, 1991, p.36)
- No momento presente, a confiança existe nos seguintes contextos: a consciência geral de que a atividade humana é criada socialmente e no escopo transformativo ampliado da ação humana.
- Risco pressupõe perigo. Alguns riscos são ‘calculados’, mas outros não são antecipados;
- Risco e confiança estão entrelaçados e o propósito da confiança é reduzir ou minimizar os perigos relacionados a alguns tipos de atividade. O chamado ‘risco aceitável’ varia em diferentes contextos, mas é primordial na manutenção da confiança.
- O risco está além da ação individual. Segurança seria uma situação na qual o perigo está neutralizado ou minimizado e a experiência de segurança baseia-se num equilíbrio entre confiança e risco aceitável

- O oposto da confiança não é simplesmente desconfiança.

O referido autor também faz uma distinção entre os compromissos com rosto e os sem rosto. Os primeiros fazem referência a relações verdadeiras que são mantidas por conexões sociais em situação de co-presença. Os segundos têm relação com a fé em forças simbólicas ou sistemas peritos, que também podem ser chamados de sistemas abstratos. São justamente esses os sistemas que atualmente propiciam segurança na vida cotidiana, algo que estava ausente nas ordens pré-modernas, porém eles falham em oferecer a mutualidade e a intimidade que as relações de confiança pessoal oferecem.

A confiança em sistemas assume a forma de compromissos sem rosto, nos quais é mantida a fé no funcionamento do conhecimento em relação ao qual a pessoa leiga é amplamente ignorante.

A confiança em pessoas envolve compromissos com rosto, nos quais são solicitados indicadores da integridade de outros (no interior de arenas de ação dadas). (Giddens, 1991, p. 80)

Qualidade e confiança são valores inerentes a qualquer sistema alimentar, quer ele seja sustentável ou não. O que diferencia é a maneira pela qual eles são percebidos, estruturados, normatizados e perpetuados em cada proposta. Neste sentido, é interessante perceber que ainda que a institucionalização por muitas vezes não esteja acessível à agricultura camponesa, da mesma forma, os mecanismos de confiança e qualidade oferecidos por ela também estão inacessíveis aos Impérios Alimentares, ainda que a agricultura capitalista insista nas tentativas de apropriação.

Uma visão comum para que um sistema alimentar seja sustentável deve levar em conta, igualmente, as dimensões ambiental, econômica, social, cultural e política. Se qualquer uma dessas dimensões for negligenciada, irá prejudicar a sustentabilidade do sistema como um todo. As interações entre as formas de produzir e comercializar, e os modos de consumir e se alimentar são cruciais para desenvolver práticas mais sustentáveis (RIBEIRO; JAIME; VENTURA, 2017).

Sistemas alimentares sustentáveis, mais justos e que, ao mesmo tempo, garantem a saúde e o bem-estar das pessoas são fundamentais para se nutrir uma população humana em crescimento vertiginoso, sem degradar o planeta de modo irreversível. Repensar de que maneira valores como qualidade e confiança são observados e praticados implica repensar o atual sistema alimentar.

### **3 MATERIAL E MÉTODOS**

#### **3.1 OBJETO DE ESTUDO**

O objeto de estudo do presente trabalho compreende a interação entre feirantes-agricultores (que se identificam como livres de agrotóxicos) entre si e com os consumidores no local de comércio: I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária, que acontece semanalmente no bairro da Glória, em Macaé, município do estado do Rio de Janeiro.

#### **3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta é uma pesquisa qualitativa, realizada através do estudo de caso de uma feira na cidade de Macaé, Rio de Janeiro. É importante ressaltar que esta é uma feira da agricultura familiar, onde se misturam feirantes que são revendedores com feirantes-agricultores e onde convivem distintas formas de produção de alimentos.

Os critérios para a escolha desta feira foram: o fato de acontecer de forma regular na cidade, com a participação de feirantes-agricultores que se dedicam ao comércio de alimentos livres de agrotóxicos, e à pertinência em relação aos objetivos da pesquisa. A I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária possui contornos bem determinados e o estudo em profundidade dos seus feirantes-agricultores, que trabalham com alimentos livres de agrotóxicos, poderá servir como via de acesso a outros fenômenos relacionados à sistemas alimentares sustentáveis (PIRES, 2010).

O universo empírico de análise são os feirantes-agricultores que se auto identificam como orgânicos (no sentido amplo, como descrito na revisão bibliográfica) e os seus consumidores.

#### **3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS**

- Observação etnográfica: este recurso metodológico foi utilizado para realizar uma descrição densa, criteriosa e detalhada da feira. Durante doze meses foram realizadas incursões à feira para vivenciar as representações e relações que lá ocorriam, registrando os dados coletados em um diário de campo. O diário de

campo foi revisado regularmente para elaboração de documentos sinópticos que foram consultados na fase de análise. As incursões à feira tiveram início em dezembro de 2017 e se estenderam até novembro de 2018.

- Entrevistas qualitativas: foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os feirantes-agricultores selecionados e entrevistas estruturadas com os consumidores destes para explorar em profundidade as suas perspectivas. As entrevistas foram realizadas durante o período da pesquisa de campo (setembro a novembro de 2018). Entrevistas semiestruturadas baseiam-se em grandes temas, mas perguntas específicas são formuladas no momento da entrevista, a fim de facilitar a interação entre pesquisador e pesquisado e a formulação das questões mais adequadas ao contexto. As entrevistas com os feirantes-agricultores estiveram focadas especialmente nos seguintes temas: concepção de ambiente, produção orgânica, agricultura familiar, comércio de alimentos, políticas públicas e incentivos para a feira, segurança alimentar e nutricional e a relação entre os vários agentes que participam da feira (produtores, feirantes e consumidores). As entrevistas com os consumidores possuíam perguntas abertas e fechadas, e estiveram focadas nos seguintes temas: preocupações ambientais, orgânicos, espaços coletivos, relação com o alimento, benefícios buscados em uma feira livre, desenvolvimento e consumo sustentável. O roteiro da entrevista com os feirantes, bem como o questionário que foi aplicado aos consumidores, encontram-se como apêndices.

### 3.4 AMOSTRAGEM

O universo empírico de análise para a observação participante são os feirantes-agricultores que se auto identificam como livres de agrotóxicos e os seus respectivos consumidores. Todos os feirantes-agricultores identificados foram entrevistados. Para as entrevistas com fregueses, o número de entrevistas foi delimitado pelo princípio de saturação, ou seja, foram interrompidas quando passaram a não trazer mais informações suficientemente novas, ou diferentes, para justificar uma ampliação do material empírico (Pires, 2010).

Os critérios de inclusão para as entrevistas com feirantes foram: ser feirante na I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária, identificar-se como livre de

agrotóxicos e concordar em participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram identificados quatro feirantes que cumpriam com esses requisitos. Para as entrevistas com fregueses os critérios foram: identificar-se como freguês de pelo menos um dos feirantes-agricultores participantes da pesquisa e concordar em participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram realizadas trinta e três entrevistas com consumidores.

### 3.5 MÉTODO DE PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

Considerando a interdisciplinaridade dos objetivos dessa pesquisa, foram traçadas algumas estratégias para dar conta da realidade da feira e alcançar o entendimento em relação às suas contribuições para a construção de um sistema alimentar mais sustentável.

Becker (1992), em seu livro *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, expõe os desafios relacionados a uma pesquisa qualitativa e descreve as dificuldades de se realizar um trabalho de campo ampliado e entrevistas longas e não estruturadas, que muitas vezes exigem algumas ‘improvisações’ do pesquisador para superar os obstáculos encontrados. O autor defende a ideia de que na aplicação dos métodos, os princípios gerais devem ser adaptados às situações específicas que se apresentam ao pesquisador. Em sua análise, ele considera que cada trabalhador pode produzir os métodos necessários para o trabalho que está sendo feito, retratando um modelo artesanal de se produzir ciência.

Diante de um cenário complexo, essa pesquisa se apoiou fortemente nas ferramentas fornecidas pela observação etnográfica e nas entrevistas realizadas com feirantes-agricultores e consumidores para dar conta da experiência da feira; e de outros métodos de análise, especificados adiante, para classificar e interpretar os resultados obtidos, sob à luz dos pressupostos teóricos detalhados na revisão bibliográfica.

Para assegurar a honestidade metodológica (MALINOVSKI, 1997) sobre as formas e circunstâncias de aquisição de dados, dar conta de todos os passos da experiência efetuada, descrever os instrumentos utilizados e como as observações foram conduzidas foi elaborado um quadro que apresenta um panorama das atividades desenvolvidas no trabalho de campo.

**Quadro 3:** Etapas do trabalho de campo

<b>Etapa</b>	<b>Período</b>	<b>Atividades</b>
<b>Primeira fase</b>	Dezembro de 2017 a janeiro de 2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitas à feira como cliente</li> <li>- Obtenção de informações preliminares</li> <li>- Abordagem dos primeiros dois feirantes</li> </ul>
<b>Segunda fase</b>	Fevereiro a agosto de 2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitas semanais à feira como pesquisadora</li> <li>- Observação profunda e criteriosa do cotidiano da feira e de seus sujeitos</li> <li>- Identificação de todos os quatro feirantes</li> <li>- Interação com feirantes e consumidores</li> <li>- Elaboração dos relatórios sinópticos de acordo com anotações feitas no diário de campo</li> </ul>
<b>Terceira fase</b>	Setembro a novembro de 2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de entrevistas semiestruturadas com os feirantes</li> <li>- Realização de entrevistas estruturadas com os consumidores</li> </ul>
<b>Resumo das ações desenvolvidas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Doze meses de trabalho de campo</li> <li>- Vinte e três visitas à feira em sete meses, dedicadas exclusivamente à observação participante</li> <li>- Quatro entrevistas detalhadas e em profundidade com os feirantes</li> <li>- Trinta e três entrevistas com consumidores</li> </ul>	

Fonte: A autora

A observação participante realizada pode ser dividida em três fases e aconteceu nos doze meses de trabalho de campo, ainda que os últimos três meses tenham sido dedicados à aplicação de entrevistas. Este tipo de observação implica, necessariamente, um processo longo porque para se compreender o comportamento de pessoas e grupos é necessário estar presente em um extenso período de tempo e não num único momento (VALLADARES, 2007).

A primeira fase, que se desenrolou entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, serviu para uma aproximação inicial com a feira e seus sujeitos, passo importante para avaliar a relevância do objeto a ser estudado e a disposição dos feirantes-agricultores em contribuir com a pesquisa. As complicações iniciais de uma entrada de campo envolvem



dilemas sobre como abordar a ‘tribo’ que se pretende investigar, ainda que essa ‘tribo’ faça parte de um contexto urbanizado e contemporâneo (WHYTE, 2005).

A segunda fase ocorreu entre fevereiro e agosto de 2018, quando de fato a vivência do trabalho de campo aconteceu. Seguindo as vias propostas por Malinowski (1997) para alcançar os objetivos do trabalho de campo, a observação começou através da recolha de dados concretos sobre a feira, registrada em um esquema firme e claro da constituição social e organização do grupo analisado. Nesse primeiro momento, foram feitos levantamentos a respeito do número de bancas e feirantes, da localização, listas sobre os produtos comercializados, listas de preços praticados, observações sobre o clima, horários de maior e menor movimento, relações de parentesco e amizade entre os feirantes, identificação de clientes frequentes etc.

Uma outra questão importante diz respeito à posição ocupada pelo etnógrafo dentro do campo. Uma vez que a observação participante pressupõe a interação pesquisador-pesquisado, é importante realizar uma autoanálise sobre crenças e motivações relacionadas à pesquisa. O pesquisador deve mostrar-se diferente do grupo pesquisado, seu papel deve ser afirmado e reafirmado e ele não pode enganar aos outros e nem a si próprio (VALLADARES, 2007).

Geertz (1978) lança uma luz sobre esse dilema ao afirmar que:

Situar-nos, um negócio enervante que só é bem-sucedido parcialmente, eis no que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal. Tentar formular a base na qual se imagina, sempre excessivamente, estar-se situado, eis no que consiste o texto antropológico como empreendimento científico. Não estamos procurando, pelo menos eu não estou, tornar-nos nativos (em qualquer caso, eis uma palavra comprometida) ou copiá-los. (GEERTZ, 1978, p.)

A segunda via apontada por Malinowski (1997) para suceder no trabalho de campo determina que se deve somar à trama inicial organizada, as *imponderabilias* da vida real, ou seja, as suas incertezas, alcançadas apenas por meio de observações minuciosas e detalhadas, a partir de um contato íntimo com a vida nativa. Para este propósito, procurou-se examinar detidamente a rotina de trabalho de cada um dos feirantes-agricultores pesquisado, os hábitos de compra dos consumidores (frequentemente e não frequentes), as refeições realizadas e compartilhadas na feira e a ambiência das conversas e da vida social que decorria nas quartas-feiras pela manhã. “O Etnógrafo de campo deve cobrir séria e sobriamente os fenômenos em cada aspecto estudado da cultura tribal, não estabelecendo diferenças entre aquilo que é lugar comum, monótono ou vulgar, e aquilo que surpreende por ser espantoso e raro.” (Malinowski, 1997, p.25)

A contribuição ativa dos informantes (feirantes-agricultores) foi de extrema importância para a pesquisa. Com o tempo, de informantes-chave passaram a colaboradores, esclarecendo incertezas, influenciando nas interpretações da pesquisadora e mediando a relação com os consumidores frequentes. Para captar todas as informações possíveis, fez-se necessário desenvolver uma rotina de trabalho disciplinada e fazer uso de todos os sentidos – saber ouvir, escutar, ver, sentir, intuir. Foi importante entender os momentos certos de perguntar, quais perguntas deveriam/poderiam ser feitas e aprender com os erros, refletindo sobre silêncios, recusas e desacertos (VALLADARES, 2007). “Neste tipo de trabalho, é ainda aconselhável que, de vez em quando, o Etnógrafo ponha de lado a máquina fotográfica, o bloco de notas e o lápis e intervenha no que está a se passar” (Malinowski, 1997, p.33)

A terceira e última via descrita por Malinowski (1997) faz alusão às narrativas e depoimentos coletados. Ele incentiva a busca pelos modos típicos de pensar e sentir correspondentes à cultura de determinada comunidade e formular os resultados de uma forma fiel ao que foi dito e captado. Com esse intuito, buscou-se registrar as visões, expressões e opiniões dos observados e transmitir com precisão o que foi dito. Na exibição dos resultados, procurou-se utilizar, sempre que possível, as próprias palavras dos informantes e os seus termos nativos de classificação.

A rotina mensal de elaboração dos relatórios sinóticos foi importante porque permitiu a comparação de dados e esforços no sentido de articular o que foi observado com os pressupostos teóricos e com as ideias preconcebidas. Esse exercício ofereceu oportunidades de melhorias, preenchimento de lacunas e mudanças de rumos. Um exemplo dessa experiência foi a ideia inicial de que os feirantes-agricultores pesquisados faziam parte do movimento agroecológico, algo que se mostrou equivocado no decorrer da investigação.

Se alguém empreende uma missão, determinado a comprovar certas hipóteses e se é incapaz de a qualquer momento alterar as suas perspectivas e de as abandonar de livre vontade perante as evidências, escusado é dizer que o seu trabalho será inútil. Mas quantos mais problemas ele levar para o campo, quanto mais habituado estiver a moldar as suas teorias aos fatos e a observar estes últimos na sua relação com a teoria, em melhores condições se encontrará para trabalhar. (Malinowski, 1997, p.23)

Ao contrário do que uma primeira impressão pode passar, a observação participante não é uma prática simples. Está, sobretudo, repleta de dilemas teóricos e

práticos que cabe ao pesquisador gerenciar, e exige uma cultura teórica e metodológica (VALLADARES, 2007).

A terceira fase do trabalho de campo aconteceu entre os meses de setembro e novembro de 2018, e compreendeu a realização das entrevistas planejadas. A observação participante foi fundamental para efetuar correções e inclusões nos roteiros das entrevistas com ambos os públicos: feirantes-agricultores e consumidores, e também para a construção progressiva de uma relação de confiança com os informantes. As entrevistas com os feirantes-agricultores foram gravadas em áudio e transcritas em documentos para posterior interpretação, enquanto que as entrevistas com os consumidores foram registradas em questionários e posteriormente tabuladas e analisadas usando algumas ferramentas da metodologia denominada ‘análise de conteúdo’ (BARDIN, 2011), que se traduz em dividir os dados dentro de cada unidade temática e relacionar o resultado de categorias obtido com os objetivos da pesquisa.

Para essa pesquisa, apesar de os objetivos já estarem definidos, as categorias emergiram a medida em que a pesquisa avançava e o material coletado era analisado. Durante a fase de pré-análise, foi realizada uma leitura geral do material coletado. Concluída essa etapa, iniciou-se a exploração dos materiais, realizando os recortes, a classificação e a posterior combinação das informações em categorias temáticas. Na sequência, buscou-se interpretar os resultados disponíveis.

Desde o início da coleta de dados no trabalho de campo, sob a forma de observação e sob a forma de entrevistas, até a sua conclusão foram realizadas leituras pertinentes aos objetivos da pesquisa e aos dados empíricos que afloravam dos resultados no decorrer do tempo. Este esforço foi necessário para realizar uma triangulação de dados e uma triangulação metodológica, jornada primordial que permitiu visualizar um quadro mais amplo da realidade investigada.

A triangulação metodológica consiste na combinação de diferentes metodologias para analisar o mesmo fenômeno, já a triangulação de dados consiste em usar diferentes fontes de dados (ZAPPELLINI; FEUERSCHÛTTE, 2015).

Geertz (1978) fala em descrições densas, em enfrentar uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, irregulares e implícitas que devem ser primeiro apreendidas e depois apresentadas. É importante ressaltar aqui que, ainda que apenas quatro feirantes-agricultores fizessem parte do escopo da pesquisa, a feira sempre foi observada como um todo e a presença, participação e interação com outros feirantes e

com os consumidores de outras bancas foram de extrema relevância para se atingir os objetivos pretendidos.

Os resultados da pesquisa foram apresentados previamente aos feirantes-agricultores para que eles tivessem conhecimento do que havia sido assimilado e narrado pela pesquisadora. Essa foi uma etapa importante para mitigar os riscos de mal-entendidos, constrangimentos e desconfortos pelo lado dos informantes. Também se optou pelo sigilo em relação ao nome dos feirantes-agricultores e consumidores para proteger as suas identidades.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 LOCALIZAÇÃO & ORGANIZAÇÃO

O município de Macaé está localizado na Mesorregião Norte Fluminense, a 184 km de distância da capital do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Sua ocupação teve início no século XVII a partir do aldeamento de indígenas nos arredores da antiga Fazenda dos Jesuítas de Macaé. De simples localidade à categoria de vila São José de Macaé, em 1813, e mais tarde, em 1846, à categoria de cidade, Macaé foi ganhando importância regional como resultado de sua posição geográfica privilegiada (IBGE Cidades, 2010).

Atualmente, o município possui 206.728 habitantes, dos quais 201.859 (98,1%) vivem em área urbana (IBGE, 2010). Este fenômeno de alta concentração populacional no seu centro urbano é consequência de um processo de urbanização brasileiro, ocorrido no contexto das transformações das primeiras décadas do século XX, e foi intensificado com a instalação da Petrobrás em seu território na década de 1970: Macaé tornou-se um polo de atração para a população nacional e estrangeira que chega em busca de trabalho e oportunidades.

Macaé é reconhecida nacional e internacionalmente como uma das cidades mais importantes para a indústria do petróleo e, com o seu crescimento vertiginoso dos últimos anos, presenciou a chegada de grandes redes de supermercado que se instalaram na região. Em contraponto aos grandes supermercados ou hortifrutis espalhados pelas ruas da cidade, a Feirinha da Roça, organizada por iniciativa da Prefeitura, que até então era a única e mais tradicional da cidade, resiste há mais de vinte anos ocupando o centro da cidade aos sábados, semanalmente.

Nesse contexto, surgiu a determinação por parte do poder público de se criar outras feiras<sup>8</sup>, que aconteceriam ao longo da semana, nos bairros da cidade, e que contemplariam os agricultores do município e região. A I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária ou feirinha do bairro da Glória, como é carinhosamente conhecida pelo público que a frequenta, foi lançada em 21 de janeiro de 2016, através de uma

---

<sup>8</sup> O contexto político que deu origem a iniciativa da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária não foi objeto de análise dessa dissertação.

parceria entre a Prefeitura e uma cooperativa dos agricultores, e acontece toda quarta-feira, das 07 às 13 horas, na Praça do Bairro da Glória.

Na sequência, foram inauguradas, através da mesma parceria, outras três feiras: a Feira do bairro de Imbetiba (substituída, em 2018, pela Feira do bairro Cavaleiros), a Feira da Praia do Pecado e a Feira e do Mirante da Lagoa. As feiras que foram inauguradas nos bairros Malvina, Village Park e Barreto, mais periféricos, foram descontinuadas. Atualmente a Feira da Praia do Pecado, que ocorre às sextas-feiras é a de maior sucesso da cooperativa.

O bairro da Glória é um bairro de classe média/média alta, que possui uma localização privilegiada na cidade, fazendo fronteira com os bairros de Cavaleiros, Novo Cavaleiros, Cancela Preta, Vale Encantado, Horto, Jardim Santo Antônio e Jardim Vitória.

A localização da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária é estratégica: a rua Maria Francisca Borges Reid, que circunda a praça, é um local de intenso tráfego de veículos, e faz parte do trajeto diário de muitos moradores de Macaé, que passam por ali para ir ao principal shopping da cidade, ao polo offshore, à cidade universitária, e a inúmeros outros destinos. No lado oposto da praça encontra-se uma galeria, inaugurada em 2018, com amplo estacionamento e que conta com uma drogaria Pacheco, uma loja de *hortifruti* da franquía Brasil *Salads*, uma loja Americanas, uma *petshop*, uma cervejaria, um café de produtos naturais, uma loja de roupas esportivas e uma loja de tintas.

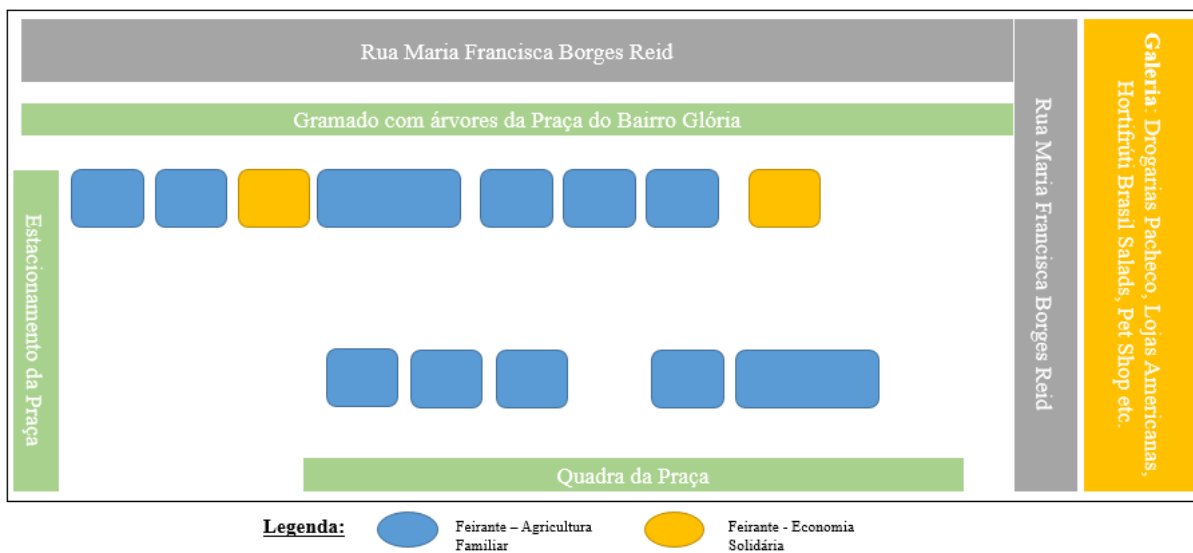
A praça em si é bastante simples, e encontra-se degradada pela ação do tempo e por atos de vandalismo. O local consiste em um espaço onde coexistem uma quadra cercada para prática de esportes, com a tela já rasgada e a pintura descascada, e alguns canteiros gramados com árvores espalhadas sem obedecer a nenhum padrão rígido. As poucas mesas disponíveis estão em sua maioria inutilizadas por estarem quebradas e permanecem como uma lembrança de intenções passadas; alguns bancos espalhados na área aberta são pouco utilizados por falta de sombra e a grama está sempre alta e descuidada. O lugar também conta com um pequeno estacionamento, que em dia de feira é usado por feirantes e consumidores.

A feirinha do bairro da Glória, apesar de ter um alcance pequeno, é um meio de envolvimento dos seus clientes com o sistema alimentar (HLPE, 2017). Por estar em uma via movimentada, ela conta com um ambiente que permite o acesso por parte dos clientes,

apesar de estar restrita a uma pequena parcela da população macaense, e tem influência nas escolhas alimentares, privilegiando a oferta de produtos *in natura* e reunindo alguns feirantes que afirmam vender alimentos sem agrotóxicos.

A feira consiste em duas linhas de bancas, posicionadas lado a lado, que formam um corredor por onde passam os fregueses. O espaço ocupado pela feirinha corresponde à linha da quadra de esportes da praça, e é comum observar crianças jogando bola ou adultos praticando exercícios enquanto os consumidores circulam no ambiente. A feirinha conta com cerca de doze bancas de feirantes macaenses e de cidades vizinhas, das quais duas são representantes da economia solidária e realizam a venda de alimentos já processados como pães, bolos, tortas e massas congeladas, e os demais são responsáveis pela venda de FLV (frutas, legumes e verduras) e derivados do leite. Da totalidade desses feirantes, a pesquisa distinguiu quatro agricultores que se auto identificaram como orgânicos ou naturais e que, portanto, compõe o universo empírico de análise para esse estudo, entretanto um dos feirantes deixou de ser parte da feira no início da pesquisa. Ver Figura 1.

**Figura 1:** Mapa da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Macaé



**Fonte:** A autora

A configuração apresentada na figura acima não é fixa e ao longo dos meses veio se modificando, com a ausência eventual de alguns feirantes e a substituição de outros. Os feirantes comentaram que no momento da inauguração ficavam todos em apenas uma linha, e que isso chamava a atenção dos passantes por dar a impressão de uma feira com

maior número de bancas, mas que por decisão da coordenação essa disposição foi modificada. Atualmente, as bancas se alternam entre os lados, mas alguns dos feirantes já contam com suas posições fixas.

Uma boa parte dos feirantes aproveita os bancos de concreto da precária estrutura da praça como apoio para sua mercadoria. As bancas utilizadas para a feira têm uma estrutura frágil, de aço carbono, são desmontáveis, e se resumem a uma pequena mesa e uma cobertura de lona nas cores verde e branco (suficiente apenas para proteger o feirante e parte da mercadoria). Todas as bancas são de propriedade do próprio feirante e contam com uma saia verde adesivada com o nome da feira e da cooperativa; são os feirantes também os responsáveis por sua montagem, desmontagem e transporte, alguns deles levam também caixotes, de plástico ou de madeira compensada, mesas dobráveis, e aproveitam esses materiais para expor sua produção. Ver figuras (Figura) 2 e 3

**Figura 2:** Imagem da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Macaé



**Fonte:** A autora



**Figura 3:** Imagem da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Macaé



**Fonte:** A autora

A montagem da feira começa no dia anterior, com todos os preparativos que envolvem os processos de coleta, seleção e embalagem dos alimentos, além da preparação das outras ferramentas que são essenciais para o trabalho. Quase todas as bancas contam com pelo menos uma balança (simples ou de precisão), com as sacolas plásticas para embalar os produtos, uma caderneta onde o feirante anota e soma os itens que vão sendo adquiridos e por fim uma caixinha, normalmente de papelão ou metal, onde levam as moedas e notas pequenas para troco e onde guardam o que recebem. Conforme fala de um dos feirantes: “É isso aí, balança, faca, água, não posso ficar sem água, água pra lavar a mão, gelo, tem que botar pra fazer no dia anterior, se eu for ficar comprando gelo... mais o que? Guardanapo, que eu tenho mania de lavar e enxugar a mão toda hora, essas coisas, não pode esquecer.” (Entrevista com a feirante L.)

No dia da feira, o movimento na praça começa antes das seis horas da manhã. Os feirantes vão chegando aos poucos, e com exceção do feirante que tem a maior barraca da feira e traz a sua mercadoria em um pequeno caminhão (esse feirante não é agricultor, mas revendedor), e uma das feirantes-agricultoras, que adquiriu recentemente uma picape, todos os outros usam carros comuns, ‘de passeio’, para transportar a banca e seus produtos.

Muitos feirantes, em especial os que trabalham lado a lado, se ajudam no processo de montagem da banca e, sem trocar muitas palavras, juntos vão descarregando os carros e encaixando as peças em uma atividade que leva em torno de quinze minutos. Finalizado esse processo, começam a descarregar a mercadoria e organizar no espaço que eles têm a sua disposição. É comum presenciar diversos movimentos de solidariedade e reciprocidade entre os feirantes, como o empréstimo de materiais (lona, gelo, água filtrada etc.), o uso coletivo de uma balança de precisão, a troca de notas grandes para ‘fazer troco’ para o freguês, as compras cruzadas para o café da manhã ou para um lanche e as indicações entre eles. Sempre tem um feirante que leva uma garrafa térmica com café e que compartilha com os vizinhos ao longo da manhã de trabalho.

Corroborando com essas observações, são nítidos os exemplos de solidariedade e reciprocidade entre grande parte dos feirantes, fortalecendo elos a partir de uma dinâmica de coletividade entre os que compartilham o espaço da feira. Nesse contexto, Pecqueur (2006, p.89) destaca que:

Na sociedade contemporânea, as relações de reciprocidade estão presentes, por exemplo, na família, nas relações de amizade ou em algumas formas de relacionamento comunitário. A reciprocidade implica em fidelidade, gratidão e identidade. Em particular, o agente que se insere num dado sistema de reciprocidade deve poder contar com a manutenção, no tempo, da sua identidade relativamente a um conjunto mais complexo: os ofícios, a família, a comunidade, o grupo social e mesmo o território.

As bancas são organizadas cuidadosamente para expor os produtos e garantir que todos os itens a venda naquele dia estejam visíveis para os fregueses, algumas contam com toalhas, guardanapos e outros adereços. Determinados feirantes usam uma camiseta com a identificação da feira, mas são minoria. A maioria usa roupas e calçados confortáveis do dia a dia e normalmente trabalha em família (casais, irmãos etc.).

Ao caminhar entre as bancas, chama a atenção o fato de não existir nenhum tipo de placa indicando os produtos ou o preço. Também não existe o movimento de venda ativa, onde o feirante chama o freguês para conhecer ou provar o seu produto, mas existe bastante prosa entre os próprios feirantes e entre os fregueses que transitam e fecham negócios. A feira transcorre de forma tranquila, de tal maneira em que os fregueses não habituais se aproximam e perguntam os preços, ou então pedem indicações sobre com quem poderiam comprar determinado artigo, sem grandes alvoroços.

Uma pesquisa sobre a inserção de mercado de agricultores familiares em uma feira na cidade de Chapecó - Santa Catarina, realizada por Vasques (2016) observou a importância desse mercado de proximidade para a autonomia dos agricultores frente ao sistema hegemônico. Ele destacou questões como confiança, reciprocidade e todos os valores não econômicos que remetem às estratégias de superação e resistência.

Como explica Corona (2006; *apud* VASQUES 2016), os modos de vida desses agricultores levam em conta estratégias que asseguram a reprodução social e econômica da família de forma que há uma hibridez na dinâmica entre o que é moderno e o que é tradicional. Na feirinha pesquisada existem diversas representações dessa duplicidade, onde ora uma ou outra prevalecem, um exemplo bastante prático diz respeito a forma de pagamento: já é possível realizar o pagamento de parte das suas compras com cartão de débito ou de crédito, através da popularização das máquinas de cartão entre os feirantes, mas também é comum clientes habituais comprarem ‘fiado’, realizando o pagamento apenas na semana seguinte, ou deixarem suas compras na banca para buscar no final da feira.

No decorrer da pesquisa, apenas em uma ocasião foi possível observar funcionários da Prefeitura na feira para fiscalizar ou verificar o seu andamento, já a coordenadora da cooperativa quase sempre está presente. É importante destacar que ela mesma também tem uma banca na feira e comercializa com exclusividade a goma de tapioca.

A questão da exclusividade sobre a venda de determinado produto gera muitas controvérsias. Na concepção da cooperativa, a organização da feira previa que os feirantes não poderiam concorrer entre si, e que cada um deveria vender apenas o produto que lhe coube no seu momento de entrada na feira, assim apenas uma banca iria vender verduras, outra seria responsável por leite e seus derivados, outra por ovos e assim por diante, sem que um feirante oferecesse concorrência a outro feirante. Este modelo não tem funcionado na prática e acaba sendo desvantajoso para alguns. Conforme fala de um dos feirantes:

Se eu tenho banana, eu preciso trazer, ou vou deixar perder? Não faz sentido eu não trazer algo que eu produzo, eu não tenho como desperdiçar. [...] Se o cliente quer banana da terra e eu não tenho, lógico que vou indicar o rapaz (outro feirante), mas se eu tenho, por que eu não vou vender? (Entrevista com L.)

Em diversas ocasiões, feirantes foram obrigados a retirar um produto da sua banca (a mandioca descascada) porque, segundo a coordenadora, apenas um dos feirantes

daquela feira poderia levar a mandioca processada dessa forma. Em um dos episódios, uma cliente acompanhou a discussão da coordenadora da feira com o feirante e demonstrou preocupação e indignação com a perda do produto. A mandioca, ou aipim, é uma constante em quase todas as bancas da feira, e um dos feirantes explicou em entrevista a importância da sua comercialização na forma processada para evitar o desperdício e a perda financeira:

Tem que lavar, tem que limpar, colher o aipim, aí depois que colhe aí você seleciona, leva lá pra baixo e faz a seleção, o que tá legal, o que não tá, aí as vezes dali que você tira o que você vai descascar, porque o aipim descascado pra gente é uma forma de você não perder, porque as vezes é um aipim que não tá bom na ponta, mas o restante tá bom, aí você consegue aproveitar. (Entrevista com L.)

Um outro ponto polêmico da organização diz respeito à política de preços a ser seguida pelos feirantes. Por orientação da cooperativa, todas as bancas deveriam praticar os mesmos preços, e dessa forma não existiria uma formação de freguesia por parte de cada comerciante, entretanto, a maioria dos feirantes realça a importância de se conquistar consumidores frequentes.

A interação entre a cooperativa e os feirantes acontece de maneira informal, a coordenadora caminha pelo ambiente e vai conversando com os feirantes conforme suas necessidades e interesses. As reuniões dos feirantes entre si e com a coordenação da cooperativa deveria acontecer sempre na última quarta-feira do mês, ao final da feira, mas praticamente não aconteceu durante o período da pesquisa. Além disso, não foi possível ter acesso a nenhum documento da feira (como o regimento interno ou o regulamento), pois os feirantes não se lembravam de terem recebido algo nesse sentido, todas as orientações são transmitidas de forma oral.

Os feirantes pagam R\$10,00 pelo espaço que ocupam na feira, semanalmente, à coordenadora da cooperativa (caso o feirante ocupe o espaço de três bancas, ele paga R\$30,00). Ao serem questionados sobre a finalidade do pagamento e se aquele dinheiro retornava em benfeitorias para a feira, não souberam informar, apenas afirmaram que essa era uma das condições de entrada e permanência na feira.

O exposto nos dois últimos parágrafos confirma a questão da informalidade presente em algumas das feiras vigentes no Brasil (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015). Em seu livro sobre feiras agroecológicas, os autores constaram que nem sempre se pode observar uma real capacidade associativa entre os feirantes, que

consequentemente ficam reféns de algumas decisões unilaterais da coordenação e também vulneráveis em situações de mudança.

Extrapolando o comando formal da feira, que é exercido por uma mulher (coordenadora da cooperativa), a forte presença feminina também pode ser observada nas bancas e entre os consumidores. No caso das bancas de L. e A., é sempre a mulher que assume o papel de lidar com a freguesia, de informar e educar sobre o que está vendendo, de acolher as dúvidas e as confissões de quem está comprando. Também são essas mulheres as responsáveis pela definição dos preços, pela gestão do caixa e pelas informações dadas à pesquisa.

Um dos principais assuntos discutidos entre os feirantes diz respeito à queda no movimento da feira, sentido desde o início do ano de 2018, e atribuído por alguns ao início da nova feira na Praia do Pecado, que teria sido responsável por ‘roubar’ parte da freguesia da feira do bairro da Glória.

Uma das ideias levantadas por eles seria uma ação de marketing integrada, mas eles ainda não sabem o que seria efetivo, se deveriam fazer um anúncio no rádio, uma panfletagem no bairro ou algum evento na feirinha, como um café da manhã coletivo (algo que já foi feito no início da feira). Apesar de não terem uma visão muito clara sobre o que deve ser feito, existe uma urgência da parte deles em fazer alguma coisa. Todas essas ações são planejadas e discutidas sem o envolvimento da cooperativa, e acabam ficando restritas a um número limitado de feirantes que possuem afinidades entre si. Além das reuniões mensais (que não vem sendo realizadas) não existe nenhuma outra circunstância, formal ou informal, que reúna todos os feirantes para discussão de assuntos de interesse geral.

Petersen (2009) é enfático ao afirmar que esse tipo de mercado, que busca ser solidário e aproxima vendedores e consumidores, por ter características próprias, demanda a construção de novos processos e ferramentas de gestão. Esses modelos devem ser específicos para a realidade desses circuitos curtos de comércio, para que suas características internas, como autogestão, participação e reciprocidade, sejam compatíveis com a sua inserção em um ambiente econômico onde predominam outras formas de racionalidade.

A feira acontece como uma extensão do trabalho realizado no campo e de certa forma é impossível e indesejável desassociar esses dois ambientes, feira e roça, urbano e rural, tradição e modernidade, tudo se funde nesse mercado com relações que extrapolam

a troca econômica, uma vez que, em relações face a face, os valores de honra, prestígio e confiança são inseparáveis dos produtos ou serviços dos agricultores (SABOURIN, 2011). Desta forma, como que a completar um ciclo, todas as quartas-feiras os agricultores ou revendedores deixam a sua morada antes do amanhecer para, às sete horas da manhã, agora como feirantes, começarem a receber os seus primeiros clientes e, em conjunto, ocupar a praça do bairro da Glória com ruídos, calor, cores e sabores.

#### 4.2 FEIRANTES-AGRICULTORES

A partir do contato com a feira, foram identificados quatro feirantes-agricultores que se auto identificam como orgânicos, naturais ou livre de agrotóxicos. Em comum, a presença na feira, a história familiar intrincada com a agricultura, os desafios de plantar e colher sem (ou com pouco) uso de agrotóxicos, o dia a dia no campo e as conexões com a cidade.

O quadro 4 apresenta as principais características, que diferenciam e aproximam esses informantes. Os feirantes-agricultores serão identificados a partir das suas iniciais, de forma a preservar sua identidade:

**Quadro 4:** Feirantes-agricultores

	Feirante M.	Feirante L.	Feirante A.	Feirante N.
Gênero/Idade	Homem < 30 anos	Mulher > 40 anos	Mulher > 40 anos	Homem > 40 anos
Principais produtos comercializados	FLV Temperos e geleias	FLV Derivados do leite	FLV Ovos Temperos	FLV
É agricultor familiar? *	Sim	Não	Sim	Sim
É assentado?	Não	Não	Sim	Sim
Participa de quantas feiras por semana?	Duas	Duas	Três	Uma**

**Fonte:** Autora.

\* De acordo com a Lei 11.326/2006

\*\* Atualmente, o feirante N. não participa mais da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária, apenas da “Feirinha da Roça”.

É fundamental salientar que neste contexto os termos orgânico e natural fazem referência a uma categoria ‘nativa’, ou seja, são os feirantes-agricultores que usam essas palavras e lhe atribuem valor e significado, características que serão exploradas adiante. Dos quatro feirantes-agricultores que foram convidados a participar dessa pesquisa, três (L., A. e N.) fazem/fizeram parte de um grupo de trabalho, sob orientação de um técnico da prefeitura, que almeja o controle de autenticidade da sua produção através do Controle Social para Venda Direta. Essa forma de controle surge como uma alternativa ao processo de Certificação, estabelecido como padrão internacional de credenciamento, ou pelo Sistema Participativo de Garantia, que muitas vezes são inacessíveis para os produtores de menor escala e renda pelos custos e burocracia envolvidos no processo (MEDAETS; MEDEIROS, 2004). O agricultor M., único que não participa do grupo, se auto identifica como natural, sem veneno, e evita a palavra orgânico justamente por não ser certificado.

Durante essa abordagem inicial aos feirantes-agricultores, alguns temas apareceram de forma mais frequente, e foram agrupados dentro de unidades temáticas. Essas unidades, que emergiram conforme o avanço do trabalho de campo, e sua relação com os objetivos da pesquisa estão detalhadas nos itens abaixo.

#### 4.2.1 Agricultura Familiar Campesina<sup>9</sup> sem agrotóxicos: oportunidades e desafios

À luz dos objetivos deste trabalho, buscou-se investigar junto aos agricultores sua relação com o meio ambiente nas suas dinâmicas de plantio, cuidados e colheita, e as influências dos seus modos de produção com a sua forma de comercializar e consumir esses alimentos.

Durante o trabalho de campo etnográfico e entrevistas com os feirantes-agricultores, uma das questões centrais dizia respeito a como cada um deles classifica a sua forma de produzir. Ao identificar os seus produtos para os fregueses, era comum o

---

<sup>9</sup> Essa é uma classificação teórica, baseada em Van Der Ploeg (2008). Nenhum deles se identifica como agricultor camponês familiar, eles usam apenas o termo agricultor.

uso da palavra ‘orgânico’, entretanto eles evitavam o termo para a pesquisa, justamente por não possuírem o documento de controle de autenticidade.

L. é uma mulher na faixa dos quarenta anos, casada, que trabalha na feira junto com o seu esposo, e cujo sítio encontra-se na região serrana de Macaé. Ela afirma que considera estar em uma transição porque, segundo sua fala, acredita que a terra ainda tenha resíduos do uso de químicos no passado:

Então já vai fazer cinco anos que eu tô lá, então a gente considera isso uma transição ainda, porque por muito mais que cinco anos ainda tem resíduos ainda, não vou dizer que não, mas deve ter algum resíduo lá perdido. Eu digo transição, porque até você chegar no orgânico, orgânico, orgânico mesmo né? É complicado [...], mas a gente não usa né? (Entrevista com a feirante L).

Durante o ano de 2017, ela participou do grupo coordenado pelo técnico da prefeitura, já mencionado, para conseguir o controle de autenticidade para o seu sítio, porém, o processo ainda está pendente por ela não ter o DAP (declaração de aptidão ao PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A sua pendência diz respeito ao tamanho da sua propriedade, que ultrapassa em apenas dois alqueires o requisito estabelecido pela lei 11.326/2006, responsável por regular a agricultura familiar e que determina: “Não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais<sup>110</sup> (definidos por cada município)”.

Por não ter nenhum tipo de documento que comprove a autenticidade de seus produtos, ela foi persuadida pela cooperativa a retirar a placa de ‘Orgânicos’ que usava em sua banca. A orientação que ela recebeu foi a de usar uma placa onde se lê ‘Sem Agrotóxicos’, mas ela não se identifica com esses dizeres. Segundo L.:

Ela (faz referência à coordenadora da feira) disse que tem que colocar sem agrotóxico, eu acho um nome muito feio, não gosto, sei lá, eu mandei fazer os cartões hoje, por exemplo, mandei colocar alimentos saudáveis, então não botei nem uma coisa nem outra. Se é saudável não tem agrotóxico, porque se tem agrotóxico a gente sabe que não é saudável. (Entrevista com L).

Pode-se afirmar que a confiança de consumidores que buscam alimentos orgânicos em uma feira se constrói predominantemente a partir de interações face a face, e em menor importância, através dos sistemas peritos de certificação (CASTAÑEDA, 2010). Os sistemas de controle de autenticidade de produção orgânica muitas vezes são

---

<sup>10</sup> Em Macaé, quatro módulos fiscais correspondem a 48 hectares. Cada município tem o tamanho de seu módulo fiscal definido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).



vistos como uma barreira de entrada legal e socialmente construída, que impede o acesso de parte dos agricultores a mercados específicos. No caso de L., que atualmente não exhibe nenhum tipo de placa em sua banca, a falta de um documento ou informação indicando a venda de produtos orgânicos não impede que ela seja identificada pelos consumidores frequentes da feira com essa vertente: diversos consumidores a indicam entre si e ela está ligada a alguns dos coletivos de consumo de orgânicos da cidade.

M. e a esposa formam um jovem casal, com pouco mais de vinte anos, que estão sempre trabalhando juntos e na companhia do filho, um bebê de pouco mais de um ano de idade. Sua propriedade fica em Córrego d'Ouro, distrito de Campos – RJ, e ele trabalha com seu pai, que antes trabalhava com seu avô. Eles classificam sua produção como natural, sem veneno, e disseram que não podem usar a palavra orgânico por não terem um certificado. Independente da Instrução Normativa n.19 (2009), que estabelece os três sistemas de controle de autenticidade, nenhum feirante faz distinção em relação à nomenclatura oficial utilizada e consideram qualquer um dos sistemas como 'certificação'.

Recentemente, o casal começou a comercializar temperos e geleias caseiras na feira. A embalagem dos produtos conta com um rótulo, produzido por eles, que indica que aqueles são produtos 100% Naturais.

N. está na faixa dos quarenta anos e cultivava primordialmente verduras como rúcula, espinafre, alface, agrião, couve, salsinha e cebolinha, entre outros. Ele sempre contou com muito prestígio junto aos frequentadores da feira e era uma das principais referências dos fregueses quando questionados sobre feirantes que comercializam alimentos orgânicos, entretanto, ele teve que deixar a feira no início de 2018 por falta de produto – a sua horta não resistiu ao calor excessivo e chuvas fortes típicas do verão e ele se viu sem a quantidade suficiente de verduras para permanecer nas duas feiras onde comercializava até então. Ao ter que fazer uma escolha, optou por permanecer apenas na feira de sábado, por ser mais tradicional na cidade.

Ele é o feirante-agricultor que está mais próximo de conseguir o documento que comprove a origem da sua produção, através do Controle Social da Venda Direta. Todo o processo já leva mais de dois anos e ele ainda não tem muita clareza a respeito de um prazo para concluir esta demanda, apesar disso, acredita que valerá a pena, pelo ganho de confiança por parte dos clientes e também por possibilitar a ampliação das vendas.

A feirante-agricultora A. foi a última a ser identificada e convidada a fazer parte dessa pesquisa. Ela é uma mulher de meia idade, casada, que participa atualmente de três feiras: a Feira da Gloria às quartas-feiras, da Praia do Pecado às sextas-feiras, e a Feirinha da Roça, aos sábados. Sua identificação ocorreu através da indicação dos próprios fregueses, que a reconhecem como vendedora de orgânicos – ao questionar sobre o conteúdo da pesquisa, eles sempre perguntavam se ela estava sendo entrevistada e relatavam que costumavam comprar alimentos orgânicos com ela.

Devido a um acidente de carro, ocorrido em 1998, A. tem vários problemas de saúde, que prejudicam a sua mobilidade. Ela teve uma fratura exposta grave que resultou no encurtamento de um dos braços e graves problemas de coluna. Nos dias de hoje, boa parte dos alimentos vendidos na sua banca são provenientes de terceiros, mas ela mantém em seu sítio a produção de alguns cítricos, ovos e legumes que também são comercializados.

Sua banca sempre é organizada com muito capricho, com uma grande variedade de produtos, distribuídos em caixotes de madeira. Ela costuma pendurar uma plaquinha de madeira onde se lê *Welcome* (que foi adquirida de uma artesã que trabalha ao seu lado na feira da Praia do Pecado) e uma outra grande placa de madeira (essa confeccionada só no final do ano de 2018), onde constam o seu nome e do seu esposo, e a identificação ‘Produtos da Roça’. Ao ser questionada sobre qual o melhor termo para definir os alimentos comercializados por ela, ela evita rótulos:

Deixa eu ver como que eu vou me colocar aqui [...] Eu acho que eu sou de tudo um pouco. O que acontece, falou que é meio ambiente, falou que é natureza, eu procuro preservar, cuidar... Lá no sítio, por exemplo, a gente tem muito cuidado com negócio de sacola, de garrafa, agora lá venta muito né? Venta e a gente não pode botar fogo também, que se botar fogo, uma fagulha que cai... vixi...come tudo, agora é época de seca né? Então a gente procura, eu procuro, tipo assim, eu gosto dos animais, eu gosto da natureza, eu gosto do verde, eu gosto de planta, eu gosto de tudo... é a parte que eu gosto.(Entrevista com A.)

O orgânico pra mim é nada que leva veneno, nenhum tipo de agrotóxico, a coisa feita assim, produtos sendo cultivado naturalmente, entendeu? Quer ver, a gente gosta muito de colocar composto, nossas mudas de laranja, todas elas levam composto. Nosso composto é feito com folhas secas, fezes de galinha, matos secos, restos de legumes, a gente mistura tudo aquilo com a terra, põe no fundo, aí vem a mudinha, que com o tempo ele vai misturando com a raiz, absorvendo. Porque o adubo de vaca tem veneno né? É remédio que eles põe pra matar bicho, carrapaticida, antibiótico [...] (Entrevista com A.)

Um outro tema de bastante relevância para a compreensão da dinâmica rural dos feirantes-agricultores, e sua relação com o meio ambiente, diz respeito às suas motivações para buscar um modo alternativo de agricultura, sem fazer uso de agrotóxicos.

A relação estabelecida com o meio ambiente é evidentemente um diferencial para essa decisão e dois agricultores mencionaram a presença de nascentes em sua propriedade rural, e a importância de proteger essa fonte de água, preservando a vegetação nativa e evitando o pisoteio por parte das criações de animais. Nas próprias palavras dos agricultores:

É uma das coisas que me dá mais força para continuar lutando nessa linha aí, é porque eu acho que futuramente, daqui alguns anos, quem tiver água vai ter tudo... Porque a hora que não tiver, as pessoas não estão dando a devida importância, mas a hora que não tiver, vai ver que é muito complicado viver sem água, gente, pelo amor de Deus, eu acho que você pode ficar sem tudo, mas sem água? E uma das coisas é isso, a água lá é muito boa, então eu fico pensando, aí meu Deus, como que eu vou embora pra cidade viver sem isso aqui, porque eu amo aquela água.” (Entrevista com L).

Lá tem uma pedra muito grande e ela se destaca, quando você chega, você vê ela... e o nosso sítio é na base dela. A gente lá tem essa preocupação, porque faz divisa, é mata, sítio, então faz divisa. Antes desmatava muito para plantar mais, agora meu pai já não tá fazendo mais isso, por causa da água. Há dez anos atrás a água não secava, hoje a água seca. Tem duas [águas] que passa no sítio, uma não seca, já a outra seca, aí meu pai passou a ver mais com cuidado as beiras da mata por causa justamente de secar água, e é a que a gente mais usa, porque passa perto da criação, das galinhas, dos porcos. (Entrevista com M.)

A produção de alimentos é dependente de recursos naturais e, portanto, a sustentabilidade da produção depende da sustentabilidade dos próprios recursos. O modelo mais difundido de intensificação agrícola envolve o uso intensivo de insumos, o que inclui água, fertilizantes e pesticidas, tais tendências são uma ameaça para a produção presente e futura (FAO, 2014). Um dos princípios apontados pela FAO para guiar o processo de transição para um sistema alimentar mais sustentável indica que a sustentabilidade requer ação direta para conservar, proteger e melhorar os recursos naturais. Como exemplo de práticas chaves para alcançar esse objetivo é aconselhada uma melhor gestão dos recursos hídricos por parte dos agricultores, acompanhada por políticas, lei, incentivos e benefícios que contribuam para esse desafio.

Ainda em relação às preocupações ambientais, a questão do lixo é uma das mais aludidas pelos pesquisados e todos eles demonstram algum tipo de desconforto com as

embalagens plásticas, que são uma unanimidade na feira (estão presentes em todas as bancas). Sobre essa questão, ver trechos da fala dos feirantes:

Eu costumo dizer, ainda mais quando se trata de alimento, eu acho que você come com os olhos, com a boca e com o nariz. Não come só com a boca, eu acho que você olha pro alimento e você já tem uma noção né, te dá um apetite pra você comer né? Agora, algumas coisas, eu já penso assim muito na embalagem, porque eu cheguei a começar, no início, trazer aquelas coisas embaladinhas, em bandejinha de isopor, que você vê, muito bonitinho, só que eu acho que ali já são não sei quantas bandejas pra ir pro meio ambiente. [...] Eu vou embalar, eu já fico pensando, entendeu? Às vezes eu prefiro trazer um doce num vidro que é reutilizável, mas eu esterilizo, passo água fervendo, enxugo muito bem, passo guardanapo, entendeu? Porque, pra evitar de ir pra natureza, porque tudo isso vai pra naturez (Entrevista com o feirante L).

Eu procuro falar com o pessoal pra ver se eles trazem a sacola pra gente usar menos sacola. Infelizmente eu tenho que ter a sacola. Se eu pudesse eu faria sacolas de tecido, pra ser reutilizada, mas infelizmente eu ainda não tive como, não dá pra mim. Eu teria que comprar tecido né? TNT e dar pro pessoal pra levar e retornar. (Entrevista com A.)

Um outro tema preeminente dentro desta categoria diz respeito às dificuldades e desafios na lida com a terra e com as intempéries climáticas. Os dois agricultores oriundos do assentamento localizado próximo a Conceição de Macabu, município vizinho, relataram problemas nesse sentido e a necessidade de se preparar e adaptar para tais eventos.

A palavra resiliência aflorou, nas últimas décadas, como um fator chave em sustentabilidade. O termo pode ser definido como a habilidade de um sistema e seus componentes em antecipar, absorver, acomodar e se recuperar dos efeitos de um evento ameaçador de uma maneira oportuna e eficiente. Fenômenos climáticos são uma boa representação para os eventos ameaçadores que prejudicam a produtividade e estabilidade no campo, o que aumenta o nível de riscos e incertezas para os agricultores (FAO, 2014).

A questão do clima se apresentou como um dos grandes desafios quando os agricultores decidem trilhar o caminho de uma agricultura livre de agrotóxicos. M., um dos feirantes que comercializa bananas na feira, relatou as dificuldades para esse tipo de cultivo no inverno:

Chega aqui falta, o pessoal fica querendo, tem madura? Igual a d'água hoje, a d'água eu não consegui, eu só consegui verde. [...] o frio chega, a banana sente, faz muita diferença, que ela começa fininha, muito fina mesmo, ela vai engrossando, se não tiver calor, ela 'xoxa', fica fininha, o tempo todo, aí madura fininha, você vai ver é só casca, não dá pra comer [...] estraga mesmo, você tem que cortar o pé e jogar no chão. (Entrevista com M.)

No caso da banana, a prática de aplicar o composto químico carbeto de cálcio, popularmente conhecido como carbureto, para amadurecer a fruta ‘à força’ ainda é muito difundida. Muitos clientes da feira desconfiam da prática e questionam os agricultores sobre o seu uso. A fala do feirante-agricultor M., transcrita abaixo, exemplifica alguns elementos do processo de recampesinização do mundo rural descrito por Van Der Ploeg (2008), onde se observa a reemergência e fortalecimento das cadeias curtas de comércio e a emancipação dos agricultores: o comércio em uma cadeia longa, em grandes quantidades, criava a necessidade de frutas maduras, independentemente do tempo padrão necessário para esse processo acontecer de uma forma natural, e a mudança para uma escala menor de produção, escoada através do comércio em feiras, alterou essa realidade.

A gente tenta, porque sempre tem as pessoas que falam: ah não, isso aí madura com carbureto... Deus me livre de carbureto, esse troço é perigoso demais, meu pai fazia isso, há vinte anos atrás ele usava... hoje em dia, em hipótese nenhuma, até porque a quantidade né? Lá no sítio mesmo onde que a gente tá hoje, já tá com a família há trinta e poucos anos, antigamente não vendia em feira, há trinta anos atrás não vendia em feira, era caminhão fechado só pra fábrica de doce de Rio Bonito, aí era muita coisa, muita coisa... hoje já diminuiu muito a quantidade, muito, meu avô não tem mais o sítio, está com oitenta e poucos anos, não quer ir mais, está cansado, então diminuiu muito, muito a produção. (Entrevista com Feirante M.)

O processo de industrialização introduzia fortes pressões descendentes sobre os sistemas locais de produção de alimentos (inclusive de preço), o que contribuiu para padrões de dependência. Esses padrões de dependência econômica estão entre os fatores que impulsionam e motivam um retorno à condição camponesa, através de uma ‘reconversão’ de agricultores empresariais em camponeses, com mais autonomia e que se distanciam cada vez mais das imposições do mercado. (VAN DER PLOEG, 2008)

As feiras, para os feirantes-agricultores pesquisados, são a única (ou pelo menos a principal) forma de vender o que produzem e, portanto, sua fonte de renda. Um dos principais pilares de sustentação de unidades produtivas de pequena escala é o trabalho familiar, a produção diversificada, a proximidade com o consumidor final através das vendas diretas, a qualidade e a segurança alimentar e nutricional (DAROLT; LAMINE; BRADEMBURG, 2013). Todos esses aspectos estão alinhados o conceito de sustentabilidade.

A insegurança alimentar e nutricional não está presente apenas em situações de fome, mas também quando se produz e consome alimentos com o uso de agrotóxicos e de baixo

valor nutricional (BRASIL, 2014). Nesse sentido, o consumo próprio é de extrema relevância para a saúde dos agricultores, evidenciado na fala dos entrevistados:

Tudo o que a gente produz lá, a gente consome. Até coisa que a gente não traz pra cá, a gente consome. Tem uma parte da horta que a gente não traz, igual alface, a gente planta mais pra gente lá, porque é muito frágil, não cresce nosso alface, não fica aquele alface bonito porque a gente não usa o adubo né, é sempre esterco de galinha ou de boi, aí não fica aquele grandão e fica muito fragilzinho e a gente come lá, mas tem mais coisa... Aí tem coisa também que eu tô trazendo agora que era as acerola, a gente fazia muito suco de acerola, aí eu comecei a trazer, deu certo e sempre quando tem eu tô trazendo. A jabuticaba, porque perdia, madurava e o chão ficava vermelho, aí a gente tirava um pouquinho pra fazer suco, mas sempre muito pouco. Agora a gente tá trazendo. (Entrevista com M.)

[...] praticamente a gente só compra o mais básico, arroz, feijão que não tem ainda, mas que eu tô querendo plantar também, nem que seja pra consumo, e fubá que a gente também não tem, tem milho mas ainda não tem como, tô correndo atrás de alguém para poder moer. Nem farinha de trigo, nem de mandioca, essas coisas assim que a gente compra, o resto é tudo de lá mesmo. (Entrevista com L.)

Uma outra questão que merece destaque está relacionada ao respeito pela cultura alimentar local e pela diversidade de alimentos oferecidos. É importante considerar que a alimentação depende do sistema alimentar vigente, ou seja, as formas pela qual uma sociedade se organiza, estrutura, produz e distribui os alimentos, e que em tempos de monotonia alimentar, dominada por trigo, arroz e milho, a diversidade da produção agrícola, um ambiente alimentar que proporciona escolhas saudáveis e o saber-fazer transmitidos de geração para geração são de extrema importância para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada. Abaixo, um trecho da entrevista com um dos feirantes-agricultores demonstra a sua preocupação em relação ao tema. A questão da cultura alimentar, do ‘saber-fazer’, da autonomia que se tinha, e de formas tradicionais de processamento de alimentos surgiam, com bastante frequência, de forma espontânea nas conversas com os feirantes-agricultores e também com os consumidores locais.

Farinha, açúcar mascavo, não é um bicho de sete cabeças, mas nós perdemos, a cultura foi perdida, porque hoje é só mercado. Um fubá, essas coisas assim, antigamente as pessoas faziam, minha vó fazia, a bisá dele fazia... essas coisas tudo se perdeu, ela não faz mais. Hoje em dia até um fogão a lenha é difícil você achar. (Entrevista com M.)

Apesar dos desafios e dificuldades enfrentados diariamente, da constante luta em busca de autonomia em um contexto de marginalização, e de muitas vezes o campesinato

estar associado à um obstáculo para o progresso, como uma figura social a ser removida gradativamente (VAN DER PLOEG, 2008), ao serem questionados sobre os seus planos para o futuro, todos os feirantes-agricultores entrevistados indicaram o desejo de permanecer no campo, na agricultura e na feira.

[...] aí foi que eu comecei a querer morar no sítio, não foi querer trabalhar com o sítio, eu quero viver no sítio, não é lá o sítio igual a gente vive hoje, a gente mora em Córrego d'Ouro e o sítio tá lá, é meia hora a pé, vinte minutos de bicicleta, dez de carro, mas eu quero morar lá, eu quero levar luz pra lá porque lá, lá tem cachoeira, tem terra, tem água, então você planta, você colhe [...] (Entrevista com M.)

Nos vídeos que eu via, o que eu achava muito bacana era isso, de a pessoa viver no sítio e viver do sítio, claro que vai comprar coisas fora, mas no mais, você tentar tirar sua sobrevivência dali, daquele pedaço de terra. É isso que eu quero, quero ainda, isso aí eu não desisto não, não abro mão não, igual viver no sítio pra ele (faz referência ao filho) pra criança cara, viver tranquilo. (Entrevista com M.)

Ah, eu amo o que eu faço. Agora, agora mesmo, que depois que eu fiz, que tô participando do orgânico, que você passa a ter mais interesse ainda, e agora com esse negócio de vida saudável, te dá uma nova visão, uma coisa diferente. [...] não tem coisa que me deixa mais feliz do que na hora que a gente tá plantando, que a gente tá vendo ali... quando o vento bate, que tá tudo verdinho. É muito gostoso, a paisagem lá no sítio é a coisa mais linda. (Entrevista com A.)

Pesquisa - E como você se vê daqui cinco anos? Qual que é o teu objetivo? Tua visão de futuro?

Feirante – Minha visão de futuro é ser uma grande agricultora, estar plantando tudo nós mesmos, cultivando, colhendo e levando direto pro consumidor final uma coisa de qualidade, sem ter aquela interrogação: será que é?” (Entrevista com A.)

#### 4.2.2 Legado familiar & conflito de gerações

As relações familiares estão imbricadas em todas as atividades dos feirantes-agricultores pesquisados e são imprescindíveis para a sua sobrevivência. Desde a propriedade da terra ao ‘saber fazer’, das decisões importantes à rotina de trabalho, tudo passa pela família. Aqui cabe destacar que a população que vive nas áreas rurais brasileiras é bastante diversificada, levando em conta as formas de ocupação do espaço, as tradições acumuladas e as identidades afirmadas; ela inclui desde os pequenos ou médios agricultores até os assentados dos projetos de reforma agrária (PETERSEN, 2009).

Uma das histórias que se repete nas narrativas é a passagem do legado construído pelos agricultores mais velhos para os mais jovens, as tentativas dos mais jovens de introduzirem novas ideias e práticas, e todos os conflitos decorrentes disso.

A história de L. com a agricultura é antiga, seus pais sempre trabalharam na propriedade da família, mas fugindo à tradição do campo, ela decidiu perseguir outro sonho: a costura.

Após fundar e gerenciar uma confecção por vinte anos, que chegou a ter dezesseis funcionários, no ano de 2010 o empreendimento sofreu um revés após uma sociedade malsucedida e ela perdeu tudo. Neste mesmo ano, seu pai havia sofrido um acidente e ela decidiu voltar ao sítio da família. Apesar de estar lá desde 2010, foi só em 2013 que ela começou a atuar como agricultora e assumiu de fato os cuidados com a terra.

Um dos maiores desafios enfrentados por ela nesta nova etapa da sua vida corresponde às suas investidas em estabelecer uma nova forma de praticar a agricultura, que estivesse mais alinhada com seus valores pessoais. A primeira resistência foi encontrada na figura do seu pai, evidenciada na sua fala:

[...] meu pai, apesar de ele sempre ter tido assim, ter sido nascido e criado na roça, mas meu pai já usou veneno porque na cabeça deles isso aí como eu falo são coisas que é como se tivesse na cultura deles, na cabeça deles eles acham que pode, que aquilo é normal, que não agride, que pode, é só um veneninho e todo mundo usa, não tem problema. (Entrevista com o feirante L).

Apesar de ter assumido o negócio da família há cinco anos, L. ainda não convenceu o pai a respeito das vantagens de se produzir sem o uso de agrotóxicos.

Eu ainda não convenci 100%. Ele ainda não viu, ele não vê esse resultado assim, ele acha que se perder tudo, que vai perdendo mesmo, você não pode reclamar de perder, você não quer usar nada, você não quer botar nada entendeu? Igual, ele foi lá em cima, no pasto né, e viu que tá muito sujo, tá precisando limpar, o mato tá crescendo. (Entrevista com L.)

M. também enfrentou dificuldades ao propor uma nova maneira de praticar a agricultura. Ele começou a ajudar o pai na Feirinha da Roça, que acontece aos sábados no centro de Macaé-RJ, quando tinha apenas 15 anos, mas quando completou 19 anos, cansado da rotina da agricultura e da feira, decidiu aproveitar as oportunidades de emprego oferecidas na região durante o *boom* do petróleo e começou a trabalhar na



indústria offshore, embarcando. Após 2 anos trabalhando embarcado, sem conseguir se adaptar a essa forma de emprego, tomou a decisão de retornar ao campo.

Depois que eu saí de embarcado eu fiquei um ano e pouco, eu recebi o seguro, aí fiquei fazendo uns biquinhos mesmo, só ali pertinho, servente, ia de vez em quando ajudar meu pai, mas pra engatar no sítio mesmo demorou um ano mais ou menos depois que eu fiquei desempregado. [...] Eu comecei a ver muito vídeo no Youtube relacionados a permacultura, do Ernst, comecei a ver muito vídeo sobre isso. Agora como que eu cheguei a ver, eu não sei o que despertou. Acho que tava passando também uma novela, da Globo, aquela “Velho Chico”, que eles falavam de agricultura sintrópica, estavam falando bastante sobre isso... Tinha o pai, e o filho que queria [...] (Entrevista com M.)

Ao discutir com o pai o seu retorno aos negócios da família, ele disse que sua condição era ter autonomia para trabalhar com a terra de uma forma diferente, sem fazer queimadas ou uso de agrotóxicos. Apesar das resistências iniciais, M. conseguiu convencer o pai a começar um bananal ‘do zero’, e plantou bananas, aipim e feijão. Com a diversificação da produção, eles não precisaram esperar um ano e dois meses para iniciar a colheita, primeiro colheram o aipim e agora estavam colhendo as bananas, o que fez com que o pai começasse a ver essas novas ideias do filho com bons olhos.

[...] ele, no começo, ele não aceitava não. Ele aceitava na minha frente, com a minha mãe ele já falava que era doidera, que maluquice é essa, que não sei o quê... aí depois quando ele foi vendo que realmente funcionava, aí foi aquela coisa que te falei, de cortar a muda e enterrar, que antes ele não fazia, que a gente fez num bananal novo e realmente, o primeiro cacho veio maior, a produção melhorou, aí foi que ele foi entendendo melhor, foi se abrindo [...] (Entrevista com M.)

Ao explicar os motivos pelo qual o pai aceitou mudar a sua perspectiva e trabalhar junto do filho em uma nova proposta de agricultura, M. ressaltou a importância do companheirismo, da transmissão do ‘saber-fazer’ de pai para filho:

Pesquisa – Então, você começou a ver os vídeos e tentava convencer o seu pai, mas ele estava irredutível.

Feirante – Irredutível.

Pesquisa – O que você acha que convenceu ele a fazer o primeiro bananal?

Feirante – Eu acho que companhia, ele sempre quis ter alguém para trabalhar com ele no sítio assim, de filho... e nunca teve, e ele tava desanimando do sítio já, porque ele estava sozinho. (Entrevista com M.)

Quando voltou a trabalhar no sítio, depois do período embarcado, M. passou a trabalhar com o tio, de 69 anos, e ficou impressionado com a vitalidade e disposição dele. Ele relatou que não tem vergonha de admitir que no começo não conseguia acompanhar

o ritmo do tio, que eles iam a pé para a roça, antes mesmo do sol nascer, e passavam o dia trabalhando sem cessar, que mesmo na hora do almoço, o tio comia e não parava, logo já estava de pé, arrancando mato, mas que o tempo passava rápido porque o tio estava sempre de bom humor, dando risada e contando ‘causos’. Atualmente o tio voltou para a sua cidade de origem, Alcântara-RJ, e sempre que visita o irmão e o sobrinho diz que sente muita falta do trabalho, que passa o dia em casa sem fazer nada e que por conta disso está com o corpo todo dolorido.

Ao comparar o tio com o seu pai, M. disse que o tio estava muito mais aberto às inovações que ele estava disposto a implementar, e que muitas das ideias que ele tenta levar para o sítio ele aprende através da internet, uma das suas principais fontes de consulta para aprendizado. Ele descreve o pai como um homem da roça, que sempre trabalhou no campo, e que não tem paciência com as exigências da cidade, detesta fila, burocracia, não tem carteira assinada até hoje e não é cooperado, M. é quem auxilia em questões práticas da cidade, como ir ao Detran. Ele descreveu em entrevista um episódio em que técnicos rurais quiseram implementar um projeto na propriedade, mas encontraram oposição do patriarca:

Começou a chegar uns técnicos da EMATER lá, conversando, pedindo pra fazer a proteção das nascentes, só que ele nunca deu bola não, ele passou a ver com mais atenção a situação, mas ele não quis que a pessoa fosse lá, pra fazer... porque na Copa agora teve né? Um programa de proteger nascente, relacionado a Copa do Mundo [2018], e eles estavam protegendo o Rio de Janeiro, pegava as nascentes, até pagavam um dinheiro, mas nem assim ele quis. Eles ofereceram ao meu pai para ir lá, tinha também projeto de criação de galinha, eles entravam com o capital e com o projeto, depois você ia pagando. Meu pai não aceitou nada disso. (Entrevista com M.)

Um dos objetivos atuais de M. é conseguir o DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e se associar à cooperativa para vender ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), mas antes ele precisa convencer o pai sobre os benefícios dessa iniciativa.

A. cresceu no meio da natureza e considera que cuidar da natureza é como cuidar do seu próprio corpo. Tudo o que ela sabe sobre a terra, sobre plantar e cuidar, ela aprendeu com seu pai.

Meu pai trabalhou no Horto muitos anos e a gente morava dentro do Horto, nós tínhamos uma casa dentro do Horto, morávamos lá, ajudávamos meu pai a fazer muda, meu pai vendeu muda durante muitos anos, fomos criados assim,

e assim, papai sempre ajudou a gente a cuidar muito da natureza. (Entrevista com A.)

[...]a gente sempre gostou de mexer com terra, porque ele já mexia, não na parte de agricultura de hortaliças, legumes, fazíamos sim, pra nós mesmos, não pra comercializar. Nós só comercializávamos frutíferas, muda de frutas, laranja, eu sei fazer uma muda até fazer o enxerto, porque a gente fez com o papai, crescemos fazendo isso. Mamãe era doméstica, ela não mexia com isso, era nós os filhos e papai, mamãe era mais cuidando da casa, lavou muita roupa, muito pobre né? Lavando roupa pra fora pra ajudar. (Entrevista com A.)

Ela trabalhava com qualidade e meio ambiente, em Itaboraí, antes de retornar para o sítio e já tinha sido empreendedora, com uma distribuidora de água. Ela decidiu voltar porque seu pai estava doente e alguém precisava cuidar dele – ele faleceu três dias depois da sua chegada e, a partir desse momento, ela e o esposo assumiram o sítio. Até então, o pai cuidava sozinho da propriedade, mas por já estar doente, o sítio encontrava-se abandonado.

Assim como M., ela também gostaria de obter a DAP, para ter acesso às políticas públicas do Governo Federal. Segundo o site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, o processo para a emissão da DAP é bem simples, bastando o agricultor comparecer a um órgão emissor autorizado com a carteira de identidade e o CPF, no caso de assentados da reforma agrária, eles podem ser enquadrados em grupos específicos do Pronaf, entretanto, em casos como o de A., cujo sítio estava no nome do pai, o direito sucessório pode ser contestado e o herdeiro deve se mostrar apto a exercer o labor rurícola:

Estou tirando. Porque o que acontece, o sítio estava no nome do meu pai e meu pai morreu, então ele está em tramitação, passando pro meu nome. Tem dois anos, quer dizer, o período que eu estou fazendo feira. Eu vim pra cuidar dele, mudei no sábado e papai morre na segunda-feira. (Entrevista com A.)

A agricultura familiar camponesa resiste apesar da ênfase dada às “empresas rurais” no Brasil. A empresa rural tornou-se o principal modelo para toda a atividade agrícola, recebendo incentivos e políticas públicas destinados ao seu crescimento (DELGADO,1985). Apesar desse contexto desfavorável, as práticas de resistência desses agricultores camponeses (VAN DER PLOEG,2008), suas formas de organização, de transmissão de conhecimento, suas estratégias de produção, relações com o mercado e processos de integração ao mundo urbano, têm se mostrado como uma via relevante para enfrentamento às crises ambientais, sociais e alimentares contemporâneas.

Estudo realizado pela FAO no Brasil destacam a importância da agricultura familiar para a superação da fome e da pobreza rural e para a segurança alimentar e nutricional no campo e na cidade, sendo responsável por quase 40% da produção agropecuária (FAO, 2016). Petersen (2009) ainda ressalta que esses agricultores são portadores da história territorial de seus lugares de vida e trabalho, em suas palavras: “[...]esse conhecimento é nada menos que a fonte primeira de sua capacidade de preservação dos recursos naturais e de realização de iniciativas inovadoras, tanto no plano da organização da produção quanto no que concerne à sua própria organização social.” (PETERSEN, 2009, P.43)

#### 4.2.3 É dia de feira!

As Feiras têm se mostrado como um instrumento vital para a reprodução do modelo de agricultura familiar campesina e se destacam por sua pluriatividade e pela subjetividade atuando como fator de coesão, contribuindo na formação de uma identidade comum entre aqueles que as frequentam (WUERGES; SIMOM, 2007). Cada um dos agricultores percorreu um caminho distinto até a Feirinha da Glória e o seu envolvimento com a cooperativa se dá em diferentes níveis, apesar disso compartilham vivências comuns e relatam a importância, vital, desse mercado para a renda familiar.

O início de L. na Feira do bairro Glória se deu em meados de 2017, ela acredita que tenha sido em abril porque era época de laranja e mexerica. Pode-se perceber que a questão do tempo aqui acompanha o movimento das safras. Segundo Giddens (1991) o tempo no meio rural é em grande parte orientado pelos ciclos da natureza e conecta a organização da vida social ao seu lugar de ação.

A sua trajetória até a feirinha passa novamente pela sua família: o sobrinho e a esposa faziam parte de um grupo interessado em orgânicos em Macaé e ela passou a oferecer os seus viveres na cesta semanal organizada por eles. A experiência não fluiu, por ela considerar o sistema muito ‘engessado’, mas através do grupo ela foi indicada para participar da iniciativa de feiras nos bairros. Para ingressar na feira, L. conversou com a coordenadora da cooperativa que explicou os investimentos para sua participação: a compra da camiseta (logo da cooperativa e identificação com o nome da feira), a compra de uma banca (cores e modelo padrão) e a taxa de R\$10,00 por semana.

Os circuitos de proximidade oferecem bons resultados de comercialização para a maioria dos agricultores que tem um viés sustentável, sendo que os mais utilizados são as feiras livres, a entrega de cestas em domicílio e, mais recentemente, as compras governamentais (DAROLT, LAMINE E BRADEMBURG, 2013). No caso das cestas, elas podem ser organizadas e entregues direto pelo produtor rural, caracterizando uma venda direta, ou serem intermediadas por uma terceira parte, representando a venda indireta. É interessante notar que, ainda que ambas as vias (feira e venda de cestas) possam ser classificadas como parte do circuito curto de comércio, elas oferecem níveis distintos de autonomia e proximidade com o cliente.

O principal produto ofertado por L., e aquele que traz maior rentabilidade, é o queijo, vendido a R\$20,00/Kg e produzido por ela. O queijo é transportado em *coolers* e fica exposto na banca em um tabuleiro com gelo. Assim que entrou na feira, ela costumava vender entre 40 a 50 peças por semana, mas atualmente tem vendido cerca de 20 peças. Ela tem sofrido pressão para retirar o queijo, uma vez que outro feirante já detinha ‘exclusividade’ sobre a venda desse artigo, mas para ela é inconcebível permanecer na feira sem o queijo, porque é sua maior fonte de lucro. Durante os meses mais frios do ano, L. também pode contribuir com algumas verduras e legumes, além das PANC (plantas alimentícias não convencionais), que são uma ‘marca registrada’ da sua banca. Ela sempre demonstra preocupação com o preço que está praticando, e tenta compará-lo com o preço dos outros feirantes e também dos supermercados:

O meu preço não é tão alto, não tem como, já botei banana a R\$2,00 – R\$2,50, baixar mais do que isso também? Igual no Extra (supermercado), você vai vender a R\$1,50, mas olha quantas caixas de banana o cara vende lá em um dia, como aqui você vende muito pouco, se você baixar demais como que você vai fazer? (Entrevista com L.)

Segundo Santos (2008), são características dos circuitos inferiores da economia urbana o fato dos preços serem submetidos à uma discussão entre comprador e vendedor, oferecendo oportunidades de negociação; e também a margem de lucro elevada por unidade, porém pequena em relação ao volume de negócios.

As PANC cultivadas e comercializadas por ela, como a taioba, a ora-pro-nobis, o cará do ar, o cará roxo, entre outras, sempre chamam a atenção de clientes frequentes e não frequentes. As pessoas se aproximam curiosas e perguntam mais sobre o alimento, sobre a forma de cultivo e a forma de preparo. A presença das PANC estimula a troca de

receitas, o depoimento de quem já experimentou, a alegria de reencontrar um sabor da infância, e os benefícios associados ao seu consumo.

Os principais elementos de um sistema alimentar capazes de influenciar as escolhas alimentares, a aceitabilidade de alimentos ‘raros’ e a dieta da população são: acesso físico e econômico assegurado (proximidade e preços justos), divulgação abrangente, informação disponível e de fácil acesso, qualidade dos alimentos ofertados e segurança garantida (HLPE, 2017). A presença de plantas alimentícias não convencionais na feira é uma importante contribuição para a questão da preservação da cultura alimentar, esfera importante da Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2007).

O caso do açafrão ilustra a importância da presença de plantas não tão comuns na feira: ao levar uma muda de açafrão, como encomenda para um cliente que já havia buscado muito pela planta sem encontrar, ele perguntou quanto era e ela nem sabia como cobrar, disse que era R\$5,00, mas ele fez questão de pagar R\$10,00. L. ficou muito satisfeita, sentiu seu trabalho valorizado e disse que era assim que ela esperava conseguir fidelizar os seus clientes: oferecendo alimentos *in natura* de qualidade e que são muitas vezes negligenciados pelas grandes redes de distribuição de alimentos.

Uma das principais demandas dos clientes que frequentam a feira, principalmente depois da saída de N., está relacionada a verduras e L. sempre está considerando sobre a possibilidade de levar produtos de terceiros para a feira, mas ela teme perder a sua identidade ao fazer isso, uma vez que ela não poderia mais garantir a procedência daquele alimento e ela poderia estar misturando alimentos ‘orgânicos’ com os ‘não orgânicos’.

O fato da Feirinha da Glória abrigar feirantes com viés sustentável e feirantes que trabalham no modo convencional termina por fragilizar a confiança naqueles que se dizem produtores de orgânicos, entretanto tal espaço é importante para a formação de renda das outras bancas. L. diferencia os clientes entre aqueles que estão em busca de alimentos saudáveis e que, portanto, procuram bancas específicas e terminam por consumir alimentos da estação, que estão disponíveis naquele momento; e tem aqueles que vem para ‘fazer a feira’ e estão mais preocupados com preço e diversidade oferecida

N. começou a participar de uma iniciativa de fornecimento de verduras para um supermercado da cidade no mês de agosto de 2018. Esse projeto nasceu após a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país durante o mês de maio do mesmo ano, e as fragilidades do sistema alimentar convencional ficaram expostas. A cadeia de

suprimentos alimentar é crucial na garantia de abastecimento e influencia diretamente nos tipos e qualidade dos alimentos disponíveis (HLPE, 2017).

O feirante-agricultor destacou três diferenças fundamentais entre vender na feira e vender para o supermercado: a falta de flexibilidade do mercado, pois ele possuía muito mais autonomia e liberdade na feira; a insatisfação com a contrapartida fornecida pelo mercado (em termos de valores financeiros), e o volume de vendas menor do que ele costumava vender na feira. Esse caso ilustra as diferenças entre os dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos, descrito por Milton Santos (2008): no circuito superior existe a exigência de estoques maiores, os preços são fixos, as relações com os consumidores torna-se impessoal e a margem de lucro é reduzida por unidade; ao contrário do inferior, em que o estoque é equivalente ou próximo a zero (vende-se o que é colhido no dia anterior), a relação com o consumidor é direta e personalizada (o que contribui para mais vendas) e a margem de lucro é elevada por unidade, porém pequena em volume. Como sua produção ainda está muito irregular, ele ainda considera pouco provável voltar à feira, mas vem se articulando para participar do PNAE em 2019.

Um outro aspecto importante do cotidiano de um agricultor que vende a sua mercadoria em uma feira é a organização e gestão do negócio. L. já realizou diversos cursos nesse sentido, desde o curso para estabelecimento de preços oferecido pelo SEBRAE até cursos de empreendedorismo. Durante o curso para o processo de controle de autenticidade através de uma OCS (Organização de Controle Social), os agricultores também recebem orientação e conhecimento relacionados a gestão de negócios, como controle de estoque e fluxo de caixa.

É importante salientar que um sistema de produção efetivamente orgânico implica na mudança de hábitos arraigados, requer capacitação e assistência técnica permanente, implica em um custo médio maior de produção que o sistema convencional e, logo, um custo maior na ponta (ARAÚJO; LIMA ; MACAMBIRA, 2015). Uma análise semelhante cabe aos circuitos curtos de comércio, inovações nessa área vem multiplicando novas formas de distribuição e comércio, o que exige treinamento, tecnologia e informação qualificada, tanto para vendedores quanto para clientes (DAROLT; LAMINE; BRADEMBURG, 2013).

M. também começou a trabalhar na feirinha através da família, por indicação do seu pai. O ‘carro-chefe’ da banca é a banana, eles vendem banana da terra, banana d’água, banana maçã e banana prata, tudo plantado e colhido pela família. Com bastante

frequência também comercializam feijão (de um agricultor de confiança', que ele afirma que não faz uso de agrotóxicos) e mandioca. Além destes produtos tradicionais, eles também levam frutas da época, como abacate e mexerica nos meses de abril e maio, e algum produto diferente que o irmão, que é caminhoneiro, tenha trazido para eles (em abril eles estavam vendendo uma melancia sem sementes). Atualmente M. e a esposa trabalham em duas feiras, na feirinha do bairro da Glória às quartas-feiras e na feirinha da Praia do Pecado, às sextas-feiras.

Eu comecei tudo, assim, eu mesmo, das minhas ideias, do que levar, quantidade madura, quantidade verde, aí depois você vai pegando também. Do começo, você traz de um jeito, aí você vê que tem que mudar, e vai mudando... igual hoje, hoje já veio muita verde, não tem tanta madura, semana que vem já muda, isso é constante, mas é porque também a gente não controla muito [...] (Entrevista com M.)

Ao chegar na feirinha pela manhã, M. sempre estaciona o carro da família próximo a localização habitual da sua banca, onde permanece até o momento de ir embora. O banco de trás do carro está sempre abaixado, para ampliar o espaço do porta-malas no transporte dos alimentos, e uma vez que o carro está descarregado, esse é o espaço em que o bebê brinca e dorme, normalmente na companhia da sua mãe.

O aspecto do transporte também deve ser incorporado à discussão sobre o imprevisto e a precariedade da feira, já que este é um insumo que constitui altos custos para o produtor agrícola. Segundo a Instrução Normativa Conjunta nº18, de 2009, armazenagem e transporte de produtos orgânicos devem garantir que eles sejam devidamente acondicionados, identificados e separados de não-orgânicos, entretanto a realidade oferece um nítido contraponto aos procedimentos definidos nas normas legais (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015).

O bebê começou a acompanhar os pais na feirinha com um mês de vida, M. comentou que só foi à feira sem a esposa por duas semanas e desde então eles vêm trabalhando sempre juntos. O bebê é a alegria da feira, todos os feirantes e fregueses se preocupam com o seu bem-estar, e se ele não está a vista sempre é motivo de indagações. Em dias muito quentes, quando o sol está muito forte, normalmente eles estendem uma lona embaixo de uma das árvores da praça para que o bebê aproveite a sombra e descansa tranquilo enquanto os pais se revezam na banca para atender aos clientes. A feira, além de fonte exclusiva de renda, é uma parte importante da rotina do casal: “Eu falo com ela [faz referência a esposa] que a melhor parte de trabalhar com isso aqui é a feira. Bem



mais tranquilo e você está sempre conversando, rindo, trocando ideia, bom dia, boa tarde, eu acho isso super importante, tratar bem o freguês né?” (Entrevista com M.)

Da mesma maneira que o filho acompanha os pais na feira, ele também os acompanha no sítio desde o primeiro mês de vida, a mãe comentou que como a estrada é muito esburacada e eles iam de caminhão, ela tinha que segurar sua cabecinha com muita firmeza para não balançar muito, mas que hoje ele adora o passeio, já conhece todo o sítio e adora brincar na terra.

O espaço no carro é o limite que define quais artigos levar para a feira e em que quantidade, uma outra evidência da informalidade e precariedade que atravessam essa cadeia de suprimentos alimentar. Quase sempre M. vende tudo o que levou, o pouco que sobra é vendido pelo pai em uma banca que ele arma todos os dias em frente à sua casa, em Córrego d’Ouro, e o que sobra depois disso é aproveitado como comida para os porcos. Eles comentaram que também usam as bananas em diversas receitas, e disseram com orgulho que no café da manhã coletivo, promovido pela organização da feira, o bolo de banana feito com farinha de rosca que eles levaram foi o primeiro a acabar e que todos pediram a receita.

Uma das estratégias definidas por eles para garantir que toda a mercadoria seja vendida é a de realizar algumas promoções no final da feira. Uma outra estratégia é a de entender as necessidades dos consumidores, pois alguns só compram se ele fizer algum tipo de oferta, por exemplo, um freguês que sempre vem no final da feira e compra de 10 a 20 Kg de banana, então ele dá um desconto de R\$0,50 no Kg ou de R\$1,00 no Kg das bananas que já estão soltas do cacho. A negociação do preço é parte da rotina do feirante, como demonstra a fala de M.:

[...]veio esse rapaz comprar banana da terra e falou que tem um sacolão ali que tava R\$1,98, isso quando eu falei que era R\$4,00. Ele falou: ah, lá tá R\$1,98, aí eu fiquei assim... Ele: é, mas eu fico meio assim de comprar, porque eu tenho medo de agrotóxico. Aí ele comprou aqui a R\$4,00. Mas questão de preço é o que eu sempre explico às pessoas aqui... Banana prata aqui é R\$2,50, pode dar R\$6,00, R\$7,00 no mercado, aqui vai ser R\$2,50. Pode dar R\$1,00 no mercado, aqui vai ser R\$2,50, não tem como ficar diferente... Agora tá lá no mercado, eu não compro, é meu, então eu tenho um preço e acabou, eu tento explicar isso às pessoas, pode dar R\$7,00 lá, já chegou a dar R\$6,00, R\$5,00 a banana prata, aqui é R\$2,50. Aí as vezes tá R\$1,99 lá, a pessoa chega falando: Ah, tá R\$1,99 lá. Mas quando tá caro não chega né? Se tivesse R\$5,00, não tava falando. Mas eu tento explicar assim, eu falo o preço aqui é um só, não vai variar, porque a banana varia pra caramba. Meu irmão puxa caminhão pro CEASA, pro meu tio, direto fica oscilando. (Entrevista com M.)

São características da agricultura camponesa a multifuncionalidade, a mão de obra fundamentalmente familiar e o pertencimento da terra e de outros meios de produção essenciais também a família. Apesar de orientar a produção para o mercado, a reprodução da unidade agrícola e da família também são levadas em conta, portanto as oscilações de preço não são tão frequentes, evitando uma dependência excessiva, especialmente do mercado de insumos (VAN DER PLOEG, 2008).

No mês de maio, M. manifestou em conversas o interesse em participar da feira da Praia do Pecado, às sextas feiras, mas uma das condições que ele discutiu com o seu pai para assumir mais uma feira seria conseguir alguém que pudesse trabalhar na roça enquanto ele estivesse ocupado com as vendas, porém ele vem encontrando dificuldades em encontrar alguém para substituí-lo no trabalho no campo, porque segundo sua fala “ninguém quer trabalho”, pois ninguém quer trabalhar por menos de R\$80,00 a diária, mas fazem um serviço mal feito e não estão dispostos a trabalhar duro.

A questão de participação em muitas feiras é pertinente e contraditória. Apesar da feira ser a única (ou a mais importante) fonte de renda para esses feirantes-agricultores, sua participação é restrita pelas longas horas de dedicação necessárias. A despeito da feira acontecer em meio período de um dia, todo o processo de preparação, embalagem e transporte toma, normalmente, dois dias de trabalho. Como a mão de obra familiar é limitada, os dias dedicados à feira representam dias a menos dedicados ao ‘trabalho na roça’, e se a família não tem tempo para produzir, eles não têm mercadoria para vender. Os quadros 5, 6 e 7 demonstram as diferentes rotinas que compõe o trabalho de um dos feirantes-agricultores.

**Quadro 5:** Rotina de trabalho em dia de feira

HORÁRIOS	ATIVIDADES
04H00 - 04H30	ACORDA - vestir, ele vai organizar os últimos detalhes do carro e ela organiza a bolsa do neném para o dia
04H30 - 06H00	TRANSPORTE - dirigir de casa até o local da feira
06H30 - 06H30	ORGANIZAÇÃO - montar a banca, descarregar a mercadoria, organizar na mesa os alimentos para venda e os utensílios como balança, caixa, máquina de cartão
06H30 - 12H30	ATENDIMENTO - Atender os clientes que vem a feira, dar informações, realizar as vendas, contar o dinheiro que recebe e dar o troco, tomar notas das vendas (quantidades e valores), interagir com outros feirantes, realizar suas próprias compras, tomar o café da manhã (trazem o café de casa e compram um queijo da outra feirante).
12H30 - 13H00	ENCERRAMENTO - Guardar a mercadoria que sobrou, organizar as embalagens, desmontar a banca, carregar o carro

13H00 - 15H00	TRANSPORTE - dirigir da feira até em casa. Descarregar mercadoria que não foi vendida e utensílios da feira
15H00 - 16H30	ALMOÇO - esquentar ou preparar a comida e almoçar
16H30 - 17H30	BANHO - banho do bebê e dos pais, bebê logo adormece
17H30 - 19H00	DESCANSO, LAZER (ver televisão)
19H00 -	DORMIR

Fonte: A autora

**Quadro 6:** Rotina de trabalho no dia que antecede a feira

HORÁRIOS	ATIVIDADES
08H00 - 08H30	ACORDA - vestir a roupa de trabalho, tomar café da manhã
08H30 - 13H00	TRABALHO - ele sai para despencar banana e embalar, colher acerola e outras frutas de época. Ela fica cuidando da casa, do neném e preparando almoço
13H00 - 14H00	ALMOÇO
14h00 - 18h00	TRABALHO - ela começa a fazer doce, geleias e temperos. Ele descansa e fica com o neném.
18H00 - 19H00	LANCHE
19H00 - 24H00	TRABALHO - eles amarram as verduras e "pocam" o aipim (cortar em quatro), embalam a mercadoria e começam a carregar o carro
24H00 - 04H00	DORMIR

Fonte: A autora

**Quadro 7:** Rotina de trabalho na roça

HORÁRIOS	ATIVIDADES
07H00 - 07H30	ACORDA - ele acorda, veste a roupa de trabalho, toma café da manhã
09H00 - 09H30	ACORDA - nesse dia, ela acorda um pouco mais tarde (depende da hora que o neném acorda), mãe e filho tomam café da manhã
07H30 - 12H30	TRABALHO - ele vai trabalhar no sítio, despencar banana, ver se precisa tirar o mato, tirar mudas, etc.
09H30 - 12H30	TRABALHO - ela cuida do neném, da casa, prepara o almoço
12H30 - 13H30	ALMOÇO
13H30 - 18H30	DESCANSO, LAZER (assistir televisão)
18H30 - 19H30	LANCHE
19H30 - 20H30	BANHO
20H30 -	DORMIR

Fonte: A autora

A. atualmente participa de 3 feiras por semana, ela teve de abandonar uma das feiras por estar sem tempo para trabalhar na sua horta e no seu pomar.

Parei [faz referência à uma das feiras que participava], se não a gente não tem como cuidar do sítio, fica puxado demais. Na minha parte eu plantei laranja sanguínea, mexerica, laranja seleta e como eu estou fazendo minha casa que está em fase de construção, aí eu vou fazer a minha horta, que eu tenho que tá

lá pra cuidar. Isso é um dos motivos que eu não posso fazer tantas feiras, porque eu tenho que cuidar. (Entrevista com A.)

De todos os feirantes-agricultores pesquisados, ela é a que participa do maior número de feiras por comercializar primordialmente produtos terceirizados, de outros agricultores do assentamento do qual faz parte e também da região. Ela começou a trabalhar nas feiras em 2015, assim que assumiu o sítio da família:

[...]eu sou evangélica e meu pastor tinha um ponto na feira, e um dos membros da igreja queria desistir da feira. Aí quando ele falou assim: vou desistir, eu falei: eu vou tentar. Na época eu vendia doces, eu fabricava doces porque eu não sabia, eu fiquei tão desesperada sem renda, sem nada... o que que eu sei fazer hoje? Aí depois que veio fluindo, veio brotando, coisa de plantar [...] Surgiu coisa da feira, aí eu comecei a correr atrás, aí comecei primeiro revendendo [...] [...]comprava aipim em outro lugar até a gente conseguir produzir as nossas coisas, e aí comecei a ir em vários lugares, conhecer agricultores. Aí começou, aí surgiu como pólvora, pólvora que você bota e alastra: a filha do seu F., que papai foi um dos fundadores do assentamento, tá fazendo feira. Aí o pessoal começou a produzir e me procurar, eu comecei a comprar as coisas de roça e ia trazendo [...] Comecei a procurar as coisas assim de qualidade, as coisas que queriam. (Entrevista com A.)

No caso de A., para parte dos alimentos vendidos, ela é uma intermediadora e, conseqüentemente tem que negociar os preços com ambas as pontas: os agricultores, que são seus fornecedores, e os seus clientes. Ela estabeleceu, com a prática, a sua forma de estabelecer os seus valores de compra e de venda, como demonstram os trechos abaixo:

Pesquisa – E como que você determina o preço dos seus produtos?

Feirante – Tipo assim, o agricultor, eu compro dele, então o que acontece, a gente coloca a margem de lucro da gente. Eu tiro o dinheiro dele, do que eu compro eu divido pela quantidade de peso né, pra eu ver por quanto eu tenho que vender.

Pesquisa – Entendi, aí você coloca sua margem encima

Feirante – Sim. 1,5 encima

Pesquisa – Na sua negociação com o agricultor, ele que determina o preço ou você?

Feirante – Não, ele já tem o valor dele. Aí , o que acontece, eu compro uma, duas caixas, aí eu já peço pra dar uma baixada, porque pra mim eu tô indo buscar, eu vou comercializar, eu tô vendendo o produto dele, aí eu sempre dou aquela choradinha, negociar para ser bom pra ambos.

Pesquisa – Entendi, tem que ser bom pros dois

Feirante – E pra não chegar tão caro aqui pra vocês também

Pesquisa – E chegando aqui, o pessoal pede muito desconto?

Feirante – Não, eu geralmente dou. Dou, tem alguma coisinha, se compra um valor, eu dou alguma coisinha. (Entrevista com A.)

A sustentabilidade do sistema alimentar requer a consideração de todos os aspectos e fases na vida de um alimento, desde a sua produção até o seu consumo, e deve

beneficiar todos os atores envolvidos no processo de uma forma justa e inclusiva. Os objetivos devem ir além das eficiências produtivas e é essencial que considerem as particularidades de cada elemento envolvido (FAO, 2014). Segundo a definição do HLPE (2017) um sistema alimentar sustentável entrega segurança alimentar e nutricional para todos, sem distinções.

#### 4.2.4 Valores da Feira: influências da proximidade

De acordo com Giddens (1991), nos sistemas modernos as instituições vêm assumindo formas abstratas e as relações estabelecidas estão cada vez mais profundamente ligadas ao mecanismo da confiança em sistemas peritos, que acabaram por se sobrepôr às relações tradicionais de honradez e credibilidade. A feira subverte essa ordem ao contemplar relações face a face entre quem de fato produz e quem está comprando, e oferece a possibilidade de trocas, indagações, negociação e aprendizado mútuo.

São comuns as relações de amizade e de troca estabelecidas no contato entre feirantes e fregueses, que trocam mudas, informações e confidências. Alguns clientes estão presentes na feira desde os seus primeiros dias e aproveitam a oportunidade de compras semanais para estabelecer vínculos. Giddens (1991) também afirma: "Encontros, sejam com estranhos, conhecidos ou íntimos, também envolvem práticas generalizadas vinculadas à manutenção da confiança.". A fala abaixo exemplifica as relações entre fregueses e feirantes-agricultores:

Tem essa senhora aqui, eu adoro conversar com ela, Dona Neném, ela tem muita coisa assim, ela foi nascida e criada na roça, ela passa muita coisa, assim da roça, ela trouxe muda pra mim, me deu muda de jequiri, eu não conhecia jequiri. É uma verdura, tem uma música que fala no jequiri, mas eu não sabia o que que era jequiri, ela me deu, trouxe pra mim, pequenininha assim, tá enorme agora. Tá toda florida, deu uns cachos de flor, mas eu ainda não comi, hoje tava perguntando a ela como que faz pra eu poder comer pra ver o que é, porque eu não vou trazer pros outros comer se eu não conheço. (Entrevista com L.)

Ao ser questionada sobre o que mais gostava da sua profissão, a feirante A. exaltou o trabalho de cultivo e cuidados com a plantação, mas também as conexões estabelecidas na feira e a oportunidade de oferecer produtos de qualidade para as pessoas. "Olha, tudo. Quer ver, marido me empresta o celular para eu mostrar uma foto pra ela.

Tudo, tudo que você possa imaginar, quando tá nascendo, quando tá brotando, e você trazer uma coisa de qualidade pras pessoas, porque acaba criando um vínculo de amizade com as pessoas” (Entrevista com A.)

O cotidiano da feira oferece inúmeros episódios que ilustram bem a maneira pela qual elos de confiança e reciprocidade são estabelecidos, e como a qualidade é encarada por fregueses e feirantes.

Independentemente do circuito econômico do qual fazem parte (SANTOS, 2008), os produtos são submetidos ao crivo do gosto, avaliação e legitimidade dos consumidores que o adquirem. A legitimidade alcançada junto aos clientes pode subsidiar movimentos em sentido contrário àqueles impostos pelos Impérios Alimentares (VAN DER PLOEG, 2008): orientados à manutenção e, sobretudo, valorização da agricultura familiar e de um retorno à natureza (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

A maioria dos feirantes-agricultores busca demonstrar, na sua apresentação dos alimentos à venda (sempre um pouco “sujos” de terra e ainda úmidos) e no seu discurso para efetuar a transação comercial, que os alimentos são frescos e que tem boa durabilidade. Entre os entrevistados, todos reconhecem que os agrotóxicos são vistos com desconfiança pela maior parte do público.

A venda do queijo pela agricultora L. simboliza bem esse tipo de dinâmica recorrente na feira, evidenciada pela sua fala:

O meu perguntam tudo, eu já tive, até ela é doutora, depois eu vim saber, por isso que eu falo, você tem que tomar cuidado com tudo que você fala, porque você tá lidando com pessoas e ninguém traz estrela na testa, então você não pode ficar falando bobagem. Igual, uma vez uma pessoa me perguntou um negócio e eu falei, olha eu não sei, vou pesquisar e te respondo depois, eu não sabia mesmo, nem lembro o que era [...] Agora eu vou ficar respondendo besteira pros outros? Ela me perguntou sobre o queijo, porque as pessoas têm muito medo de comer queijo em qualquer lugar, eu sei que no final ela me perguntou as vacinas que eu aplicava nas vacas, entendeu? E se eu não soubesse responder? Ela ia me pegar, porque se eu não soubesse né? Ela falou: vocês mesmo que produzem? Eu falei: é, você que faz? É, a vaca é de vocês? É, entendeu...aí ela perguntou, que tipo de remédio que usa, se sua antibiótico, se descarta leite depois que usa, aí ela foi, foi... até que ela me perguntou quais as vacinas que elas tomavam, se eu tinha a carteira de vacina, então, isso era até uma coisa que eu estava pensando em trazer, fazer tipo uma pastinha para botar, isso que eu vou passar para você eu vou até aproveitar para já botar algumas coisas, até o certificado de vacinação eu tava pensando em botar nessa pasta, se alguém perguntar: você tem o controle de zoonose? (Entrevista com o feirante L).

Ao ser questionada sobre como conquistar a confiança dos fregueses na feira, L. usa esse mesmo episódio para explicar a importância que ela dá às relações face a face, à

honestidade e honradez, que considera mais importantes que uma avaliação externa do seu modo de produzir: “Eu acho que falando a verdade, eu acho que no fundo vale mais do que talvez o selo que tiver ali, ou a plaquinha, o que seja, entendeu? Porque acabou que essa pessoa me manda muito cliente, e tudo ela me pergunta, tudo ela quer saber, se interessa, ela vai lá em casa, compra leite [...]” (Entrevista com o feirante L).

Ainda dentro do conceito de qualidade, a feirante ressaltou que sempre faz questão de provar tudo o que oferece na feira, para garantir que o freguês adquira um alimento saboroso e que possa indicar a outros consumidores, dessa forma ela vai construindo a sua freguesia.

Todos os agricultores que fazem parte da pesquisa afirmaram, com orgulho, descartar qualquer alimento que lhes pareça ruim. Eles também se preocupam com padronização, como o feirante N. que faz questão que todos os maços de salsinha tenham o mesmo tamanho; com a limpeza e higiene, como a feirante A. que lustra com um pano cada um dos tomates que coloca na sua banca, e com a organização dos viveres na banca para que estejam visíveis, frescos e apetitosos.

[...]tratar bem o freguês né? Porque aí você tem que ter ele sempre né? Você não vai tratar mal... Igual vender alguma coisa, tem uma banana ruim, uma coisa assim, eu sempre tiro, faço questão, porque se vai ruim não vai voltar e se não vai voltar... eu só vivo disso, não tem como querer passar a perna em ninguém (Entrevista com M.)

Tudo o que eu como é o que eu trago pra feira, do mesmo jeito, o que eu trago pra feira, é o que eu como. Quando eu separo o material é o que eu falo, é o que eu como, o que a minha família come, o que o meu filho come, meus sobrinhos comem, minha mãe come, então não tem como você fazer uma coisa diferente, sem qualidade. (Entrevista com L.)

Apesar de não ser capaz de contribuir com muitos artigos de produção própria, A. afirma que só revende alimentos de agricultores conhecidos, de confiança, cuja procedência pode ser verificada; entretanto, já enfrentou momentos de descrença ao oferecer seus produtos. O seu sonho é um dia conseguir produzir o suficiente para vender com exclusividade o alimento plantado e colhido por ela e sua família.

Eu comprava ovos de roça, na época eu não tinha, aí trazia pra vender, só que não era de roça, era caipira... aí eu falei: não, o pessoal quer ovo de roça, não quer de galinha caipira, galinha poedeira, aí comecei a vender por um período, aí começou as perseguições, aí o pessoal falou: é de roça, e eu falei não! É de galinha caipira, porque eu não vendia gato por lebre, aí chegou um tempo eu parei... falei, ah eu não vou vender mais ovo não, que tá me dando muito

aborrecimento, todo dia tô explicando a mesma coisa, não era eu que produzia.  
(Entrevista com A.)

Van Der Ploeg (2008) afirma existir, no momento atual, uma conquista imperial em relação ao que é (ou deveria ser) a integridade dos alimentos, a perícia da prática agrícola, a dinâmica da natureza e os recursos de muitos agricultores. A forma pela qual isso vem sendo feito é através da desconstrução e reformulação conceitual nos domínios da agricultura, alimentos e natureza. A tecnologia e o conhecimento institucionalizado são preponderantes nesta estratégia.

A qualidade é um dos aspectos que padece dessa desconstrução e reformulação indicada pelo autor. Atualmente, a sociedade encontra-se mais disposta a evitar os riscos confiando em sistemas peritos estabelecidos pelo sistema hegemônico, ainda que sejam anônimos e abstratos; porém, diante das repetidas falhas desse sistema agroalimentar dominante, e exposição pública de algumas de suas imprecisões, novas propostas nesta área vem sendo discutidas, propostas que não se restringem a variáveis técnicas, econômicas e ambientais, mas que incluem valores como ética, solidariedade, justiça social, segurança alimentar e nutricional e respeito à cultura local (DAROLT; LAMINE; BRADEMBURG, 2013).

As relações de amizade, confiança e reciprocidade também estão presentes nas relações entre os próprios feirantes-agricultores, que buscam valorizar, contribuir e indicar o seu semelhante, quando se identificam com os seus valores. Essa também é uma forma de garantir a reprodução e a manutenção da agricultura camponesa. Alguns trechos de entrevista demonstram as ligações entre eles:

Eu, por exemplo, todo mundo que chega aqui, o que eu não tenho eu falo, vai no N., porque eu passei a conhecer, fui lá no sítio dele, vi como ele trabalha, conheci a esposa dele, uma pessoa super dedicada também, muito batalhadora, que trabalha muito, pra ele estar aqui, ela tem que estar lá. (Entrevista com L.)

[...] por exemplo, eu trago as verduras do N., porque ele tá com dificuldade de vir... eu acho que agricultura familiar é você ajudar aquele que não tá conseguindo, ele não tá conseguindo vir [...] ele foi um dos fundadores da feira aqui, só que agora ele está com dificuldade de trazer, então eu trazendo, eu tô ajudando ele aqui. Só semana passada foi R\$200,00 que paguei de verdura da semana toda, quer dizer, foi um dinheiro que entrou pra ele ali [...] entendeu? (Entrevista com A.)

As compras cruzadas entre os feirantes-agricultores, motivados pelo sabor dos alimentos e também por um espírito de coletividade são uma outra demonstração da



importância dos vínculos estabelecidos entre eles, para sua própria sobrevivência. Eles ainda reconhecem atributos de qualidade no que é comercializado pelo companheiro de profissão e valorizam os produtos adquiridos na feira.

Pesquisa – E por que você prefere comprar com os feirantes?

Feirante – Por ajudar a gente aqui, porque vira uma corrente né? A gente consumindo entre a gente. E pela qualidade do produto né? Porque não tem comparação o bacon que a C. defuma com o bacon comprado no mercado. Não tem comparação nenhuma, nenhuma, nenhuma. Eu brinco que esse que ela faz é um carão que tá na prateleira do supermercado. O que ela faz é melhor do que aquele, e ela vende aqui por um preço acessível, deveria até ter um preço melhor pela qualidade. (Entrevista com M.)

Pesquisa – Você costuma comprar dos outros feirantes? Por que você faz essa escolha?

Feirante – Sempre que eu preciso. Isso foi uma sugestão, até dei na reunião quando a gente tinha reunião aqui, falar com as pessoas, pedir, porque eu acho que é uma forma de se ajudar né? Porque todo mundo come um arroz, come uma cebola, um tomate, um pimentão, porque você vai comprar lá no mercado, que nem daqui de Macaé, da região, não é, por que não você não comprar do colega? Eu prefiro comprar as coisas aqui, o pouco que eu compro né, porque o que vende aqui eu quase não compro né? Mas abacaxi eu compro toda semana, eu compro feijão do M. Procuro consumir as coisas daqui. (Entrevista com L.)

Nenhum dos feirantes-agricultores entrevistados está envolvido com movimentos sociais. Apesar de todos estarem em uma feira promovida por uma cooperativa, e dois serem assentados da reforma agrária, eles não demonstraram nenhum interesse ou envolvimento com coletivos políticos. Apesar de não estarem associados diretamente à agroecologia, existe uma nítida preocupação entre eles com a justiça social e equidade. Ao conversar com um dos entrevistados, ele menciona o desejo de morar e viver do sítio e comenta sobre como ele encara as relações de trabalho e poder dentro da sua propriedade:

[...] igual, tem um rapaz lá que ele gosta muito dessas coisas também, aí eu sempre fico brincando com ele, que eu vou dar um pedaço lá a ele pra ele construir uma casa e a gente produzir junto. Ele fica rindo, ele acha que é bobeira, ele construir uma casa lá, aí a gente começa produzir, você vende, eu vendo, e a gente vive lá, vive daquilo lá, ele fica rindo...ele é mecânico aqui em Macaé... Mas eu falo sério com ele, que ele é trabalhador pra caramba, então a gente é primo, mas a gente é irmão praticamente, aí eu falo pra ele direto que nós vamos pra lá, e relação de trabalho, eu sempre penso nisso, acho que sei lá, de você e seu funcionário, não precisa ser aquela coisa, eu não entendo muito, qual é a da relação de trabalho em geral, eu acho muito desigual... tem gente que tem muito, tem gente que tem muito pouco, então eu penso que tem que ser mais igual... não tem que ter esse negócio de: ah, eu sou o chefe! (Entrevista com M.)

Eu acho que, sei lá cara, isso é muito confuso, porque no sítio eu penso assim, quanto mais igual... vai produzir, vai vender, não tem esse negócio de: ah, eu pago, e boto ele lá, de 7 às 4, aquela coisa de forçar, uma hora de almoço e ele produzindo pra mim fazer, vender, e ele sempre com o dele lá, e se eu tiver que crescer, não interessa a ele, é o que eu posso fazer por ele... eu acho isso muito esquisito, eu penso assim o cara ir pra lá, mas sendo assim, pra morar lá e trabalhar mesmo, e pegar firme mesmo... trabalhando que vai vir, não tem outro jeito de ganhar as coisas não. (Entrevista com M.)

Existe uma grande carência na feira de instrumentos para fortalecer e empoderar o coletivo. As reuniões mensais foram descontinuadas e não existe uma real articulação entre os feirantes para que eles possam se organizar em prol de objetivos comuns, como demonstra a fala de L.:

[...] eu quero ver se eu consigo comprar a embalagem orgânica, mas, por exemplo, se todo mundo na feira chegar, isso que eu tava tentando ver se tivesse esse tipo de coisa, porque a gente vai comprar melhor, você comprar pra feira inteira, você vai conseguir um preço melhor com o fornecedor, como por aqui a gente não tem a embalagem orgânica, vou ter que comprar pela internet, então às vezes o frete é alto pra comprar pouquinho. (Entrevista com L.)

Um ponto que sobressaiu durante a pesquisa de campo na feirinha do bairro da Glória foi a forte presença feminina neste espaço: a partir da coordenadora da cooperativa, passando pela maioria de mulheres entre os consumidores, até as feirantes-agricultoras, elas se destacam pelas diversas posições e responsabilidades acumuladas.

As mulheres desempenham um papel fundamental em todas as etapas da alimentação, desde a seleção dos alimentos, compra e preparo, além do consumo. Na agricultura familiar elas também são peça essencial no preparo do solo, plantio, colheita, criação de pequenos animais, entre outras atividades. Segundo o Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia (2008), “estudos mostram que muitas vezes são as mulheres que iniciam a conversão da propriedade para sistemas sustentáveis, por estarem mais envolvidas nos movimentos que tratam da saúde e da alimentação das famílias”.

No caso dos feirantes, entre os quatro selecionados pela pesquisa, duas são mulheres e entre os homens, um está constantemente acompanhado pela esposa. Apesar de L. e A. sempre estarem acompanhadas pelos seus esposos, são elas que assumem a liderança no trato com os clientes, na determinação de preços, no controle do caixa e na organização da mercadoria.

A feirante A. atende a todos com gentileza e alegria, sua banca está sempre movimentada, quer seja por clientes, quer seja por outros feirantes que vem em busca de

um pouco de água limpa ou um pouco de prosa. Ela acredita ser imprescindível estabelecer um bom relacionamento com os seus clientes para alcançar sucesso na feira. Ao criar vínculos com os clientes, e no processo de estabelecer laços de confiança e ganho de credibilidade, é necessário muita flexibilidade e foco no resultado. Ver exemplo de interação entre cliente habitual e a feirante:

Cliente – Essa mexerica hoje tá melhor que a da semana passada né?  
 Feirante A. – Pega uma para provar  
 Cliente – A da semana passada estava muito azeda, e o caqui que comprei com você aqui semana passada estava cheio de bicho  
 Feirante A. – É mesmo?  
 Cliente – Sim, sempre que tirava a tampa, saía um monte de bicho  
 Feirante A. – É pra você ver que não tem veneno mesmo. Se tivesse veneno, não teria bicho.  
 Cliente – Essa mandioca é branca ou amarela?  
 Feirante A. – É branca  
 Cliente – Ah, mas vocês (faz referência a feirantes) combinam né? Semana passada não consegui encontrar nenhum branca, já essa semana só tem branca e eu quero amarela. Quanto está?  
 Feirante A. – 4 reais o Kg  
 Cliente – Nossa, mas está caro né?  
 (conversa presenciada pela pesquisadora entre A. e uma cliente habitual)

Apesar de estar visivelmente incomodada, A. respondeu sempre com educação e cortesia. Os outros clientes que estavam na banca foram influenciados pela cliente insatisfeita e alguns inclusive desistiram da compra que estavam fazendo. Apesar do desconforto, a feirante não teve muito tempo para lamentar o ocorrido, logo os fregueses se dispersaram e a banca se movimentou com novos potenciais clientes a serem conquistados.

Em um outro dia, ao receber na sua banca uma cliente habitual com o filho, que tem necessidades especiais, ela logo ofereceu sua cadeira para ele, quando o esposo foi colocar a cadeira para o garoto sentar, ela logo corrigiu e colocou a cadeira perto da balança, por ser o local preferido dele. Ela deixou o garoto entretido com a balança, enquanto a mãe comprava em outras bancas e ela atendia a outros clientes que se aproximavam.

Para cada um dos produtos comercializados, A. oferece uma história e um sorriso, da mexerica que veio do seu pomar, cujas mudas foram plantadas há muito pelo seu pai, até o xarope para tosse feito de mel e ervas, cuja receita vem sendo passada de geração em geração pelos seus ancestrais indígenas. Ela também oferece conselhos para uma boa

saúde e demonstra preocupação com a quantidade de lixo gerada na feira, por conta do excessivo uso de sacolas plásticas.

L. também é uma unanimidade entre os fregueses que frequentam sua banca, é paciente e gentil com todos, oferece conselhos, receitas e sempre uma boa prosa. Ela costuma trocar mensagens com os seus clientes pelo celular e já conhece os gostos e preferências daqueles que são frequentes. Muitas vezes eles encomendam pelo celular ou fazem ‘reservas’ na semana anterior e L. já separa os produtos nas primeiras horas da manhã, pesa e deixa embalado para o cliente buscar no ao longo do dia. Frequentemente também vende ‘fiado’, para que as clientes paguem na semana seguinte. Sempre distribui bananas ou outras frutas entre as crianças que frequentam a banca.

Em uma conversa presenciada entre L. e uma cliente frequente, a cliente perguntava se L. faria um doce de leite para a feira de sábado e L. disse que sim, mas que faria em Macaé, porque não iria para o sítio nos próximos dias. A cliente então disse que iria esperar pelo doce para a próxima feira de quarta-feira, porque prefere quando L. prepara o doce na fazenda, no fogão a lenha – quando feito dessa maneira, ela percebe um outro sabor no doce, que lembra a sua infância.

L. sempre busca atender a todos os clientes com atenção e gentileza pois diz que já que aprendeu que a rede de contatos é o bem mais valioso para um empreendedor. Uma outra estratégia desenvolvida por ela é a de atender às necessidades expressas pelos clientes, desde uma muda de açafraão até folhas de couve para uma senhora que estava buscando há semanas na feira e não encontrava. Nos últimos meses ela vem se dedicando a um curso de homeopatia para o trato dos animais do sítio e diz que, ainda que a agricultura não dê certo, pelo menos esse caminho a levou a essa área do conhecimento, que lhe traz muita satisfação. Ela afirmou ter muito orgulho de ser feirante, apesar de ainda existirem muitos rótulos e preconceitos associados a esse trabalho, principalmente aqueles relacionados à falta de qualificação, estudo e competência.

A. relatou um episódio nesse sentido, disse ter sido insultada por uma cliente, que dizia na frente de outros fregueses que nada do que ela vendia era realmente orgânico. Ela disse que citou o artigo 138 sobre calúnia e constrangimento para se defender, o que causou espanto, pois todos pensam que por ser feirante ela é ignorante, mas que ela conhece muito bem os seus direitos.

Ao serem questionadas sobre a divisão de trabalho entre elas e seus esposos, as respostas se afastam do lugar-comum. Em ambos os casos, o trabalho de roça é parte da

rotina das mulheres, até porque nenhum dos esposos tem proximidade com as atividades rurais, os dois sempre trabalharam com transporte.

Pesquisa – Quem organiza, você ou ele (esposo), ou vocês dois fazem juntos?  
 Feirante – De colocar tudo, pra não esquecer de nada, é ele quem faz, eu sou mais na parte de produzir mesmo, aí ele carrega o carro, essas coisas assim.” (Entrevista com L.)  
 Pesquisa – Vocês fazem algum tipo de divisão de trabalho entre vocês?  
 Feirante – Tudo junto. Nós dois damos duro lá na roça.” (Entrevista com A.)

As estratégias para forjar sistemas alimentares mais resilientes também devem levar em consideração a integração de equidade de gênero e justiça social às esferas da agricultura, comércio e de Segurança Alimentar e Nutricional (FAO, 2018). O enfoque sustentável na produção valoriza as atividades que são tradicionalmente desenvolvidos pelas mulheres (hortas, pomares etc.) e atitudes como o cuidado, que são geralmente atribuídas ao feminino. Além disso, a participação das mulheres em espaços públicos, como uma feira, permite a elas o contato com pessoas e grupos exteriores à propriedade, possibilitando o reconhecimento social do seu trabalho e a obtenção de rendas mais permanentes, fruto direto do seu trabalho, o que gera maior autoestima (PETERSEN, 2009).

Cabe ressaltar que recentemente, com a diminuição do movimento da feira, L tem sofrido pressão do seu esposo para desistir da empreitada, pois ele não se identifica com esse estilo de vida. Ao contrário dela, ele possui uma outra fonte de renda, e não consegue entender porque ela insiste em levar adiante a vida no sítio e a presença na feira.

#### 4.3 OS FREGUESES

Reconhecer e caracterizar o público que frequenta a feira é fundamental para compreender a importância desse tipo de mercado para além dos aspectos econômicos, afinal, o comportamento do consumidor é um dos elementos constituintes do sistema alimentar. Entender a dinâmica social e as relações de sociabilidade exigem a distinção do outro, do freguês, como parte imprescindível para a existência da feira como espaço de trocas e aprendizado.

Para realizar essa empreitada, foram realizadas entrevistas estruturadas com 33 consumidores ao longo de dois meses. É importante destacar que o principal critério para a seleção dos entrevistados era identificar-se como freguês de pelo menos um dos

feirantes-agricultores participantes da pesquisa. As entrevistas foram encerradas por saturação do campo, quando foi possível observar que os clientes se repetiam e as novas entrevistas não ofereciam informações diferentes que justificassem a ampliação do material empírico.

É possível observar na feira, principalmente nas primeiras horas da manhã, a presença de vários clientes habituais, para quem a feira já está integrada a sua rotina. São moradores do bairro, trabalhadores apressados e algumas pessoas em traje de ginástica, que aproveitam o momento de se exercitar para também ir à feira e realizar compras.

Dos 33 clientes que foram entrevistados, 79% afirmaram frequentar a feira toda semana e 15% entre duas a três vezes por mês. Pelo menos 70% dos entrevistados conheceram a feira através da indicação de amigos e familiares ou por serem moradores do bairro da Glória. Nas conversas presenciadas, percebe-se a questão da socialização, presente nas conversas informais, na oferta dos feirantes para que os consumidores provem os alimentos (sempre que possível) antes de efetuar a sua compra e nos laços de amizade estabelecidos entre fregueses e feirantes.

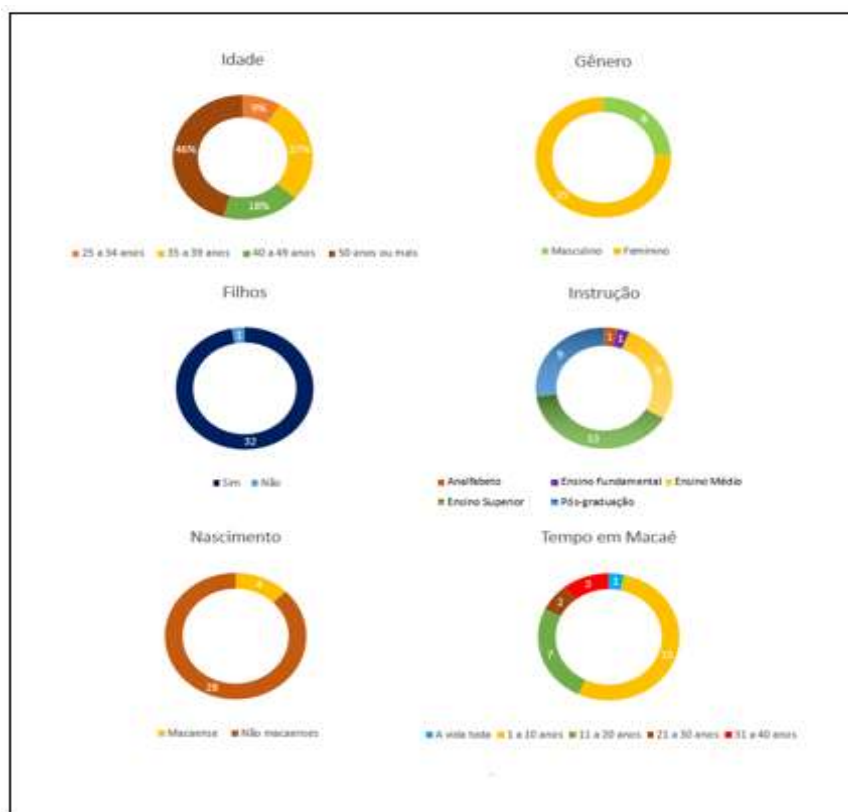
Constatou-se o interesse e a busca por orgânicos entre grande parte dos clientes, 52% deles declararam que a busca por alimentos de origem orgânica ou agroecológica representa um dos principais motivos para ir à feira. A maioria dos fregueses já chega às bancas com a informação de que aquele determinado feirante comercializa orgânicos. Ao chegarem sempre questionam se os alimentos são orgânicos mesmo, para receberem a confirmação do feirante e, muitas vezes, de outros fregueses que ali estão, esses que confirmam entusiasmados a procedência e qualidade da mercadoria ali exposta. Ao conversar com uma cliente sobre a feirante A, ela me disse: “Ela fala que é orgânico e eu acredito né? (Conversa com uma cliente da feira)”

Giddens (1991) indica que risco e confiança são conceitos que caminham juntos. O propósito da confiança seria o de minimizar os riscos ou neutralizá-los e a experiência de segurança estaria presente em um equilíbrio entre confiança e risco aceitável. A maioria dos consumidores entrevistados opta por aceitar o risco e confiar na palavra do feirante-agricultor quando este afirma que o alimento comercializado por ele é livre de agrotóxicos (ou orgânico, natural, saudável etc.) – o chamado ‘risco aceitável’ é primordial para a manutenção dessa confiança.

Ao traçar um perfil do freguês típico entre os entrevistados, chega-se à conclusão que ela é uma mulher, com mais de quarenta anos, tem filhos (que quando pequenos a

acompanham na feira), possui ensino superior e renda familiar que excede dez salários mínimos. Ela não é natural de Macaé, mas mora na cidade há mais de dez anos e admite ter preocupações ambientais, sendo que uma das que mais se destaca é o aumento do volume de lixo. O gráfico abaixo traz um resumo demográfico baseado na amostra do público entrevistado.

**Gráfico 1:** Dados Demográficos dos Entrevistados



Fonte: A autora

No decurso das entrevistas, que seguiam um roteiro estruturado (ver Apêndice F), foi possível identificar o nível de satisfação dos consumidores frequentes<sup>11</sup> com a feira, entender os motivos que os levam a frequentar a I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária, os atributos que os clientes levam em conta para a escolha e compra dos seus alimentos, suas principais preocupações ambientais e suas concepções acerca de temas como ‘Desenvolvimento Sustentável’ e ‘Consumo Sustentável’.

É importante evidenciar que, em entrevistas formais nem sempre é possível capturar se o entrevistado de fato acredita no que está dizendo ou se o diz por acreditar

<sup>11</sup> Os clientes frequentes estão limitados às 3 bancas que se auto identificaram como orgânicas e que aceitaram participar da pesquisa

que aquela é ‘a resposta correta’ e também se o que eles afirmam condiz com as suas vivências e práticas.

Nesse cenário, além das entrevistas formais, também foi de crucial importância observar os clientes em suas interações entre si e com os feirantes, durante todo o período de pesquisa de campo. A partir do tratamento das informações colhidas nas entrevistas e através da observação participante; e da posterior interpretação desses dados, foi possível distinguir as categorias finais descritas a seguir.

#### 4.3.1 Os porquês: o que realmente importa na feira?

A I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária é uma feira pequena, a primeira de um projeto para implementar feiras da agricultura familiar em diversos bairros do município de Macaé, e conta com quase três anos de existência. Apesar da queda de movimento, relatada pela maioria dos feirantes, ainda conta com um público fiel, que incluiu a ida à feira nos seus afazeres da semana.

Uma das questões que foi colocada durante a pesquisa diz respeito aos motivos pelos quais os clientes vão à feira. Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção (sem limite máximo de escolhas) de uma lista prévia, que apresentava 14 alternativas. A qualidade dos produtos vendidos foi o motivo que mais se destacou, indicado por 85% dos entrevistados que confirmam com entusiasmo atributos como sabor, durabilidade e valor nutricional dos alimentos adquiridos. A busca por alimentos de origem orgânica ou agroecológica veio em segundo lugar, com 52 % de alusões, e em terceiro a localização da feira, citada por 45% dos entrevistados.

Outros motivos, como a relação com os feirantes, a qualidade do atendimento e a possibilidade de compra direto do agricultor também tiveram destaque, com 39% de menções cada. Preocupações ambientais foram mencionadas por 36% dos entrevistados, assim como o preço praticado na feira em comparação com outras modalidades de venda.

Em uma das entrevistas, ao ser indagada se estava satisfeita com a feira, uma cliente respondeu afirmativamente, justificando a sua resposta da seguinte maneira: “Sim, estou muito satisfeita. Por causa da L”. (feirante) (Entrevista com cliente)

Apenas um cliente entrevistado declarou não estar satisfeito com a feira, devido ao pequeno número de bancas presentes. Todos os outros consideram-se satisfeitos, apesar de algumas ressalvas, entre elas: pouca diversidade, diminuição do número de



bancas ao longo do tempo e falta de infraestrutura e apoio por parte da Prefeitura (poucos espaços de sombra, falta de banheiro etc.). Durante o mês de novembro de 2018, a Prefeitura promoveu o ‘Macaé Beer Fest’, um festival de cerveja artesanal, na mesma praça onde é realizada a feira. Nos dias que antecederam o evento, a praça ficou ocupada por operários, caminhões e profissionais que estavam trabalhando nas instalações para a festa, e um grande toldo foi instalado, assim como banheiros químicos. Na quarta-feira, com a feira sendo realizada embaixo da estrutura montada, foi possível presenciar em diversas conversas comentários do quanto o ambiente estava mais agradável e questionamentos sobre porque algo dessa natureza não ser feito para feirantes e fregueses, mas apenas para um acontecimento de três dias na cidade.

Entre as ressalvas dos clientes, é curioso perceber que se destaca a questão da diversidade, apesar do interesse na qualidade dos alimentos e na busca por aqueles que são orgânicos ou de origem agroecológica. É contraditório exigir diversidade de um contexto que respeita a sazonalidade e as vocações de produção local.

Ao justificar a satisfação com a feira, foram feitas novas referências à qualidade dos alimentos vendidos, expressas por características como frescos e orgânicos, e sobre o contato direto com o agricultor em um atendimento atencioso. Atributos ligados à sociabilidade, como o uso de um espaço público, o encontro com amigos e a possibilidade de trocas e receita foram os menos referenciados. Uma das clientes afirmou que atualmente preferia buscar receitas e informações na internet do que conversar com vizinhos ou desconhecidos. Outros justificaram que por ser uma feira realizada em dia útil, no horário da manhã, todos estão apressados para realizar suas compras e logo seguir para o trabalho ou para os outros compromissos do dia.

Apesar da baixa interação dos clientes entre si, a relação dos clientes frequentes com os feirantes é visivelmente importante e um diferencial entre a feira e outras formas de comércio de alimentos. No caso da venda direta, onde vendedores e consumidores estabelecem um relacionamento, esse relacionamento passa a ser em si mesmo um atributo de qualidade. Conhecer quem produz o seu alimento é um contraponto à abstração e ao anonimato das grandes redes de supermercado (GIDDENS, 1991).

Clientes e feirantes tratam-se pelo primeiro nome, dividem angústias, problemas de saúde e também conquistas, trocam mensagens através do telefone celular, conhecem outros membros da família e preocupam-se quando não se encontram às quartas feiras.

Muitos dos clientes, principalmente os mais idosos, costumam permanecer na banca, mesmo após o ato da compra, para conversar.

A ausência dos feirantes causa surpresa e frustração para os fregueses fiéis. Em muitas ocasiões onde algum dos feirantes se ausenta, os consumidores indagam se alguém sabe de algo, demonstrando preocupação e querendo saber o que poderia ter acontecido. No caso da feirante L., que teve que abster-se de ir à feira algumas semanas por problemas de saúde na família, os clientes lamentavam a falta que sentiriam do queijo que ela produz naquela semana. Ao serem perguntados se não era possível substituir o queijo por outro produto similar no mercado, destacavam a qualidade única do produto vendido. Uma das clientes ressaltou a durabilidade e o sabor, disse que quando comprava o queijo no supermercado, passado apenas alguns dias na geladeira, logo o queijo ficava todo ‘melado’, com uma aparência ruim, ao contrário do queijo vendido pela L. na feira, que conservava o frescor por muito mais tempo. Ela ainda disse que se sentia orgulhosa de servir o queijo na sua casa, que recebia sempre muitos elogios e perguntas sobre onde havia sido comprado.

A qualidade dos alimentos, no caso da feira, foge das perspectivas hegemônicas, construídas a partir do processo de industrialização, e se assenta em novas possibilidades, onde prevalece a reconexão entre produção e consumo, a valorização de produtos tradicionais e também a questão de relocalização do sistema alimentar (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

Alguns dos consumidores organizam visitas às propriedades dos feirantes-agricultores que produzem alimentos sem o uso de agrotóxicos e os próprios feirantes incentivam esse tipo de aproximação, divulgando as datas com os fregueses mais próximos, caso tenham interesse em comparecer.

A relação de proximidade também abre espaço para críticas, como no exemplo abaixo, em que uma feirante tentou oferecer rúcula a uma cliente que estava comprando ervilhas e laranjas: “Feirante L. – Você não quer aproveitar e levar um pouco de rúcula? Olha como está fresquinha - Cliente – Não, comprei na semana passada e estava inaceitável (conversa presenciada pela pesquisadora entre L. e uma cliente habitual)”

Quando a cliente se afastou, a feirante comentou que esse tipo de comentário é comum e que, apesar de embaraçoso, era importante para vencer algumas insatisfações. Na semana anterior, uma outra cliente havia perguntado o que ela usava como adubo, já que produzia sem o uso de aditivos químicos. Essa consumidora estava desconfiada

porque tinha assistido na televisão uma reportagem que acusava agricultores de usarem fezes de cachorros e gatos. O questionamento permitiu que uma conversa fosse estabelecida e a feirante-agricultora pode liquidar com a dúvida, que gerava receio em sua cliente.

Ao serem perguntados sobre os aspectos que levam em consideração na aquisição de alimentos, onde poderiam ser escolhidos três atributos de uma lista prévia apresentada, 79% dos clientes entrevistados disseram que dão preferência a alimentos que sejam produzidos sem o uso de agrotóxicos. O segundo atributo mais apontado pelos fregueses, com 52% das escolhas, foi conhecer a origem desses alimentos, se são oriundos da agricultura familiar, se foram produzidos no município, etc. Na sequência foi mencionada a aparência, opção de 39% dos entrevistados.

Os produtos e as práticas tradicionais, aqui exemplificado pelo atributo de conhecimento da origem dos alimentos, podem atuar como promotores de estratégias de produção sustentável, enaltecendo o trabalho da agricultura familiar camponesa e garantindo as características históricas e culturais dos alimentos (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

No cotidiano da feira os clientes afirmam identificar produtos orgânicos através das redes de confiança que vão sendo estabelecidas a partir dessas relações de proximidade. Alguns agricultores são reconhecidos como orgânicos pelos consumidores, principalmente pela sua interação com grupos organizados que têm interesse neste tipo de produto, como o grupo ‘Mães orgânicas’, grupo macaense que, segundo sua página no facebook, reúne mães interessadas em troca de informações sobre o comércio de produtos oriundos da agricultura alternativa, e também e também o ‘Coletivo Macaense de Consumo Solidário’ (CoMaConSol), que se identifica como um coletivo de Economia Solidária que busca valorizar a produção agrícola local em fase de transição agroecológica.

Alguns consumidores, em conversas informais, relataram preferir produtos menores, porque acreditam que esses possuem menos agrotóxicos. Eles também disseram estar atentos à diversidade oferecida em uma mesma banca: quando a banca oferece pouca variedade de artigos, eles acreditam que os alimentos foram, de fato, produzidos por aquele feirante-agricultor; já as bancas com uma grande pluralidade de artigos, provavelmente estariam comprando de grandes centros de distribuição, e seriam responsáveis por apenas pequena parte dos produtos vendidos.

Durante conversas com clientes, curiosos a respeito do tipo de pesquisa que estava sendo feita na feira, muitos evidenciavam a importância da educação ambiental e o quanto as crianças são determinantes para os hábitos e costumes de uma família. Uma criança que recebe orientações na escola sobre alimentação, hábitos de higiene, reciclagem, entre outros, seria uma influência poderosa para mudanças consistentes na rotina familiar, com impactos positivos no meio ambiente.

#### 4.3.2 Produção, distribuição e consumo: qual a relação com sustentabilidade?

A proximidade, um dos principais fundamentos do circuito curto de comércio, é um componente importante para os frequentadores da feira e também uma estratégia para se alcançar um sistema alimentar mais sustentável (FAO, 2018). A maioria dos clientes que frequenta as bancas pesquisadas é de moradores do bairro e a localização, apesar de não ser um fator decisivo, é importante para quase metade deles. Apesar de 94% dos entrevistados comparecerem à feira pelo menos duas vezes ao mês, ela não é a única via alternativa para compra de alimentos para 67% deles, que informaram frequentar supermercados, hortifrutis, outras feiras da cidade ou realizar compras através da entrega de cestas de orgânicos na sua residência. Muitos consumidores, inclusive, compram do mesmo feirante em ocasiões diferentes, como na Feirinha da Glória, na Feirinha da Roça, ou na Feira do Pecado.

Atualmente, a parceria da Prefeitura com a cooperativa coordena quatro iniciativas de ‘Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária’, todas em bairros de classe média/média-alta. As iniciativas em bairros populares foram descontinuadas, limitando ainda mais o acesso a alimentos produzidos na região, o que afeta diretamente o ambiente alimentar e, conseqüentemente, o sistema alimentar. De certa maneira, o tipo de ‘consumo sustentável’ proposto pela feira, atende à continuidade dos privilégios dos grupos mais ricos da sociedade, que são os que tem acesso a produtos cultivados sem agrotóxicos, por um preço mais acessível, perto da sua residência – o consumo ‘ecologicamente correto’ não é para todos e isso demonstra não apenas uma desigualdade nos níveis e padrões de consumo, mas também desigualdades de poder sobre os recursos ambientais (PORTILHO, 2005).

O tema meio ambiente é considerado importante por praticamente a totalidade dos participantes da pesquisa, contudo, o simples interesse por informações relacionadas à temática ambiental não leva necessariamente a estilos de vida ambientalmente corretos.

Os frequentadores da feira entrevistados destacam como sua principal preocupação ambiental a questão do lixo, principalmente no que tange ao consumo exagerado de sacolas plásticas. Desperdício de água e energia, poluição de águas doce e poluição produzida por agrotóxicos foram também citados por uma parcela significativa da amostra. Preocupações comuns nos anos noventa, como desmatamento de florestas, camada de ozônio e chuva ácida foram pouco ou zero mencionadas. As mudanças climáticas, assunto bastante discutido na mídia no momento atual, não foram citadas por nenhum entrevistado. A questão da biodiversidade, representada pela alternativa ‘extinção de espécies de animais e plantas’ foi escolhida por apenas um participante, e o desaparecimento de populações tradicionais por apenas dois. É importante ressaltar que não havia limite para a resposta e o participante poderia assinalar todas as alternativas que considerasse relevantes.

Apesar das preocupações ambientais assinaladas, são comuns entre frequentadores da feira as queixas a respeito da falta de produtos específicos em determinadas épocas do ano, como as verduras. Como já foi mencionado, apesar de buscar e dar preferência aos alimentos orgânicos, são poucos que entendem ou assimilam questões próprias desse tipo de produção.

Ao serem indagados sobre de que forma definiriam o que é ‘Desenvolvimento Sustentável’, como questão aberta, os participantes da pesquisa sempre se mostravam cautelosos e preocupados com a resposta. Grande parte dos entrevistados dizia ser um tema difícil de definir e utilizavam alguns exemplos que são vistos como representações do que é sustentável, por exemplo a reciclagem e a própria existência da feira.

Algumas das respostas exemplificam essa visão:

- Desenvolvimento sem gerar danos para a natureza
- Ao produzir, pensar em uma produção com política que evite poluição, depredação, prejuízo para o futuro
- O desenvolvimento sustentável tem que caminhar com o meio ambiente sem prejudicá-lo
- Reflexão sobre a importância de separar o lixo e comprar produtos locais e orgânicos

- A própria feira agroecológica

A definição do termo quase sempre está associada à preservação do meio ambiente, a uma produção ‘responsável’, a conter desperdícios e ao progresso econômico, discurso que se identifica com a matriz interpretativa hegemônica, derivada do relatório Brundtland (LIMA, 2003). As dimensões social e cultural não são lembradas, com exceção de um cliente que definiu ‘Desenvolvimento Sustentável’ como ser um país sem violência. A questão do consumo também é sugerida por parte dos entrevistados, porém dentro de um conceito que se afasta dos ideais de autolimitação das necessidades, característica dos movimentos ecológicos da década de 60 e 70, mas que se aproxima ao que Portilho (2005) convencionou chamar de *shopping* ecológico, que engloba a febre dos orgânicos. De certa maneira, uma atividade tão simples quanto ‘ir às compras’ passa a ser vista como uma escolha que afeta a qualidade do meio ambiente, porém a possibilidade de escolha não está entre consumismo e não consumismo, mas sim na escolha entre diferentes marcas ou canais de vendas. É importante mencionar que a questão do desperdício é uma das que mais contribui para a insustentabilidade de um sistema alimentar – cerca de um terço de todos os alimentos produzidos no mundo são perdidos ou desperdiçados, com um significativo impacto ambiental em termos de água e terras utilizadas.

A feira, como arquétipo, é inovadora ao se desenvolver na contracorrente do tecnicismo predominante dos processos de produção, processamento, distribuição e comércio; e também tem um forte impacto na cultura do consumo por proporcionar um ambiente alimentar onde são ofertados regularmente alimentos *in natura* a um preço acessível. Alguns clientes já reconhecem a sua própria importância, como consumidores, na manutenção da agricultura regional e na venda direta, entretanto, alguns ainda desconhecem a relevância desse espaço de comércio na geração de renda para os agricultores camponeses e sobre a realidade de produzir fora dos sistemas convencionais. Em uma conversa presenciada pela pesquisadora, cliente e feirante-agricultor discutem a sua ida à feira em um dia de chuva forte. O cliente ignora ou desconsidera que a feira é a única fonte de renda para o seu interlocutor: “Freguês – Nesse caso (muita chuva) é melhor nem vir - Feirante – Venho sim, consigo vender de dentro do carro - Freguês – Não vale a pena, é besteira. Vale mais ficar em casa cuidando de menino”.

Ainda que os consumidores desconheçam a realidade por detrás da produção e distribuição daquele alimento, a busca por saúde ou bem-estar pessoal que motivem a sua compra não deixam de ser compatíveis com escolhas ‘ecológicas’ e assim contribuir para questões de preservação do meio ambiente. É importante refletir que os consumidores são atravessados por diversos valores, que muitas vezes são ambíguos ou contraditórios, o que não diminui a sua importância como elemento constituinte do sistema alimentar.

Os principais motivos citados para cuidar do meio ambiente foram ‘Futuro Melhor’ e ‘Responsabilidade Socioambiental’, com 33% das escolhas cada, na sequência, foram citados ‘Sobrevivência’ e ‘Preservação’. Existe uma preocupação com a herança que será deixada para filhos e netos, e futuras gerações; e a maioria dos entrevistados acredita que as suas ações podem contribuir com os cuidados com a natureza. O consumo sustentável, entretanto, prega direitos proporcionais no acesso e utilização dos recursos naturais, ou seja, uma luta para que além de um futuro comum, o presente também seja.

Uma vez que é possível estabelecer conexões entre sustentabilidade e padrões de produção, comércio e consumo de alimentos, qual deveria ser o percurso para alcançar o tão esperado sistema alimentar sustentável? De que forma seria possível conceber uma aliança entre produtores e consumidores com políticas públicas adequadas? Qual o impacto da mudança discursiva que responsabilizava a produção pela crise ambiental, e passou a responsabilizar o campo do consumo? Essas são questões que serão abordadas no próximo subcapítulo.

#### 4.3.3 Consumo sustentável: fortalecimento ou enfraquecimento da ação política?

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU (1998), o consumo deve assegurar as necessidades básicas de todos, ser socialmente responsável (onde o consumo de alguns não prejudique o bem-estar de outros) e sustentável (sem comprometer as possibilidades das futuras gerações) (PORTILHO, 2005).

Em 2001, ao atualizar algumas das definições propostas ao longo dos anos, a *Oxford Commission on Sustainable Consumption* (OCSC) elaborou um relatório onde identificou seis características fundamentais para a definição de consumo sustentável:

- Deve ser parte de um estilo de vida sustentável em uma sociedade sustentável;

- Deve contribuir para nossa capacidade de aprimoramento enquanto indivíduo e sociedade;
- Requer justiça no acesso ao capital natural, econômico e social para as presentes e futuras gerações;
- Não significa necessariamente consumir menos, mas deve-se ressaltar que o consumo material deve se tornar cada vez menos importante em relação a outros componentes da qualidade de vida;
- Deve ser consistente com a conservação e melhoria do ambiente natural;
- Deve acarreta um processo de aprendizagem, criatividade e inovação (PORTILHO, 2005).

Apesar de ainda ser um conceito em discussão, é possível destacar, entre as principais definições oficiais a questão da satisfação das necessidades e preferências humanas, a preocupação com as presentes e futuras gerações e a forte presença da dimensão social (PORTILHO, 2005).

Esses conceitos seguem a matriz interpretativa do discurso oficial de sustentabilidade e compreende um desdobramento do Relatório Brundtland, restrito às dimensões social, econômica e ambiental. As dimensões culturais e políticas (NASCIMENTO, 2012) e questões como a saúde humana e indiferenciação das responsabilidades sociais relacionadas às crises enfrentadas pela humanidade, que compõem a segunda matriz interpretativa na definição de uma sociedade sustentável, são deixadas de fora (LIMA, 2003).

Ao perguntar aos clientes entrevistados de que forma eles definiriam consumo sustentável e o que faziam (se faziam) em prol dessa ideia, a maioria respondeu que o conceito de consumo sustentável estava de acordo com o que eles já haviam definido como desenvolvimento sustentável e poucos souberam/quiseram diferenciar os dois termos.

A maioria das respostas apontam para dificuldades em associar consumo e sustentabilidade em todas as suas dimensões (ambiental, econômica, social, cultural e política) e contemplam associações com a separação do lixo, a reciclagem e a preocupação com o desperdício. Alguns dos entrevistados mencionaram a importância de refletir antes de se realizar uma compra e realizar compras conscientes. Apenas um cliente mencionou políticas públicas na sua resposta. Nenhum entrevistado questionou níveis (quantidade) ou distribuição de consumo, foram discutidos apenas padrões (escolhas).



Sobre o que faziam de acordo com um consumo sustentável, 21% dos entrevistados afirmaram evitar o uso de sacolas plásticas e 30% fizeram algum tipo de relação com o consumo de alimentos locais e orgânicos (alguns deles inclusive mencionaram diretamente a própria feira do bairro da Glória):

- Feira (consumir direto dos produtores), economizar água, diminuir o número de sacolas.
- Consumir produtos orgânicos.
- A própria feira: incentivar e ajudar o pequeno agricultor e economizar energia também.
- Ver a procedência do alimento (sem agrotóxico e quem produz).
- Ajudar comprando dos pequenos produtores.
- O poder público incentivar e fiscalizar se o produto realmente é o que dizem (orgânico), e também oferecer apoio aos feirantes.
- Vir a feira e evitar industrializados.

As dificuldades em se pensar sobre limites e autolimites ao consumo está relacionada às formas tecnicistas e economicistas de lidar com os problemas do consumo (PORTILHO, 2005). A maioria dos debates sobre consumo sustentável busca estratégias de substituição de bens e serviços por outros que sejam mais eficientes ou menos poluentes.

Um outro aspecto importante, a partir da análise das respostas, diz respeito a quanto a transferência da atividade regulatória do consumo, do poder público e do mercado para o consumidor, já está internalizada pelos frequentadores da feira. Dessa forma, o Estado evita um confronto direto com as contradições entre crescimento econômico e importantes questões culturais, ambientais e sociais e co-responsabiliza o consumidor pelas consequências (PORTILHO, 2005). Apesar disso, o relatório da HLPE (2017) evidencia a importância da regulamentação, informação e educação para a orientação dos consumidores em direção a escolhas alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

Ao excluir as políticas públicas das atividades regulatórias de consumo, percebe-se uma apropriação de termos ‘verdes’ (com conotação ecológica e/ou sustentável) pelo

mercado, que coloca ênfase em um discurso ‘ganha-ganha’ quando se propõe a resolver crises através de soluções que podem trazer ganhos para todos. Esse é um fenômeno que pode ser ilustrado pelo caso dos orgânicos, nomenclatura que atualmente não está acessível a nenhum dos feirantes da I Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária – o mercado se apropriou do termo e seguindo a lógica de maximização de lucros criou submercados e nichos elitistas de consumo de alimentos que, apesar de serem produzidos sem agrotóxicos, nem sempre levam em conta custos energéticos de produção (mochila ecológica), custos sociais e a questão de acesso e distribuição equitativa dos recursos naturais.

Um outro ângulo que se destacou durante a aplicação das entrevistas foi a resistência dos entrevistados em discutir política partidária. Parte das entrevistas foram realizadas durante o mês de outubro de 2018, mesmo mês em que foram realizadas as eleições para Presidente, Governador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Senador. Ao abordar os clientes para perguntar se eles estariam dispostos a participar da entrevista, eles sempre perguntavam se a entrevista tinha alguma relação com as eleições, porque caso tivesse eles não teriam interesse em participar. A feira, espaço de consumo e de lazer, que são vistos como elementos da vida privada do indivíduo, não poderia ser invadida por temas políticos, elementos da vida pública.

Apesar disso, a coordenadora da feira (que era candidata a Deputada Federal) e outros candidatos utilizavam a feira para fazer campanha e distribuir ‘santinhos’, o que deixava a maioria dos consumidores visivelmente incomodados.

Verifica-se um crescente desinteresse do eleitorado por tudo que tenha relação com a ‘política’ (exceto os escândalos e fofocas), resultando num aumento da apatia política. O conformismo generalizado, a perda do espaço público, o declínio da política e a aversão à limitação e à autolimitação têm como resultado a apatia e o sofrimento humano, gerando incerteza, insegurança e falta de garantias quanto ao futuro. (Portilho, 2005: 183)

De forma paradoxal, ao falar sobre consumo sustentável, pode-se deduzir das contribuições dadas pelos entrevistados, que os consumidores buscam um enfrentamento da crise, especialmente ambiental (esfera pública) por uma via individual (esfera privada). A sua atuação é limitada, e a comunicação entre as esferas pública e privada é esporádica, porém o campo do consumo pode oferecer novas possibilidades (ainda que modestas) de práticas políticas no mundo contemporâneo (PORTILHO, 2005).

O objetivo desta pesquisa era compreender de que forma a presença de uma feira, e o comportamento individual e coletivo dos que dela participam, poderiam ou não contribuir em relações de produção e comércio de alimentos mais sustentáveis. Entender os conflitos e as conexões entre o ser cidadão e o ser consumidor é essencial para essa empreitada. “Quando se confunde cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser uma função do consumo.” (Santos, 2008:127)

Apesar das críticas ao consumismo, pelo seu poder de promover a desconexão do coletivo, das condições comuns e da desigualdade, deve-se observar que a expansão do consumo e das comunicações vem contribuindo para gerar redes entre produtores e consumidores que compartilham valores semelhantes e que trocam vivências, conhecimento e informação (PORTILHO, 2005).

Santos (2008) defende a ideia de que alguns consumidores podem existir sem realizar inteiramente suas potencialidades como participante ativo de uma comunidade, é o caso do ‘consumidor-não-cidadão’, que se esgota no ato de consumir. O autor usa o termo ‘consumidor mais-que-perfeito’ para descrever aqueles que estão engajados na sua função primordial de consumir, e ‘consumidor imperfeito’ para aquele insubmisso às regras e mandamentos do mercado e que consegue erguer-se como cidadão. O consumidor cidadão seria aquele preocupado com questões coletivas, ainda que atuando dentro de seu espaço privado.

O ‘consumidor imperfeito’ pode fazer uso de diversas táticas como boicotes e rotulagens para politização do seu consumo. A esse trabalho interessa a iniciativa de evitar a exploração nas relações de consumo aumentando a proporção do consumo realizado fora do mercado convencional, dos circuitos longos de comércio. A feira, como já sinalizado anteriormente, é uma importante via alternativa para aquisição de alimentos e apoio aos agricultores locais.

É importante ainda realçar o fato de que, embora os clientes exerçam diferentes profissões, tenham idades variadas e nem sempre compartilhem as mesmas ambições ou receios, ao frequentar a feira e entrar em contato com os feirantes-agricultores e com outros clientes, compartilham vivências e experiências comuns desse ambiente alimentar, o que funciona como um fator de aglutinação e formação de uma identidade particular, o que pode ser direcionado para lutas comuns. Esse grupo de cidadãos, que muitas vezes

não têm (ou não quer ter) recursos políticos, pode encontrar uma voz para expressar suas insatisfações com o sistema hegemônico.

Vale lembrar que esse tipo de participação política não substitui a tradicional, e que não é capaz de gerar as mudanças profundas necessárias para uma sociedade sustentável sem a pressão das organizações sociais e das instituições públicas, mas as atividades de consumo, especialmente em uma feira, operam em importantes intersecções (vida pública e privada, rural e urbano) e pode criar e reconstruir importantes elos de comunicação e conexão entre elas. Segundo Portilho (2005), desta maneira a estratégia do consumo sustentável pode funcionar sim como uma forma de trazer problemas coletivos para a vida pessoal, ampliando as formas de fazer política e de existir enquanto sujeito político.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou variadas interseções entre alimentação e sustentabilidade, representadas no cotidiano da I Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária e na vivência dos feirantes-agricultores e consumidores que dela participam.

A partir da revisão bibliográfica, foi possível constatar a certeza de que os sistemas alimentares atuais são insustentáveis. Ainda que os índices de produtividade rural tenham crescido de maneira significativa em muitas partes do mundo, a sociedade ainda é ameaçada pela fome e o meio ambiente se encontra cada vez mais degradado (FAO, 2018). Além disso, aspectos como acessibilidade, saúde, distribuição de renda e equidade ainda são majoritariamente negligenciados.

Todos os desafios relacionados à promoção da sustentabilidade em um sistema alimentar devem ser examinados de forma holística, a fim de compreender a sua contribuição e os seus impactos de forma ampla. A agricultura familiar camponesa tem se mostrado como elemento chave de enfrentamento, afinal, em termos quantitativos, representa a maioria esmagadora da população agrícola do mundo, e sua contribuição para geração de renda, produção de alimentos e o desenvolvimento de modo geral é enorme e indispensável (PETERSEN, 2009).

Segundo Van der Ploeg (2008), a atual luta por autonomia é determinante para a agricultura familiar camponesa e esta tem importante atuação na construção da sustentabilidade. A feira tem um papel importante nessa luta, por oferecer um espaço não só de comércio (e renda), mas também por disseminar as práticas tradicionais e a cultura alimentar de determinada região além de reestabelecer os vínculos rompidos entre o mundo rural e urbano, e entre a cultura e a natureza.

A análise dos resultados indica que existe alinhamento entre os valores (aqui no conceito mais amplo do termo) ofertados pelos feirantes-agricultores que comercializam alimentos livres de agrotóxicos e os interesses dos seus consumidores, ainda que as exigências e critérios para controle de qualidade e estabelecimento de confiança existentes excluam as singularidades inerentes em um processo produtivo artesanal e de menor escala (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

Ao reconhecer a importância da produção local tradicional, é possível perceber a feira e os que dela participam como capazes de promover a realocação dos alimentos, através de um ambiente alimentar inclusivo e diversificado.

Ambientes alimentares ‘melhorados’ podem induzir o consumo de alimentos mais nutritivos e saudáveis (HLPE, 2017), o que leva à realização de que a Segurança Alimentar e Nutricional deriva de sistemas alimentares multiculturais, socialmente mais justos, inclusivos economicamente, regulamentados pelo poder público e pela sociedade civil e que preservam o meio ambiente – ou seja, sistemas alimentares sustentáveis.

O objetivo da pesquisa era avaliar a contribuição de uma feira para relações de produção e comércio de alimentos que fossem mais sustentáveis, através de um estudo de caso realizado na cidade de Macaé – RJ.

Embora o alcance da I Feira da Agricultura familiar e Economia Solidária, integrante do circuito econômico inferior da cidade (SANTOS, 2008), seja pequeno, com um baixo número de pessoas atingidas, e a sua organização ainda apresente sinais de informalidade e precariedade, ela cumpre com o seu papel e contribui para a construção de um sistema alimentar sustentável. Seus grandes méritos são:

- Aproximar os agricultores dos consumidores finais em um circuito curto de comércio, incentivando troca de saberes e aprendizados mútuos;
- Promover a manutenção da já reduzida produção agrícola do município e região, fundamental para mitigar possíveis crises de abastecimento;
- Reforçar a autonomia e a autoestima dos feirantes-agricultores através da geração de emprego e renda;
- Ser equipamento público de Segurança Alimentar e Nutricional no campo e na cidade, oferecendo alimentos *in natura* frescos e diversificados;
- Garantir e valorizar atributos históricos e culturais dos alimentos;
- Constituir fonte de empoderamento para os seus consumidores, através das relações de sociabilidade vigentes, que se tornam mais conscientes em relação a sua alimentação;
- No caso dos feirantes-agricultores que comercializam sem o uso de agrotóxicos, garantir uma preocupação real com a biodiversidade e um bom relacionamento com os recursos naturais, orientado para a conservação; e

- Promover um debate sobre a questão do lixo e destinação de resíduos, ainda que esteja restrito a uma preocupação e não tenha se convertido em práticas sustentáveis.

Os consumidores da feira valorizam as características locais dos alimentos – produtos frescos, recém-colhidos, saborosos e autênticos; entretanto, uma das lacunas identificadas no trabalho de campo está relacionada à falta de informação, do compartilhamento à respeito da origem dos produtos e serviços, da divulgação de preceitos e até mesmo da importância da feira como via de acesso ao mercado para os feirantes-agricultores e para sua renda. A comunicação é falha e irregular tanto interna quanto externamente e, assim como a gestão da feira, padece de novos formatos, métodos, tecnologias e ferramentas específicas para alcançar todo o seu potencial.

Um outro ponto que merece destaque é a discussão a respeito da desigualdade no acesso aos recursos naturais, o que tem relação direta com a construção do projeto de uma ‘sociedade sustentável’. Ao limitar a presença das feiras da agricultura familiar e economia solidária apenas aos bairros centrais, de classe média/média alta, confina-se o ‘consumo sustentável’ a uma parcela reduzida e privilegiada da população, o que reforça a atividade de consumir como uma prática cultural que visa atingir numerosos objetivos, dos quais se destacam a produção e reprodução de valores, a diferenciação e a hostilidade cultural (PORTILHO, 2005).

A feira contempla e interage com os três elementos constituintes de um sistema alimentar: sua cadeia de suprimentos, o ambiente alimentar e o comportamento do consumidor (HLPE, 2017). As trocas e interconexões entre esses elementos são determinantes para a sua sustentabilidade e devem ser observadas sob a perspectiva das cinco dimensões identificadas por Nascimento (2012): ambiental, social, econômica, cultural e política.

Por fim, a última constatação dessa dissertação é de que o caminho para um sistema alimentar sustentável passa, necessariamente, pelo intermédio de mecanismos de intervenção do Estado, pela reconexão entre produção e consumo em circuitos curtos de comércio (e a feira é um dos instrumentos para isso) e pela ação da sociedade civil organizada, uma vez que escolhas alimentares oferecem a possibilidade de posicionar a questão ambiental em um lugar onde as preocupações privadas e as questões públicas se encontram.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- II ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA Articulação Nacional de Agroecologia. Caderno do Rio de Janeiro, 2008.
- ACSELRAD, H.. Discursos da sustentabilidade urbana; R.B. **Estudos Urbanos e Regionais**, n.1, mai 1999.
- ALTIERI, M.. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.
- ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; LIMA; Roberto Alves de; JÚNIOR MACAMBIRA. Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar. Fortaleza: Instituto de desenvolvimento do trabalho Núcleo de economia solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015
- A REUNIÃO E O RELATÓRIO DE FOUNEX: a preparação da conferência de Estocolmo. Economia e Meio Ambiente. 2015. Disponível em: <http://amaliagodoy.blogspot.com/2015/11/a-reuniao-e-o-relatorio-de-founex.html>. Acesso em 30/10/2018
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. Mulheres construindo a agrologia. **Caderno do II Encontro Nacional de Agrologia**. Junho de 2008
- AZEVEDO, Elaine de. Alimentos Orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. São Paulo: Senac, 2012
- BARBOSA, Luciano Celso Guerreiro; LAGES, André Maia Gomes. Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió. III ENCONTRO DA ANPPAS. Brasília, 2006
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993
- BRASIL, Instrução Normativa nº. 19, 2009.
- BRASIL, Lei 10.831, de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial, 2003
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Cidades, 2010. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420420> >. Acesso em: 15 mai. 2018.



Brasília (DF). Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Fundação Alexandre Gusmão. **Relatório da Delegação do Brasil – IPRI**. Brasília, 2003.

CANESQUI, AM., e GARCIA, RWD (orgs). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**[online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876.pdf>. Acesso em: 24/10/2018

CASTAÑEDA DE ARAUJO, Marcelo. **Ambientalização e politização do consumo e da vida cotidiana: uma etnografia das práticas de compra de alimentos orgânicos em Nova Friburgo/RJ**. Rio de Janeiro: UFFJ, 2010.

CHECHIN, A.; VEIGA, J.D. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

CORONA, Hieda M.P. A Reprodução social da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba em suas múltiplas inter-relações. 2006. 316 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Relatório final. Fortaleza: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 2007.

CRUZ, Fabiana Thomé da; SCHNEIDER, Sérgio. Qualidade de alimentos, escolas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Rev. Bras. De Agroecologia**, v. 5 n°, 2010, pp. 22-38

CUNHA, S. B. & GUERRA, A. (Orgs.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DAROLT, Moacir R; LAMINE Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**. v. 10 - n. 2 • junho de 2013

DELGADO, G. C. 1985. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone/UNICAMP. 1985

FAO. Building a Common Vision for Sustainable Food and Agriculture [online]. Rome, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i3940e.pdf> acesso em: 18/01/2019

GEERTZ, Clifford. "Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultural". In: *Interpretações das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, Antony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HEREDIA, Beatriz; Palmeira, Moacir; Leite, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais** – vol.25 n° 74, pp. 159-176, 2010.

HLPE. 2017. High Level Panel of Experts on food security and nutrition. Extract from the report<sup>1</sup> nutrition and food systems. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-bt672e.pdf>. Acesso em: 24/10/2018.

JATOBÁ, S.U.S., CIDADE, L.C.F. e VARGAS, G.M. **Ecologismo, ambientalismo e ecologia política**: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e estado, 2009.

LAGO, André Aranha Correa do. Conferências de desenvolvimento sustentável. Brasília: FUNAG, 2013.

LA PEÑA, Isabel de; GARRETT James. **Nutrition-sensitive value chains**: a guide for project design. Roma: IFD, 2018. V.1

LIMA, G.; O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, vol.6, n.2, jul/dez 2003

\_\_\_\_\_.; Educação Ambiental Crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, jan/abr. 2009.

LEFF, E.; Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**; Porto Alegre, v.3, n.1, jan/mar 2002.

MACAÉ: Prefeitura Municipal de Macaé/ Programa Macaé Cidadão, 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental. **Ethnologia**, nº 6 v.8 , 1997, pp. 17-37.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam C. S. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. Ateliê, Goiânia –Gov.2 nº2 ago. 2008, pp. 72-87

MAZOYERT, M.; ROUDART,L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDAETS, J.P.P.; MEDEIROS, J.X. **A ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar**: análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. Cuiabá, 2004.

MEYFROIDT, P. **Trade-offs between environment and livelihoods: Bridging the global land use and food security discussions**. Global Food Security, 2017.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados** v. 26 nº74, 2012.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Rev. Eisforia**. Florianópolis, v. 4 n. Especial – Desenvolvimento Territorial Sustentável, conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos, p. 79-105, 2006. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/2175-7984.2009v8n14p79/10955>>.

Acesso em 31/01/19

- PESQUISA domiciliar do programa Macaé cidadão 2006/2007. Relatório Geral.
- PETERSEN, Paulo. (Org.); **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- PIRES, A. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et.al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; Certificação e confiança face-a-face na feira de produtos orgânicos; **IV Encontro Nacional da ANPPAS**, Brasília, jun 2008.
- QUE Alimentos (Não) estamos Comendo. In: VII ENCONTRO NACIONAL do FBSSAN. Carta de Porto Alegre. Em pratos Limpos. [Online]. 2013. Disponível em: <http://pratoslimpos.org.br/?p=5973>. Acesso em: 28/10/2018.
- RELATÓRIO RIO+20 : o modelo brasileiro : O futuro que queremos. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense. Rio de Janeiro:2012.
- REVISTA BRASILEIRA DE GEORAFIA. Rio de Janeiro. IBGE. Censo demográfico 2010.
- RIBEIRO, Helena; JAIME, Patrícia Constante; Ventura, Deisy. Alimentação e sustentabilidade. Estudos Avançados, v. 31 n°89, 2017. Pp.185-198.
- SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. Sociologias (**UFRGS. Impresso**), v. 27, p. 24-51, 2011.
- SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; et.al. (org.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, IPEA, 2017.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: USP, 2008.
- SATO, Leny. Feira Livre: Organização, Trabalho e Sociabilidade. São Paulo: Ed. USP, 2012.
- VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Rev. bras. Ci. Soc.**, Fev 2007, v.22, n°.63, p.153-155
- VAN DER PLOEG, Jean Douwer. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da localização. Porto Alegre: UFRGS, 2008
- \_\_\_\_\_. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Organizador). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.13-54.

VASQUES, S. Dinâmicas Socioeconômicas na Prática dos Feirantes Agricultores Familiares de Chapecó – SC. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2016.

WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

WUERGES, E.; SIMOM, A., Feiras-Livres como uma forma de popularizar a produção e o consumo de hortifrutigranjeiros produzidos com base na Agroecologia, **Rev. Bras. de Agroecologia**, v.2, n.2, out 2007

ZAPPELLINI, Marcello Beckert ; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. Administração: Ensino e Pesquisa, Rio de Janeiro, n°2 v. 16, pp. 241-273

ZHOURI, Andréa. A insustentabilidade leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MODELO A

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Agroecologia & Sustentabilidade: O caso dos produtores de orgânicos da Feirinha da Glória em Macaé”.

O objetivo desse entender a importância e a contribuição da feira para a construção de relações de produção e comércio de alimentos que sejam sustentáveis.

Acreditamos que o conhecimento que a pesquisa vai gerar pode entender a importância e a contribuição da feira para a construção de relações de produção e comércio de alimentos que sejam sustentáveis.

A pesquisa se faz por estudo de dados objetivos sobre a feira, por observação da mesma e por entrevistas com frequentadores e feirantes.

Não existe nenhum risco em participar da pesquisa. A menos que você faça questão de ter seu nome revelado, você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo e todas as informações que você der serão mantidas em sigilo. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no NUPEM/UFRJ - Macaé e outra cópia será fornecida a você.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE: Eu, \_\_\_\_\_, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e mudar minha decisão se assim o desejar. A pesquisadora Denise Siloto de Araujo garantiu que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais, a menos que eu assine um termo de consentimento à parte para o uso do meu nome. Em caso de dúvidas, poderei contactá-la no telefone (22) 99235-1923 ou contactar o Comitê de Ética em Pesquisa do Campus UFRJ – Macaé Professor Aloísio Teixeira, na Av. Aluizio da Silva Gomes, 50 - Granja dos Cavaleiros – Macaé – RJ ou a partir do telefone (22) 2796-2559. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

---

Nome, assinatura do(a) participante e data

---

Nome, assinatura da pesquisadora e data

## APÊNDICE B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MODELO B

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Agroecologia & Sustentabilidade: O caso dos produtores de orgânicos da Feirinha da Glória em Macaé”.

O objetivo desse projeto é entender a importância e a contribuição da feira para a construção de relações de produção e comércio de alimentos que sejam sustentáveis.

Acreditamos que o conhecimento que a pesquisa vai gerar pode contribuir para políticas públicas e para ações privadas no sentido de melhorias da feira existente e eventualmente de outras, e para que se estimule cada vez mais a agroecologia, a agricultura familiar e as feiras livres.

A pesquisa se faz por estudo de dados objetivos sobre a feira, por observação da mesma e por entrevistas com frequentadores e feirantes.

Não existe nenhum risco em participar da pesquisa. A menos que você faça questão de ter seu nome revelado, você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo e todas as informações que você der serão mantidas em sigilo. Este é o termo de consentimento para aqueles que declararam, de livre e espontânea vontade, que desejam ter seus nomes reais identificados na pesquisa. Apenas neste caso, este termo de consentimento é apresentado a(o) entrevistado(a). Em caso negativo, existe um termo de consentimento apresentado inicialmente aos entrevistados, garantindo-lhes sigilo absoluto sobre todos os dados e informações.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, ou para pedir o sigilo quanto aos seus dados. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no NUPEM/UFRJ – Macaé e outra cópia será fornecida a você.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE: Eu, \_\_\_\_\_, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e mudar minha decisão se assim o desejar. De livre e espontânea vontade e iniciativa, solicitei que meu nome real seja revelado em caso de uso das minhas informações nas publicações resultantes dessa pesquisa. A pesquisadora Denise Siloto de Araújo garantiu que a qualquer momento da pesquisa, posso solicitar que meus dados se tornem confidenciais. Em caso de dúvidas, poderei contactá-la no telefone (22) 99235-1923 ou contactar o Comitê de Ética em Pesquisa do Campus UFRJ – Macaé Professor Aloísio Teixeira, na Av. Aluizio da Silva Gomes, 50 - Granja dos Cavaleiros – Macaé – RJ ou a partir do telefone (22) 2796-2559. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

---

Nome, assinatura do (a) participante e data

---

Nome, assinatura da pesquisadora e data

## APÊNDICE C

### ENTREVISTA QUALITATIVA – FEIRANTE

Roteiro da entrevista organizado a partir de grandes temas, de tal forma a permitir que os entrevistados sintam à vontade para comentar livremente e complementar a entrevista de maneira espontânea com outras questões que lhe pareçam relevantes.

Entrevistas semiestruturadas não partem necessariamente de perguntas fechadas. Em vez disso, as perguntas podem ser formuladas a partir de roteiros de grandes temas, com as questões sendo formuladas conforme o desenrolar do diálogo (Deslauriers; Kérisit, 2010).<sup>12</sup>

- A. Além de feirante, é também produtor?
- B. Há quanto tempo é feirante?
- C. Participa de outras feiras além da Feirinha do Bairro da Glória?
- D. Participa de outras iniciativas para comércio de alimentos? (ex.: cestas entregues em casa, coletivos de consumo, etc.)

Grandes temas:

1. Concepção de ambiente: o que é meio ambiente para você?
2. Definir e comentar Agroecologia
3. Definir e comentar Agricultura Familiar
4. Visão sobre o comércio de alimentos: conceito de qualidade, concorrência, política de preços e descontos, embalagens, etc.
5. Percepção em relação a políticas públicas e incentivos para feiras agroecológicas
6. Relação entre os vários agentes que participam da feira (produtores, feirantes e consumidores)

---

<sup>12</sup> Deslauriers, J-P.; Kérisit, M. O delineamento da pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. In: Poupart, J. et al (orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010

**APÊNDICE D****ENTREVISTA QUALITATIVA – CONSUMIDOR**

1. Com que frequência você vem à Feira do Bairro da Glória?
  - Toda Semana
  - Duas a três vezes por mês
  - Uma vez por mês
  - Menos que uma vez por mês
2. De que maneira você conheceu a feira?
  - Indicação de amigos e familiares
  - Morador do bairro
  - Localização fica no meu caminho
  - Divulgação em rádio/jornal/panfletos
  - Outros? \_\_\_\_\_
3. Você frequenta/participa de outras feiras ou iniciativas para comércio de alimentos (como cestas entregues em casa ou coletivos de consumo) além da Feira do Bairro da Glória?
  - Sim
  - Não
4. Se a resposta da questão anterior foi sim, quais são essas iniciativas, se for não, por favor seguir para a questão seguinte.
5. Você está satisfeito com a feira? Por que?
6. Quais são os motivos que te levam a frequentar a feira? (você pode assinalar mais de uma opção)
  - Preço
  - Localização
  - Qualidade dos produtos vendidos
  - Qualidade do atendimento
  - Relação com os feirantes
  - Atmosfera da feira
  - Preocupação ambiental
  - Valor nutritivo dos alimentos
  - Possibilidade de comprar direto do agricultor
  - Busca por alimentos orgânicos/agroecológicos



- Uso do espaço público
  - Ponto de encontro entre amigos
  - Troca de informações, receitas e dicas
  - Alimentos não convencionais
  - Outros?
- 7.** Quais são os aspectos mais importantes que você leva em conta ao escolher um alimento? (assinale até 3)
- Aparência (ex.: cor, textura, aroma, tamanho)
  - Preço acessível
  - Origem (ex.: produção local, agricultura familiar)
  - Livre de agrotóxicos
  - Sabor (ex.: possibilidade de provar, comprar sempre do mesmo agricultor)
  - Produzido sem causar danos ao meio ambiente
  - Outros?
- 8.** Você esteve na feira durante a greve dos caminhoneiros? Por que?
- 9.** Você tem interesse por questões ambientais?
- Sim (seguir para a questão 9)
  - Não (seguir para a questão 10)
- 10.** Quais das questões ambientais abaixo você considera mais relevante? (assinale até 3)
- Desperdício de água e energia
  - Aumento do volume do lixo
  - Poluição de rios, lagos e outras fontes de água
  - Consumo exagerado de sacolas plásticas
  - Poluição produzida por pesticidas e fertilizantes
  - Desmatamento de florestas
  - Poluição do ar
  - Camada de ozônio
  - Mudanças climáticas
  - Poluição de mares
  - Extinção de espécies de animais e plantas
  - Chuva ácida
  - Desaparecimento de populações tradicionais

- Desertificação
  - Outros? \_\_\_\_\_
- 11.** Para você, o que é desenvolvimentos sustentável?
- 12.** Qual seria o principal motivo para cuidar do meio ambiente?
- Sobrevivência
  - Futuro melhor
  - Preservação
  - Prevenção de catástrofes
  - Responsabilidade socioambiental
  - Não considero isso importante
  - Outros? \_\_\_\_\_
- 13.** Você tem interesse no tema “consumo sustentável”?
- Sim (ir para a questão 14)
  - Não (ir para a questão 15)
- 14.** Como você definiria consumo sustentável? Faz algo em nome dessa sustentabilidade?
- 15.** Qual a sua idade?
- 16 a 24 anos
  - 25 a 34 anos
  - 35 a 39 anos
  - 40 a 49 anos
  - 50 anos ou mais
- 16.** Gênero
- Masculino
  - Feminino
- 17.** Tem filhos?
- Sim
  - Não
- 18.** Qual o seu grau de instrução?
- Analfabeto ou sabe ler e escrever, mas não frequentou escola
  - Ensino Fundamental
  - Ensino Médio
  - Ensino Superior

- o Pós-graduação
- 19.** Renda Familiar (em salários mínimos)
  - o Até 1 SM
  - o De 1 a 5 SM
  - o De 5 a 10 SM
  - o Acima de 10 SM
  - o Não quis informar
- 20.** Qual a sua profissão?
- 21.** Cidade onde nasceu?
- 22.** Há quanto tempo mora em Macaé (s